

Revista da Faculdade de
Letras da Universidade do Porto

Número Temático 2024
O 25 de abril e a Sociologia em Portugal
Vol. 49

Fernando Luís Machado
Carlos Manuel Gonçalves
Ana Ferreira
Augusto Santos Silva
João Teixeira Lopes

DEPARTAMENTO
DE SOCIOLOGIA
D5-FLUP



U. PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

is INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
U. PORTO

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

SOCIOLOGIA

Revista da Faculdade de
Letras da Universidade do Porto

SOCIOLOGIA

DEPARTAMENTO
DE SOCIOLOGIA
DS-FLUP



U. PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

is INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
U. PORTO

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Diretor:

Helena Vilaça, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Conselho de Redação:

António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

Conselho Editorial:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidad de La Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco, UPV/CEIC, Espanha; Bernard Lahire, ENSL, França; Carolina Pimentel Corrêa, UFRGS; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lúcia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Luísa Pinheiro, IPV; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Paula Silva, FMUP; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Sara Melo, Portugal, ISSSP; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA'CET-IUL.

Indexação

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

Coordenação e Revisão Editorial:

Virgílio Borges Pereira, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Assistência editorial: Marta Pereira de Sousa.

Design gráfico: Tomás Ferreira.

Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UIDP/00727/2020.

Os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Os artigos foram submetidos a *peer review*.

Depósito Legal: 92384/95 **ISSN:** 0872-3419 **DOI:** <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49>

Sumário

Editorial

João Teixeira Lopes e Virgílio Borges Pereira 07

Artigos

Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica
ao caso português

Fernando Luís Machado 13

Notas sobre o ensino universitário da sociologia e a profissão de
sociólogo

Carlos Manuel Gonçalves 57

Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:

“____, pão, _____, _____, _____”

Ana Ferreira 75

Exortação à guerra (pela sociologia portuguesa)

Augusto Santos Silva 105

Recensão

Contributo sobre os Antecedentes da Sociologia em Portugal (2021), de
João Freire (org.), Eduardo de Freitas, Jorge Correia Jesuíno e
Vítor Matias Ferreira.

João Teixeira Lopes 123

Estatuto Editorial

131

Normas para apresentação e publicação

137

Editorial

Editorial

O presente número de *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, número temático do ano de 2024, cumpre um desígnio simples: procura, num ano especial, de comemoração do cinquentenário da revolução democrática portuguesa e sabendo da relação constitutiva que se estabeleceu entre esta e a sociologia, registar, de modo durável, contributos para o aprofundamento do conhecimento sociológico sobre a estruturação da disciplina sociológica no país. Para esse efeito, e retomando a dinâmica dos trabalhos que se associou ao colóquio “25 de abril e a Sociologia em Portugal”, realizado a 27 de setembro de 2024 no Anfiteatro Nobre da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, numa organização do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, sistematizam-se, de modo não completo, mas incisivo, os contributos que foi possível reunir na sequência do referido colóquio. Fruto de uma intensa jornada de trabalho, preparada com afínco e com tempo pelos respetivos intervenientes, justificava-se, na impossibilidade de reunir todas as intervenções, registar pelo menos alguns contributos, que pudessem ajudar a aprofundar o conhecimento sobre a estruturação do campo disciplinar e a necessária reflexividade que se lhe associa.

O primeiro dos contributos apresentados é da autoria de Fernando Luís Machado, intitula-se “Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica ao caso português”, e analisa a relação que se tem vindo a estabelecer no país, na sequência da revolução, entre a sociologia e o campo político, estudando tal relação a partir do modo como a sociologia se aplica às políticas públicas e como os sociólogos participam na classe política. Em novo contributo, empiricamente informado, para a sociologia da sociologia em Portugal consagrado nas páginas desta revista, o seu autor não deixa ainda de esboçar pistas substantivas para aprofundamentos posteriores da agenda de conhecimento estabelecida em torno desta questão.

O segundo dos contributos reunidos, da autoria de Carlos Manuel Gonçalves, intitulado “Notas sobre o ensino universitário da sociologia e a profissão de sociólogo”,

propõe-se, como o título deixa claro, refletir, a partir da mobilização de indicadores oficiais e de uma revisão de literatura sociológica, sobre a relação estabelecida entre o ensino universitário da sociologia e a constituição da profissão de sociólogo, analisando a procura e oferta institucional da disciplina e aferindo o entendimento que sociólogos e empregadores possuem da ação daqueles no mercado de trabalho.

O terceiro dos contributos registados é da autoria de Ana Ferreira, intitula-se “Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático: “____, pão, _____, _____, _____””. Associando uma reflexão sociologicamente informada sobre o problema da precariedade laboral a uma caracterização sistemática, fruto de trabalho empírico, da precariedade laboral na atividade académica em Portugal, o artigo revela as continuidades e as especificidades a que a precariedade do trabalho sociológico académico está sujeito e o modo como tal precariedade impede o desenvolvimento pleno da própria sociologia académica.

Por sua vez, Augusto Santos Silva, em “Exortação à guerra (pela sociologia portuguesa)”, refletindo sobre a génese e a estruturação da sociologia como disciplina académica em Portugal, tendo presente as condições de liberdade em que esta se potenciou e que soube também promover, redige, sob a forma de manifesto, um texto em que identifica as injunções a que a atividade científica e académica no domínio da sociologia se encontra sujeita na atualidade e equaciona um caminho, admitindo que este é feito de lutas, de emancipação face a tais constrangimentos.

Por fim, prolongando o esforço de sistematização de conhecimentos sociológicos sobre a sociologia visado, o número conclui-se com uma recensão, da autoria de João Teixeira Lopes, de uma obra, publicada em 2021, dedicada ao conhecimento dos processos que antecederam a institucionalização da Sociologia em Portugal: *Contributo sobre os Antecedentes da Sociologia em Portugal* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais), da autoria de João Freire (org.), Eduardo de Freitas, Jorge Correia Jesuíno e Vítor Matias Ferreira.

Eis, pois, um número especial, que celebra a liberdade conquistada em abril de 1974 mobilizando uma das suas conquistas, a sociologia - e a reflexividade, autodirigida, a que esta também impele. Boas leituras!

João Teixeira Lopes

Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Virgílio Borges Pereira

Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Diretor interino de *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

Artigos

Português

Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica ao caso português

Fernando Luís Machado

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
CIES-ISCTE

Resumo

Este artigo faz uma aproximação ao estudo sociológico da relação da sociologia e dos sociólogos com o campo político em Portugal. Dá atenção, em particular, a duas dimensões dessa relação, a sociologia aplicada às políticas públicas e a participação dos sociólogos na classe política. Na parte final deixa sugestões de agenda de mais pesquisa sociológica não só sobre essas duas dimensões, mas também sobre a relação dos sociólogos com os movimentos sociais e sobre a contribuição da sociologia para a consolidação de valores políticos democráticos.

Palavras-chave: Sociologia; Sociólogos; Campo político.

English

Sociology, sociologists and the political field: a sociological approach to the Portuguese case

Abstract

This article takes a sociological approach to the relationship between sociology and sociologists and the political field in Portugal. It focuses in particular on two dimensions of this relationship: sociology applied to public policies and the participation of sociologists in the political class. In the final section, it suggests an agenda for further sociological research not only on these two dimensions, but also on the relationship between sociologists and social movements and on the contribution of sociology to the consolidation of democratic political values.

Keywords: Sociology; Sociologists; Political field.

Français

Sociologie, sociologues et champ politique: une approche sociologique du cas portugaise

Résumé

Cet article adopte une approche sociologique de la relation entre la sociologie et les sociologues et le champ politique au Portugal. Il se concentre en particulier sur deux dimensions de cette relation : la sociologie appliquée aux politiques publiques et la participation des sociologues à la classe politique. Dans la dernière partie, il propose un agenda pour de futures recherches sociologiques non seulement sur ces deux dimensions, mais aussi sur la relation entre les sociologues et les mouvements

sociaux et sur la contribution de la sociologie à la consolidation des valeurs politiques démocratiques.

Mots-clés: Sociologie; Sociologues; Champ politique.

Español

Sociología, sociólogos y campo político: una aproximación sociológica al caso português

Resumen

Este artículo aborda desde una perspectiva sociológica la relación entre la sociología y los sociólogos y el campo político en Portugal. Se centra en particular en dos dimensiones de esta relación: la sociología aplicada a las políticas públicas y la participación de los sociólogos en la clase política. En la sección final, sugiere una agenda para futuras investigaciones sociológicas no sólo sobre estas dos dimensiones, sino también sobre la relación entre sociólogos y movimientos sociales y sobre la contribución de la sociología a la consolidación de los valores políticos democráticos.

Palabras clave: Sociología; Sociólogos; Campo político.

Introdução

Em cinquenta anos de democracia e liberdade, a sociologia portuguesa, que tinha dado tímidos passos possíveis na década de 1960, em Lisboa e em Évora, desenvolveu-se plenamente como campo científico, tendo construído um edifício institucional completo, no ensino, na investigação, na publicação, no associativismo e na internacionalização (Machado, 2020, 2022)¹. Quaisquer que sejam os indicadores que tomemos relativos a essas vários componentes do edifício institucional da disciplina – cursos e diplomados, centros de pesquisa e investigadores, canais de publicação e trabalhos publicados, dinâmica associativa, participação e protagonismo internacional – verificamos que todos têm um crescimento regular e sustentado, crescimento que se reforça notavelmente nas duas primeiras décadas do século XXI, adquirindo o campo a partir dessa altura uma inércia de institucionalização avançada. Um conjunto de fatores, de sentido

¹ Neste artigo retomo passagens dos livros *Sociologia em Portugal. Da Pré-história à Institucionalização Avançada*, Porto, Afrontamento, 2020; e *Investigação Sociológica em Portugal. Um Guia Histórico e Analítico*, Porto, Afrontamento, 2022; e do artigo “A sociologia sob observação sócio-histórica: elementos para uma agenda de pesquisa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 101. O essencial da problematização, informação e argumentação apresentadas, no entanto, é novo.

convergente, esteve na base dessa evolução, desde logo a expansão cientificamente plural do sistema universitário e as orientações integradoras das políticas científicas, entre outros processos externos, mas também dinâmicas internas ao campo científico e à ação dos sociólogos nesse campo.

No estado de institucionalização avançada que atingiu, colocam-se à sociologia e aos sociólogos interrogações e problemas, eles próprios resultantes do trajeto percorrido e das especificidades desse trajeto. Apesar da sua pertinência, e até das dificuldades que podem representar para a prática futura do ofício de sociólogo, eles não têm sido equacionados, debatidos e, muito menos, estudados. De facto, e não deixa de ser paradoxal, o intenso processo de desenvolvimento da sociologia enquanto campo científico não tem sido acompanhado por idêntico movimento de reflexividade dos sociólogos sobre a história, a condição e as perspetivas de futuro da sua disciplina. Aqui e ali, alguns sociólogos, em registo impressionista, abordam aspetos da situação da disciplina, mas são poucos os textos em que encontramos a disciplina colocada na condição de objeto de uma história ou sociologia da sociologia.

Uma das principais questões com que a sociologia se depara, tendo chegado a esse patamar de institucionalização avançada, é a sua relação com o campo político, quer a relação da disciplina enquanto tal, como campo de saber científico, quer a dos sociólogos que a praticam, enquanto agentes que operam nesse campo. A relação da sociologia com o campo político, em vários planos, não é uma simples externalidade, ou seja, não é apenas um encontro da sociologia com a política, decorrente de a prática científica ser sempre uma prática social e a sociedade ser sempre uma realidade política. A relação da sociologia com o campo político, em especial no que se refere aos estudos sociológicos aplicados às políticas públicas, mas não apenas nesse aspeto, é uma relação constitutiva do próprio campo sociológico em Portugal. De facto, a solicitação regular, por vezes intensa, da sociologia, por parte das autoridades públicas, para que realize pesquisa aplicada às políticas públicas contribuiu diretamente, a par de outros fatores externos já mencionados, para que a sociologia portuguesa crescesse e se desenvolvesse até atingir o estado de desenvolvimento pleno que se lhe reconhece desde as primeiras décadas do século

XXI. A relação da sociologia com o campo político não se cinge, contudo, aos estudos aplicados às políticas públicas. Mais globalmente, ao longo do seu processo de institucionalização, a disciplina e os seus protagonistas desenvolveram um conjunto de relações heterogéneas, multifacetadas e de diferentes intensidades com o campo político, que importa transformar em objeto de estudo da história e da sociologia da sociologia, diria até um dos seus objetos mais relevantes e urgentes, se tivermos em conta que do campo político – pensemos no Estado, o seu ator mais poderoso – decorrem múltiplos efeitos que influenciam direta e indiretamente a investigação sociológica e a sociologia, constringendo-a ou possibilitando-a, tal como acontece na generalidade das restantes áreas de atividade académica e científica.

Para fins analíticos, a relação entre o campo sociológico e o campo político pode ser vista em quatro planos distintos, que se intersejam de várias maneiras entre si: aplicação da sociologia às políticas públicas; participação de sociólogos na classe política; relação da sociologia e dos sociólogos com os movimentos sociais; influência da sociologia na difusão e consolidação de valores políticos. A sociologia e os sociólogos estão, portanto, quer na política quer nas políticas.

A sociologia aplicada às políticas públicas tem um longo currículo em Portugal. Teve um papel importante, como disse, no próprio desenvolvimento institucional da disciplina, traduzido não só na encomenda de inúmeros estudos avulsos sobre os mais variados aspetos da vida social, mas também na formação de plataformas permanentes de estudo financiadas pelo Estado, como é o caso de diversos observatórios da vida social. A participação de sociólogos nas elites políticas é multiforme, abarcando desde logo a presença no núcleo mais poderoso dessas elites, o dos membros do governo, mas também o desempenho de mandatos de deputado à Assembleia da República ou de presidente de câmaras municipais, entre outros. Embora menos frequente do que a presença na classe política, o envolvimento em movimentos sociais tem expressão assinalável, seja pelo lado da produção de conhecimento sociológico relacionado com as causas e terrenos desses movimentos, seja pelo lado do envolvimento de sociólogos na dinamização dos mesmos, ou por ambas as vias simultaneamente. Por fim, mas não menos importante, o vasto

conjunto de conhecimentos sobre a sociedade portuguesa acumulado pela sociologia influencia, através de processos de difusão desse conhecimento e de reflexividade social, a cultura política da população em geral e os valores em que ela se expressa. Pense-se, por exemplo, no contributo que os muitos estudos sociológicos que põem em evidência mecanismos de desigualdade social podem dar para a consolidação de valores como a justiça social e a igualdade de oportunidades.

A questão da relação da sociologia com o campo político não é, de todo, novidade na história internacional da disciplina. Essa relação, dir-se-ia, é até constitutiva da própria sociologia, é indissociável da sua génese, se pensarmos que os chamados pais fundadores tiveram todos eles um posicionamento a este respeito, numa perspetiva mais reformista ou mais revolucionária. E, ao longo da institucionalização académica e científica da disciplina, em todos os lugares onde ela ocorreu livremente, nomeadamente nos países democráticos, que, por definição, reúnem as condições para que tal seja possível, os sociólogos sempre foram fazendo e atualizando esse debate e assumindo posições mais ou menos explícitas a esse propósito.

Certas tipificações genéricas ajudaram a fixar ao longo do tempo, com designações ajustadas a cada época, duas conceções básicas da relação da sociologia com a esfera política. Uma distinção clássica é entre sociologia marxista e sociologia burguesa, distinção estabelecida por autores marxistas, soviéticos e ocidentais, na primeira metade do século XX. Norman Birnbaum, um sociólogo norte-americano alinhado com movimentos sociais e um dos fundadores da *New Left Review*, definia, não sem ironia, a sociologia burguesa como a “praticada pelos professores universitários burgueses que não são marxistas em contraposição aos seus – não menos burgueses – colegas que são marxistas” (Birnbaum, 1968: 38). Outra distinção consagrada é entre uma sociologia reflexiva, de orientação crítica e transformadora, a uma sociologia administrativa, ao serviço dos interesses do Estado, quer nos países capitalistas quer nos países comunistas (Gouldner, 1970). Uma terceira versão é a que distingue a sociologia em “modo profético”, propositiva de mudança social, e a sociologia em “modo sacerdotal”, que valoriza a ideia de estabilidade e equilíbrio (Friedrichs, 1970). Mais recentemente, Burawoy estabeleceu a distinção entre uma sociologia instrumental e uma sociologia reflexiva, retomando, portanto, a formulação

de Gouldner. Partindo desta distinção básica, e cruzando-a com uma outra relativa às audiências dos sociólogos serem académicas (os pares) ou extra-académicas (públicos vários, comunidades locais, movimentos sociais), Burawoy identifica “quatro sociologias”, das quais prefere a que chama “sociologia pública”, que é reflexiva e se dirige a audiências extra-académicas (Burawoy, 2005).

Volvidas cinco décadas desde que a sociologia portuguesa encontrou as condições políticas e académicas para a sua plena afirmação, afirmação bem-sucedida se considerarmos o sólido edifício instrucional que conseguiu erigir durante esse tempo, é altura, julgo, de os sociólogos dedicarem mais atenção à experiência longa e diversificada da relação da sociologia com o campo político nos quatro planos que referi acima, e às consequências dessa relação para a disciplina. Conhecer o percurso da sociologia portuguesa, saber o que ela é, que património tem, como se projeta no futuro, requer esse exercício de autoanálise, feito numa perspetiva de história e sociologia da sociologia, associados a essa perspetiva todos os rigorosos protocolos da investigação científica, e não num mero registo testemunhal e memorialístico ou de reflexões genéricas e esparsas sobre o assunto. Este artigo é um contributo nesse sentido e nele darei atenção sobretudo a dois dos quatro planos referidos da relação da sociologia com o campo político: o da sociologia aplicada às políticas públicas e o da participação de sociólogos na classe política.

1. Investigação sociológica e políticas públicas

A procura de saberes científicos e técnicos de todo o tipo para efeitos de governação é um traço da contemporaneidade nas sociedades mais desenvolvidas. O recurso regular a pareceres e estudos de peritos de muitos campos de saber é uma forma adicional de legitimação da ação política, que assim pode reclamar ser informada pelos saberes científicos gerados no mundo académico, procedimento que complementa os processos de legitimação mais intrinsecamente políticos, decorrentes do funcionamento dos sistemas políticos em geral, nomeadamente os característicos de regimes democráticos. É neste contexto geral que podemos situar, no caso português, a prática generalizada de uma sociologia aplicada às políticas públicas, traduzida em inúmeros trabalhos sobre os mais variados temas e problemas

da vida social, e que contribuiu grandemente, como disse, para a própria institucionalização da disciplina no país.

Pierre Bourdieu deixou, em diferentes lugares da sua vasta obra, com destaque para o livro resultante do último curso que lecionou no *Collège de France*, preciosas pistas analíticas, bem como alertas convictos, sobre a relação da sociologia e dos sociólogos com as procuras que lhes são dirigidas de fora do campo científico, nesse contexto amplo de recurso das autoridades públicas aos saberes produzidos no mundo académico. O autor francês assinala, por um lado, que a sociologia, beneficiando do estatuto autónomo de disciplina universitária que lhe é garantido pelo Estado, pode encontrar, num bom uso dessa autonomia institucional, “as condições de uma autonomia epistemológica e tentar oferecer o que ninguém na verdade lhe pede” (Bourdieu, 2003 [1984]: 53). Por outro lado, mostra que a relação do campo científico em geral, logo do campo sociológico, com o Estado é paradoxal. Se o financiamento público que o Estado assegura às universidades e à ciência torna “possível uma produção que não seja submetida à sanção imediata do mercado” e o Estado assegura “as condições mínimas de autonomia”, esse mesmo Estado “tem também a capacidade de impor constrangimentos geradores de heteronomia” (Bourdieu, 1997: 48).

Ora, é justamente a relação entre autonomia e heteronomia que a prática de uma sociologia aplicada às políticas públicas põe sobre a mesa como questão para debate. E a este propósito, diz Bourdieu, devemos ter em consideração o poder de refração do campo científico e a desigual distribuição desse poder consoante os subcampos disciplinares em causa. O poder de refração é a capacidade de filtrar as pressões externas a que o campo científico está sujeito e, “quanto mais autónomo um campo é, maior será o seu poder de refração e mais os constrangimentos externos são transfigurados, ao ponto de se tornarem irreconhecíveis”. Contudo, acrescenta, as ciências sociais têm mais dificuldades em serem autónomas, o que significa que estão mais expostas a intromissões exteriores, especialmente do campo político (Bourdieu, 1997: 15-16). E diz ainda na mesma linha, mas com mais crueza, que os cientificamente dominados (no caso, as ciências sociais face a outras áreas

científicas) “estão mais inclinados a submeterem-se aos pedidos externos, de direita e de esquerda, e mais preparados, frequentemente por defeito, para os satisfazer, e têm, portanto, mais possibilidade de o conseguir na lógica do plebiscito, do aplausómetro”, também porque há menos sanção interna pelos pares do que noutros campos científicos (Bourdieu, 2001: 171).

Nem todos os sociólogos têm esta perspetiva. Num artigo de meados da segunda década do século XXI, sobre a sociologia aplicada às políticas públicas em Portugal, Augusto Santos Silva, que ocupou várias pastas ministeriais, mantendo-se ativo na investigação e publicação sociológica, faz um balanço muito positivo dessa ligação da disciplina com o campo político, em que não há lugar para ceticismos: “a nossa ciência não perde necessariamente a sua matriz e arsenal reflexivos e não se torna inelutavelmente «instrumental» quando trabalha no quadro das políticas públicas institucionais. E por uma razão simples: é que o pendor crítico ou acrítico, subordinado ou independente (face a determinações heterónomas), rotineiro ou reflexivo, convencional ou desenvolto, do trabalho sociológico, se bem que mais ou menos favorecido pelos contextos socioinstitucionais em que se realiza, não é deles que resulta principalmente – mas sim da sua maior ou menor conformidade com os valores e regras intelectuais e académicas da disciplina, bem como do maior ou menor uso dos respetivos recursos cognitivos” (Silva, 2017: 784). E, nesta perspetiva confiante, assinala o que considera serem avanços observados nessa ligação, entre os quais o facto de os estudos sociológicos aplicados às políticas públicas se terem tornado uma rotina, no sentido de os programas em que essas políticas se condensam incorporarem uma “componente forte de estudos de diagnóstico, monitorização e avaliação de processos e resultados” (idem: 792), ou o facto de uma das universidades de referência da sociologia portuguesa ter consolidado e individualizado “uma fileira de estudos especificamente consagrados às políticas públicas” (idem: 798).

A história e a sociologia da sociologia aplicada às políticas públicas em Portugal, como parte de um programa de pesquisa mais vasto sobre os efeitos sociais da sociologia, está largamente por fazer. Com efeito, conhece-se apenas de maneira

geral a abrangência e a intensidade com que tem sido realizado esse tipo específico de pesquisa sociológica. Mas sabe-se pouco sobre os contextos, as circunstâncias e os modos de relação dos sociólogos e dos seus centros de investigação com as entidades encomendadoras dessa pesquisa; sobre as formas de definição de problemáticas e de construção dos objetos de investigação dessas pesquisas; e também se sabe pouco sobre as consequências das mesmas para a sociedade em geral e para os grupos sociais destinatários das políticas públicas para cujo desenho e implementação a sociologia tem contribuído. Aqui limitar-me-ei a indicar, em modo exploratório, um conjunto de efeitos que essa prática tem sobre a formação das agendas de investigação sociológica em Portugal, efeitos de agenda esses que se estendem, indiretamente, às condições de exercício autónomo do ofício de sociólogo, perante pedidos, pressões ou seduções externas. Sistematizando ideias, distinguirei efeitos de desenvolvimento, efeitos de esquecimento e efeitos nos modos de problematização e construção dos objetos de investigação.

Os efeitos de desenvolvimento são a expansão e diversificação das agendas de pesquisa sociológica decorrentes da realização regular e intensa de estudos aplicados às políticas públicas, seja para as fundamentar, as monitorizar ou as avaliar, solicitados por ministérios, institutos públicos, entidades reguladoras, autarquias. Embora esse levantamento e sistematização empírica estejam por fazer, é seguro afirmar que a realização desse tipo de estudos alargou consideravelmente o campo dos temas estudados pelos sociólogos em Portugal, fazendo com que o património de conhecimento sociológico seja muito maior do que seria se se contasse apenas as pesquisas realizadas por iniciativa exclusiva dos sociólogos nos seus centros de investigação, por via do financiamento público para a ciência através de concursos competitivos, ou aquelas que são realizadas para fins de dissertações e teses académicas. Os efeitos de desenvolvimento não são só cognitivos, são também institucionais, uma vez que a realização permanente desse tipo de trabalhos fez aumentar e tornou mais experientes as equipas das unidades de investigação em sociologia e deu origem a estruturas próprias viradas para a pesquisa aplicada, como é o caso de diferentes observatórios da vida social com financiamento público e geridos cientificamente por equipas de investigadores ou unidades de investigação.

A menção às políticas públicas aparece, além disso, nos nomes de escolas ou departamentos de sociologia, em secções temáticas da Associação Portuguesa de Sociologia ou ainda nas missões atribuídas aos centros de investigação que têm o estatuto de Laboratório Associado, uma figura de política de ciência que dota determinadas unidades de investigação de recursos adicionais e de um estatuto diferente das demais. É por ter havido esta “institucionalização das procuras institucionais” da sociologia (Machado, 2009: 284) que se pode dizer que a realização de estudos aplicados às políticas públicas contribuiu decisivamente para a própria institucionalização académica e científica da disciplina.

Os efeitos de expansão e diversificação da produção sociológica por esta via são observáveis em várias especialidades sociológicas. Na sociologia da juventude, na sociologia da cultura ou na sociologia do ambiente, a criação de observatórios com o mesmo nome, com financiamento público e dirigidos cientificamente por unidades de investigação, fez com que, em certas fases, a produção sociológica se tenha multiplicado rapidamente e, no caso da última destas especialidades, contribuiu mesmo para a sua emergência e posterior consolidação. Veja-se também o caso da sociologia do direito, que, não tendo atingido o nível de consolidação que outras especialidades atingiram, mais por falta de massa crítica académica interessada do que por falta de procura pública, tem justamente na existência de um observatório financiado pelo Estado a razão principal da sua manutenção à tona no campo sociológico.

Outro efeito de expansão gerado pela sociologia aplicada às políticas em certas especialidades, efeito que se sobrepõe parcialmente ao anterior, é a parte da produção sociológica total dessas especialidades que se deve a pesquisas desse tipo. Essa parte é muito grande num domínio como a sociologia do ambiente, justamente devido ao trabalho realizado pelo observatório constituído nessa área, e muito significativa em especialidades como a sociologia da educação, a sociologia da cultura, a sociologia da família, género e sexualidade e a sociologia da imigração e etnicidade, com destaque para esta última, uma vez que, não sendo um domínio clássico de investigação no país, e tendo emergido em Portugal apenas quando o

fenómeno imigratório atingiu uma escala maior, se tornou uma das especialidades com mais produção, o que se deve, pelo menos em parte, à procura continuada de pesquisa sociológica por parte das entidades públicas que operam neste campo.

Um terceiro efeito da sociologia aplicada às políticas públicas na afirmação de algumas sociologias especializadas, que se mistura com os dois anteriores, mas tem uma expressão própria, é a realização, por via de encomendas estatais, de estudos de referência, normalmente de âmbito nacional, com impacto científico particular dentro do campo sociológico, para além do efeito presumível nas políticas públicas que suscitaram a respetiva realização. É fácil encontrar, em várias especialidades, trabalhos com essas características, sejam os inquéritos nacionais sobre juventude ou sobre as práticas e representações ambientais dos portugueses; seja em estudo de avaliação de políticas de combate à pobreza; seja na área da igualdade entre homens e mulheres; seja ainda em estudos de caracterização nacional da situação social da minoria cigana.

Os efeitos de desenvolvimento disciplinar decorrentes da sociologia aplicada às políticas públicas têm, obviamente, como a própria expressão diz, um lado positivo, que é o de a sociologia crescer e se desenvolver por essa via, tanto em produção científica como em quantidade e diversidade de sociólogos que asseguram essa produção, com os benefícios daí decorrentes para as unidades de investigação em geral e para as atividades de ensino e aprendizagem do ofício. Por outro lado, os sociólogos não podem deixar de considerar positivamente que os seus saberes sejam solicitados, a par de muitos outros, para as práticas de governação da sociedade de que fazem parte, o que representa um reconhecimento inequívoco do valor do conhecimento sociológico. E estando os próprios sociólogos seguros de que o conhecimento que produzem tem validade e pertinência – como ficariam se a sociologia e os seus saberes fossem ignorados pelos poderes públicos? – é esperável e aceitável, para não dizer desejável, que lhes dirijam pedidos específicos destinados a apoiar a ação governativa. Seria estranho e contraproducente que os sociólogos se recusassem liminarmente a estabelecer essa ligação, até porque abririam mão das suas competências próprias, que outros poderiam invocar para si sem

verdadeiramente as terem. Deste ponto de vista, justifica-se a posição de Augusto Santos Silva quando diz que ser “um instrumento disponível em diversas arenas institucionais e organizacionais” é uma das utilidades públicas da sociologia (Silva, 2017: 783).

Dito isto, também é preciso reconhecer que os efeitos de desenvolvimento trazem consigo, ao mesmo tempo, alguma perda de autonomia dos sociólogos, já que as agendas da investigação aplicada às políticas públicas são determinadas externamente, em função de finalidades governativas, mesmo não estando em causa a bondade das mesmas. Em concreto, isto significa que determinados temas serão privilegiados, porque é sobre esses que os pedidos dirigidos aos sociólogos incidem, enquanto outros serão deixados de lado, o que nada diz, note-se, sobre a sua real importância e a necessidade de os estudar. Assim, é inevitável perguntar até que ponto, neste contexto, o espaço e o tempo próprios de respiração da sociologia ficarão condicionados.

Por outro lado, a realização de pesquisa sociológica aplicada às políticas públicas, sendo tão habitual, envolvendo tantos sociólogos e a generalidade das unidades de investigação, naturalizou-se, tornou-se norma, como se parte intrínseca do que é fazer sociologia seja fazer pesquisa com esse fim, por solicitação das autoridades públicas. A naturalização dessa prática, num grande mercado de procura e oferta de estudos sociológicos sobre políticas públicas, ou numa indústria de pesquisa aplicada, se se quiser dizer assim, em que pode até haver sociólogos em funções governativas a encomendar pesquisa a sociólogos universitários (espaço onde a presença dos sociólogos na classe política se cruza com a sociologia aplicada às políticas públicas), comporta o risco de perda da reflexividade que deve acompanhar, a cada momento, o exercício do ofício de sociólogo, de adoção de receitas fáceis e pronto a vestir ou de adesão acrítica aos interesses de quem encomenda, aquilo a que João Ferreira de Almeida chamou síndrome de Zelig, a situação de o sociólogo, à imagem do que fazia o personagem homónimo do filme de Woody Allen relativamente a figuras históricas, querer a todo o custo identificar-se com os desejos

que atribui ao encomendante, o que transformaria a pesquisa encomendada em mera justificação da encomenda (Almeida, 1992).

Se considerarmos, com Pierre Bourdieu, como ficou dito acima, que, à partida, o poder de refração das ciências sociais, sociologia incluída, é menor do que noutras áreas científicas, e que, por isso, elas estão mais expostas a intromissões exteriores do campo político, os riscos associados à naturalização desse mercado de estudos sociológicos aplicados às políticas públicas aumentam. E, nesse quadro, não é nada certo que, perante intromissões de vários tipos por parte de quem encomenda, os sociólogos que realizam esses estudos consigam sempre, apenas por um ato de vontade, manter-se conformes com os valores, regras e recursos académicos da sua disciplina, como defende Augusto Santos Silva. Embora Silva não ignore que o trabalho sociológico decorre em contextos socioinstitucionais mais ou menos favoráveis, a ideia de que esse trabalho depende menos desses contextos do que da vontade de boa conduta de quem faz o trabalho pode deslizar para uma conceção de sociólogo em modo heroico, invulnerável aos constrangimentos externos.

E com isto chegamos aos efeitos de esquecimento, que são, em boa medida, o reverso dos efeitos de desenvolvimento. Uma vez que as procuras de sociologia aplicada às políticas públicas incidem sobre questões específicas, dessa procura – que não deixa de ser uma pré-seleção de objetos, mesmo que os sociólogos contratados para fazer estudos tenham alguma margem para reformular esses objetos nos seus próprios termos – decorre, inevitavelmente, que haverá temas que são estudados e outros que não o são. A sociologia aplicada às políticas públicas tem associado, inevitavelmente, um efeito de agenda, agenda que não é definida autonomamente, mas heteronomamente, não dependendo a definição dessa agenda de os sociólogos envolvidos fazerem o seu trabalho de acordo com as melhores práticas científicas da sua disciplina, uma vez que a parte do trabalho que consiste na definição do tema ou campo de investigação em causa não depende deles, sendo decidida a montante. Voltando à formulação já citada de Bourdieu, nos trabalhos por encomenda a sociologia tem pouco ou nenhum espaço para oferecer o que ninguém lhe pede, porque se espera que ofereça o que se lhe pede. Dir-se-ia que o

esquecimento de que falo, sendo o resultado de as políticas públicas não atenderem a determinados aspetos da realidade social, não têm obrigatoriamente efeitos de agenda no trabalho mais geral da investigação sociológica. Mas, na verdade, têm, uma vez que contribuem para que esses aspetos se tornem invisíveis para os próprios sociólogos.

Os efeitos de esquecimento são visíveis, tal como os efeitos de desenvolvimento, quando olhamos para as diferentes especialidades sociológicas. Se há especialidades, como disse acima, que se desenvolveram muito graças a pedidos de pesquisa aplicada às políticas públicas, e em alguns casos esses pedidos até estão na própria génese dessas especialidades em Portugal, há outras cujo desenvolvimento incipiente não pode ser desligado da ausência desses pedidos. O facto de especialidades como a sociologia rural, a sociologia do crime ou a sociologia da religião não se terem consolidado na investigação sociológica em Portugal (Machado, 2022: 225-243), dependendo em parte de fatores estritamente internos ao campo sociológico, deve-se também, por outra parte, a não ter havido ou ter havido muito pouca pesquisa aplicada a políticas públicas nesses domínios. Veja-se ainda o exemplo da sociologia da ciência. Se é verdade que ela fez o seu caminho autónomo e pode ser considerada uma especialidade bem estabelecida na sociologia portuguesa, o seu volume de produção é muito mais pequeno do que o de outras especialidades e esse diferencial resulta, em alguma medida, da ausência de encomendas por parte das autoridades públicas, apesar da importância na ciência nas sociedades contemporâneas, ainda maior quando ela está sob ataque de novas ignorâncias e obscurantismos, como hoje acontece.

Um exemplo paradigmático dos efeitos de esquecimento, já que se trata de um fenómeno que, pela sua expressão, relevância e consequências, constitui um traço marcante da sociedade portuguesa no século XX e ainda nesta segunda terceira década do século XXI, é o do analfabetismo.

Portugal tinha, no início dos anos de 1970, 25% de analfabetos, cerca de 1,8 milhões de pessoas, de acordo com dados do recenseamento geral da população de 1970. De acordo com o recenseamento de 2021, o analfabetismo era ainda de 3,1%, cerca

de 300 mil pessoas. O analfabetismo constitui um grave problema de desenvolvimento, com inúmeras consequências económicas, sociais, culturais, cívicas e políticas. Apesar disso, o fenómeno nunca foi, falando apenas do período democrático posterior a abril de 1974, já que antes disso não seria de esperar que o fosse, objeto de políticas públicas que visassem a sua redução significativa ou, idealmente, a sua eliminação (Cavaco, 2016).

Nos 50 anos que passaram desde a Revolução de Abril, o analfabetismo reduziu-se sobretudo por “seleção natural”, porque os analfabetos foram morrendo, já que se trata quase sempre de pessoas idosas, com o efeito perverso de, em face do aumento da esperança de vida, o analfabetismo também ter visto a sua esperança de vida aumentada. Portugal herdou do Estado Novo um analfabetismo massivo, um grave problema de desenvolvimento da sociedade portuguesa, repito, mas as políticas dos sucessivos governos ignoraram-no, na prática. Se alguém dissesse, quer nos anos imediatos pós-25 de abril, ou nos anos que se seguiram à entrada na então Comunidade Económica Europeia, que em 2021 o país teria perto de 300 mil analfabetos, muito mais pessoas do que as que vivem numa cidade média portuguesa, quem acreditaria? É verdade que, nas décadas posteriores ao 25 de abril, o panorama educativo do país, extremamente atrasado nesse como em muitos outros aspetos, conheceu uma transformação profunda, por via da expansão sem precedentes do sistema de ensino, em todos os seus segmentos constitutivos, incluindo, em tempos mais recentes, no pré-escolar. Os recursos necessários para essa transformação estrutural – financeiros, institucionais, humanos – foram imensos e a face do país mudou totalmente neste aspeto. Mas também é verdade que o analfabetismo e os analfabetos ficaram de fora desse esforço coletivo no campo da educação.

Se do lado das políticas públicas o problema do analfabetismo se manteve invisível, não seria de esperar que os sociólogos, obrigados, por ofício, a identificar questões sociais relevantes e a analisá-las nos seus estudos, se tivessem debruçado, de moto-próprio, sobre o assunto? A resposta teórica é sim, mas não foi o que aconteceu. Apesar do carácter estrutural do analfabetismo e das muitas consequências sociais

negativas dele decorrentes, não tendo havido políticas públicas neste domínio, e as encomendas de estudos que lhes estariam necessariamente associadas, o problema do analfabetismo ficou fora do horizonte de visibilidade dos sociólogos, que também não se lembraram de o investigar autonomamente. E não pode dizer-se que essa invisibilidade seja resultado do seu desinteresse relativamente aos temas da educação e da falta de estudos sobre esses temas. Não é de todo o caso. A sociologia da educação é das especialidades mais pujantes da disciplina em Portugal – para o que contribuíram justamente muitos trabalhos de sociologia aplicada às políticas públicas nesse setor –, é um dos seus domínios clássicos duradouros, com as primeiras pesquisas a serem realizadas ainda antes de 1974, no Gabinete de Investigações Sociais, atual Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Machado, 2022: 113-121). Só que os muitos estudos sobre educação feitos por sociólogos em Portugal focam outros assuntos, muito diversos, entre os quais não se encontra o analfabetismo. Não faltam inclusivamente estudos sobre educação de adultos (Martins, 2014; Capucha, 2018; Ávila, 2023), mas esses tratam de segmentos da população adulta fracamente escolarizados, não dos analfabetos.

Diga-se, de resto, que, além da sociologia da educação, se poderia esperar encontrar trabalhos sobre as consequências do analfabetismo em domínios com a sociologia do trabalho e das organizações, a sociologia política ou a sociologia da cultura, entre outras, mas eles também não existem. Uma busca das palavras “analfabetismo” e “analfabeto/a” na *Bibliografia Temática e Cronológica da Investigação em Portugal, 1964-2024* (Machado, 2024) dá conta, entre mais de 2.500 títulos, de uma única ocorrência, um artigo sobre o analfabetismo e as políticas de educação nos primeiros anos do Estado Novo. É certo que há textos que identificam o analfabetismo como um traço estrutural da sociedade portuguesa (Barreto, 1996; Machado & Costa, 1998) e que ele é tido em conta na primeira pesquisa sobre literacia feita em Portugal, dado que, por si só, significa uma elevada percentagem de pessoas no grau mais baixo de competências de leitura, escrita e cálculo (Benavente *et al.*, 1996: 121-140). Mas não há pesquisas específicas que tenham dedicado ao analfabetismo atenção equivalente à sua saliência como problema social.

Um terceiro conjunto de efeitos da prática regular de uma sociologia aplicada às políticas públicas tem a ver, como referi, com os modos de problematização e construção dos objetos de investigação, mais especificamente, os efeitos tendenciais de fragmentação desses objetos e conseqüente hiperespecialização do trabalho sociológico.

A divisão da sociologia, tal como a das restantes disciplinas científicas, em especialidades é uma realidade intrínseca ao próprio campo científico, está inscrita na respetiva evolução institucional e cognitiva. A factualidade institucional da especialização interna da sociologia, a sua inércia estrutural, é conseqüência do próprio nível de desenvolvimento atingido pela disciplina. Essa especialização está nos cursos lecionados nas universidades, em especial os cursos de segundo ciclo; nas unidades de investigação organizadas em grupos, linhas ou núcleos especializados; nos canais de publicação, muito particularmente nas revistas, muitas das quais são de nicho; nas estruturas associativas, que se especializam também ou que, sendo generalistas, como é o caso das associações nacionais e internacionais de sociologia, se estruturam em secções temáticas; está nas atividades de debate científico; e está, ao mesmo tempo, e por todas estas razões, nos *habitus* científicos dos próprios sociólogos, nas suas perceções, apreciações e ações científicas, sociólogos que, quando se iniciam no ofício, logo adotam ou são levados a adotar – por exemplo, os estudantes de doutoramento – esse regime especializado de trabalho. No limite, as diferentes especialidades em que a disciplina se divide podem acabar por estabelecer divisões, fronteiras internas, que as isolam uma das outras, constituindo paradoxalmente um obstáculo ao avanço do próprio conhecimento sociológico (Machado, 2023: 62-63).

Ora, uma tal forma de organização do trabalho científico tende a ser reforçada pelo tipo de pesquisa aplicada às políticas públicas que é feita, na medida em que ela se realiza nesses mesmos moldes de fragmentação e especialização. Sendo a procura de trabalho sociológico, por parte das autoridades públicas, destinada a responder a temas e questões sociais específicos, vistos como setoriais, como dizendo respeito a determinados aspetos da realidade social sobre os quais se pretende intervir, então

a expectativa de quem pede respostas à sociologia é que ela as dê nesse mesmo registo parcelar, o que contribui para reforçar a fragmentação e especialização do trabalho sociológico, que na maior parte das vezes já se apresenta a si mesmo, à partida, dessa maneira. Se os pedidos concretos têm a ver com juventude, ambiente, cultura ou imigração, por exemplo, serão as sociologias especializadas com esses mesmos nomes que serão procuradas por quem procura, a saber, os ministérios, institutos públicos ou departamentos de autarquias que operam nessas áreas, e serão elas que se espera que respondam do lado de quem responde. A identidade de designações entre sociologias especializadas e ministérios governamentais, em particular, uma forma comum de perceção do mundo social, não é mera coincidência.

Assim, se os sociólogos, pelo seu próprio modo de organizar o trabalho científico, tendem a fragmentar os objetos e a deixar de se colocar questões sociológicas mais amplas, que requeiram uma apreensão global dos processos sociais, o registo parcelar em que lhes são apresentados pedidos de fora, no caso do lado das políticas públicas, vai no mesmo sentido. Um exemplo de questão de fundo, estratégica, a que os sociólogos portugueses se têm dedicado muito pouco, menos, por exemplo, do que os economistas, e sobre ela tão pouco há encomendas públicas, é por que razões Portugal, ao fim de 50 anos de democracia, não se aproximou mais dos níveis de desenvolvimento económico e social dos países mais ricos da União Europeia, algo que estava nas expectativas de muitos portugueses na sequência da Revolução de Abril e da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, em 1986. Recorde-se que a problemática do desenvolvimento estava bem patente nos primeiros trabalhos sociológicos feitos no Gabinete de Investigações Sociais na década de 1960, a começar pelos assinados pelo seu diretor, Adérito Sedas Nunes, nomeadamente aquele que se pode considerar o primeiro trabalho de base empírica da moderna sociologia portuguesa, o extenso artigo “Portugal, sociedade dualista em evolução” (Nunes, 1964). No entanto, essa problemática praticamente desapareceu da mente e do trabalho dos sociólogos.

As observações que José Madureira Pinto fazia no início deste século, a este propósito, num texto de balanço sobre a situação da sociologia em Portugal são

pertinentes e atuais. Detetava o autor na altura – e, 20 anos volvidos, a situação não se terá alterado – a tendência pouco virtuosa de retraimento no investimento teórico na fase de problematização de objetos de pesquisa. Esse desinvestimento poderia conduzir, dizia-nos, “a alguma cedência perante conhecidos modelos «pronto-a-usar» da sociologia empirista”, acrescentando que poderia estar-se perante “um efeito perverso, embora não inevitável, do aumento notório da procura oficial ou para-oficial de conhecimentos sociológicos que se tem verificado nos últimos anos” (Pinto, 2004: 20). Os exemplos que apresenta no texto sobre a maneira de reequacionar sociologicamente o modo como são socialmente tematizadas determinadas questões vistas como “problemas sociais” ilustram bem que mais investimento na problematização sociológica também ajudará a combater a tendência para a fragmentação dos objetos inscrita na maneira como são formulados os pedidos externos de estudos sociológicos, fragmentação que à partida já existe, como disse, na especialização subdisciplinar da própria sociologia.

2. Sociólogos na classe política

O estudo da composição, recrutamento, circulação e funcionamento das elites políticas deu origem a um vasto património de conhecimento, em sede de sociologia política e de ciência política, desde as formulações fundadoras de Gaetano Mosca (1989 [1896]), Vilfredo Pareto (1989 [1916]) e Robert Michels (1989 [1912]), a que se pode acrescentar o já clássico trabalho de Wright Mills (1956) sobre a elite de poder nos EUA em meados do século XX ou o trabalho de Robert Putnam (1977) sobre a emergência de elites tecnocráticas nas sociedades industriais avançadas. Continuando a ser um tema de pesquisa por parte de sociólogos, politólogos e outros cientistas sociais a nível internacional (Coenen-Huther, 2004; Allen & Carney, 2017), encontramos também em Portugal, oriunda das mesmas disciplinas, literatura neste domínio, embora não tão volumosa como a que se debruça sobre outros aspetos do fenómeno político globalmente considerado no pós-25 de abril de 1974. Há pesquisa publicada sobre dirigentes de topo da administração pública (Nunes, 2023), autarcas (Mendes, 1993; Almeida, 2003), deputados (Cruz, 1988; Freire, 1998, 2002), elites partidárias (Stock, 1985; Lobo, 2003), e também sobre o núcleo da elite política que desempenha funções governativas, enquanto ministros ou secretários de estado

(Almeida & Pinto, 2006; Louçã *et al.*, 2014; Pinto, 2020; Silveira, 2021). Há, além disso, pesquisa sobre as elites parlamentares (Castilho, 2003) e ministeriais (Pinto, 2001; Carvalho & Fernandes, 2003), no Estado Novo. A análise dos vários segmentos das elites políticas apresentada nestes trabalhos inclui, regra geral, a caracterização, a vários níveis, do perfil social dos seus membros, incluindo, em alguns casos, as áreas de formação académica; a identificação dos trajetos dos membros das elites políticas, antes e depois de terem feito parte delas; e o estudo da duração da permanência nessas mesmas elites, ou seja, a chamada profissionalização política. Não deixando de se sobrepor parcialmente às teorias das elites, embora goste de os apresentar como alternativas exclusivas a elas, são de ter em conta igualmente os contributos importantes de Pierre Bourdieu para uma sociologia do campo político e seu funcionamento, nomeadamente os mecanismos de representação política condensados nesse campo (Bourdieu, 1989).

É no contexto destas problemáticas, de uma sociologia das elites políticas e do campo político, que me parece adequado construir como objeto sociológico a presença de sociólogos na classe política, um dos quatro planos da relação do campo sociológico com o campo político que identifiquei na introdução, sendo os restantes a sociologia aplicada às políticas públicas, analisada no ponto anterior, e a relação com os movimentos sociais e com a formação de valores políticos, aspetos que não são objeto deste artigo. A entrada de sociólogos na classe política, diga-se, é, por si só, um indicador de recomposição das elites políticas em geral, na medida em que as áreas de formação académica dos seus membros são historicamente outras, como o direito, a economia e finanças ou as engenharias. Do mesmo modo que o fiz no que respeita à relação da sociologia com as políticas públicas, em que assinali diversos efeitos dessa relação na definição de agendas de investigação e, por extensão, nos termos em que se coloca a autonomia no ofício de sociólogo, também no que se refere ao exercício de cargo políticos de topo é de perguntar, para pesquisas futuras, como fica a autonomia científica dos sociólogos na sua alternância entre modo sociológico e modo político.

Mas, antes de passar à análise da expressão quantitativa e evolução no tempo da presença de sociólogos em cargos políticos, do seu acesso e trajeto nesses cargos, bem como de alguns traços do seu perfil social e académico, importa especificar do que falo quando falo de sociólogos na classe política, ou seja, definir os dois conceitos. O conceito de classe política aqui utilizado é restrito, ou seja, cinge-se aos cargos de ministro e secretário de estado, no caso os sociólogos que ocuparam esses cargos em Portugal em 50 anos de democracia, de 1974 a 2024. Ficam de fora, portanto, deputados, membros de governos e parlamentos regionais, presidentes de câmara e outros autarcas, e também os dirigentes nacionais dos partidos políticos. Quanto ao conceito de sociólogo, não usei o critério mais largo da titularidade de um ou mais diplomas em sociologia, mas um critério mais restrito, que considera a existência de tais diplomas combinada com a pertença ao campo da sociologia académica, ou seja, o exercício de papéis profissionais em universidades e outras instituições de ensino superior. Trata-se, então, de pessoas com formação universitária em sociologia (licenciatura, mestrado ou doutoramento, em alguns casos mais do que um desses graus), que trabalham ou trabalharam em departamentos e centros de investigação sociológicos, ou seja, com experiência académica na disciplina. Muitos são docentes e investigadores de carreira, enquanto outros, não o sendo, estiveram, durante um tempo mais ou menos longo, ligados a departamentos e centros de investigação em sociologia, como investigadores e doutorandos. Todos têm, mesmo os últimos, trabalhos de investigação publicados. Ficam de fora os que, tendo um diploma em sociologia, pertenciam a outras esferas profissionais quando foram chamados a desempenhar funções governativas.

Para conhecer os elencos de ministros e secretários de estado dos vários governos, utilizei, sempre que disponíveis, fontes oficiais, e essa informação existia, à data da recolha empírica, em outubro de 2024, para quase todos os governos desde 1974, exceto os dois últimos, em que recorri a fontes alternativas². Para efeitos de análise

² As fontes oficiais utilizadas foram o documento *Governos Portugueses. Composição e Legislação*, publicado pela Assembleia da República e a página oficial www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx. Nesta página há informação de todos os governos, desde 1974 até ao XX Governo Constitucional, em 2015. Naquele documento há informação de todos os governos, de 1974 até ao XXI Governo Constitucional, em funções de 2015 a 2019. Para os governos posteriores, os XXII, XXIII e XXIV Governos Constitucionais, utilizei o artigo “Governo da República Portuguesa” da Wikipédia.

estatística, tive em conta, simultaneamente, os cargos ocupados e os titulares desses cargos, dado que a mesma pessoa pode ter ocupado mais do que um cargo, o que é analiticamente relevante. Tão importante é saber quantos ministros e secretários de estado eram sociólogos, que é o ponto de vista dos cargos ocupados, como é saber quantos sociólogos foram ministros e secretários de estado, que é o ponto de vista dos titulares desses cargos. Como vários sociólogos foram ministros e/ou secretários de estado mais do que uma vez, há mais ministros e secretários de estado sociólogos do que sociólogos ministros e secretários de estado. Em anexo está a tabela com todos os cargos de ministro e secretário de estado exercidos por sociólogos de 1974 a 2024.

Vejamos então, para começar, quantos sociólogos ocuparam cargos governativos entre 1974 e 2024 e o número de cargos que ocuparam (Quadro 1), como evoluiu nesse período a frequência de exercício de tais funções (Quadro 2) e de que universidades saíram para integrarem o governo (Quadro 3). Neste período, 23 sociólogos pertenceram aos 30 governos em funções (seis governos provisórios e 24 governos constitucionais), nos quais desempenharam 42 cargos, 23 de ministro e 19 de secretário de estado. Os sociólogos parecem, assim, capazes de responder à “elevação do direito de entrada no campo [político]” e “ao reforço das exigências em matéria de competência geral ou mesmo específica”, que Bourdieu diz estarem associadas à autonomização crescente desse campo, exigências que se instituem em “detrimento dos simples militantes” (Bourdieu, 1989: 171).

Quadro 1.

Sociólogos no governo e cargos desempenhados (1974-2024).

Cargos de ministro desempenhados	23
Cargos de secretário de estado desempenhados	19
Total de cargos desempenhados	42
Titulares dos cargos desempenhados	23
Governos em funções desde 25 de abril de 1974	30

Tendo em conta, como ficou dito, que se trata apenas de sociólogos académicos ou semiacadémicos, que deixam a atividade universitária em sociologia, desempenhada a tempo inteiro ou parcial, para passarem a ser membros do governo, estamos perante um número elevado de pessoas e cargos desempenhados. É claro que, para fundamentar devidamente esta afirmação, para que ela ganhe máximo rigor, seria necessária análise adicional, com base, nomeadamente, em dados comparativos

MACHADO, Fernando Luís (2024),

“Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica ao caso português”,
Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 13 - 55
DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a1>

referentes a outras áreas de formação académica e a outros setores profissionais de origem dos que exercem funções de ministro ou de secretário de estado. À primeira vista, dir-se-ia até que 42 cargos, entre as várias centenas correspondentes aos 30 governos em causa, é um valor percentualmente diminuto. Mas essa não é a linha de análise adequada. A análise que importa, e que requer informação empírica por recolher, é, quanto a mim, de natureza comparativa, sim, mas deve adotar, para as pessoas de outras áreas, uma definição homóloga à definição de sociólogo que adoto aqui. Ou seja, trata-se de comparar quantitativamente as áreas de formação dos titulares de cargos governativos, considerando apenas os que transitaram diretamente de funções universitárias nessas áreas para o governo; e ver, em particular, diria, que presença têm académicos de outras ciências sociais, além da sociologia.

Sobre as áreas de formação dos governantes em geral, há evidência empírica abundante. O direito é a área académica dominante nas elites políticas, nomeadamente dos membros de governo e deputados, tanto no Estado Novo (Martins, 1998; Pinto, 2001; Castilho, 2003; Carvalho & Fernandes, 2003) como em democracia após 1974 (Freire, 1998; Almeida & Pinto, 2006; Louçã *et al.*, 2014; Pinto, 2020), e essa continuidade não deixa de ser reveladora da força singular da formação jurídica no acesso aos círculos do poder político. Depois do direito, as áreas mais frequentes são a economia e as engenharias. Se, com base nessa literatura, compararmos, de maneira genérica, o número de sociólogos com o de juristas, economistas ou engenheiros, vemos que eles são muito menos e que a sua presença nas elites políticas é também mais recente, o que desde logo reflete a muito maior longevidade da institucionalização universitária daquelas disciplinas em comparação com a sociologia. Mas esta constatação, que parece minimizar a presença de sociólogos nas elites políticas, deve ser contextualizada, nos termos que acabei de referir.

Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que os números de sociólogos e de cargos por eles desempenhados indicados no Quadro 1 dizem respeito apenas àqueles que estavam na vida académica e da investigação nas universidades e não ao grupo mais alargado de pessoas com um grau em sociologia, integrados nessa ou noutras

atividades profissionais. Ora, os trabalhos citados, que mostram a predominância do direito, da economia e finanças e das engenharias como áreas de formação dos membros da classe política, utilizam a conceção alargada do grau académico, e não a conceção restrita que considera o grau e o exercício de atividade académica na área correspondente a esse grau. Se como juristas, economistas ou engenheiros integrantes da classe política contássemos apenas os que entraram nessa classe provenientes do mundo universitário, como aqui é feito com os sociólogos, o número de sociólogos e os de pessoas daquelas áreas ficariam provavelmente no mesmo patamar. Em segundo lugar, verifica-se que os sociólogos académicos têm uma presença muito maior do que os homólogos de outras ciências sociais. Se só uma pesquisa comparativa sistemática permitiria determiná-lo rigorosamente, mesmo uma apreensão impressionista dá para perceber que o número de sociólogos em funções de ministro ou secretário de estado não encontra paralelo em antropólogos, geógrafos, historiadores, psicólogos sociais, demógrafos ou cientistas políticos. É como se a sociologia estivesse para as restantes ciências sociais como o direito está para as áreas de formação académica em geral.

Quadro 2.

Sociólogos no governo por fases de institucionalização da sociologia (1974-2024)³.

Fase de institucionalização da sociologia	Período	Cargos governativos desempenhados por sociólogos (A)	Número de governos vigentes (B)	A/B Média de participação
Institucionalização inicial	1974-1985	7	16	0,4
Consolidação institucional	1986-1999	9	5	1,8
Institucionalização avançada	2000 em diante	32	11	2,9

A expressão quantitativa da presença de sociólogos no desempenho de cargos governativos torna-se mais perceptível se a avaliarmos no eixo do tempo. De facto, percebe-se que ao longo das décadas, no período em análise, essa presença vai sempre aumentando, que ela não é, pois, uma ocorrência circunstancial. E percebe-se também que, sendo visivelmente maior na fase mais recente desse período de 50 anos, de 2000 em diante, a participação de sociólogos no governo vem desde o início

³ Há dois governos, o X Governo Constitucional (1985-1987) e o XIV Governo Constitucional (1999-2002), que recobrem duas fases, por isso contam duas vezes (em vez de um total de 30 é um total de 32), contando também duas vezes os cargos desempenhados por sociólogos nesses governos, sendo que só houve sociólogos no segundo deles, o de 1999-2002 (em vez de um total de 42 é um total de 48 – um sociólogo teve três pastas num desses governos).

do período democrático, do tempo imediatamente a seguir ao 25 de abril de 1974, quando estiveram em funções governos provisórios, antes da aprovação da Constituição de 1976. Se calcularmos a taxa de participação que divide a quantidade de sociólogos em cargos de ministro e secretário de estado pelo número de governos em funções nos três períodos considerados no Quadro 2, vemos que a participação passa de 0,4 sociólogos por governo na primeira década depois de abril de 1974 para 2,9 sociólogos por governo no período de 2000 em diante. Olhar para a participação de sociólogos no governo posta no eixo do tempo permite confirmar que ela representa, de facto, uma recomposição parcial da classe política, que se abre à entrada de novos protagonistas, com um novo tipo de formação académica, embora se mantenha aparentemente fechada a outras ciências sociais.

Por outro lado, a evolução quantitativa registada tem também significado interno para o campo sociológico. Se ela diz do acesso dos sociólogos à classe política, diz igualmente da própria sociologia e do seu processo de institucionalização em Portugal. As três fases em que dividi o arco temporal de 50 anos em causa, tendo em vista determinar a participação governativa dos sociólogos em cada uma delas, são as mesmas que, noutro lugar, usei para reconstituir a história da própria disciplina: institucionalização inicial, consolidação institucional e institucionalização avançada (Machado, 2020). Nesse trabalho pude identificar as ocorrências e desenvolvimentos institucionais, em cinco dimensões (ensino, investigação, publicação, associação e internacionalização), que consubstanciam o processo de afirmação da sociologia portuguesa, justificando a identificação dessas três fases. O significado interno do aumento do número de sociólogos no governo ao longo dos anos é que ele acompanha o processo de institucionalização da disciplina: à medida que a institucionalização avança, mais são os sociólogos que entram na classe política. E essa entrada, por sua vez, em processo de retroação, reforça a afirmação pública da disciplina, tal como a reforça a investigação sociológica aplicada às políticas públicas. Se, como ficou dito no ponto anterior, a sociologia aplicada às políticas públicas, sem deixar de trazer reconhecimento público à disciplina, suscita questões relativas à autonomia de exercício do ofício sociológico, o mesmo pode dizer-se da participação dos sociólogos no núcleo mais poderoso da classe política.

E de que universidades vêm os sociólogos que nestes cinquenta anos fizeram parte do governo (Quadro 3)? A esse respeito encontramos diversidade, mas assimetria. Se os sociólogos que foram ministros e secretários de estado são oriundos de oito universidades e outras instituições de ensino superior, as percentagens respetivas são muito desiguais. Uma instituição, o ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), mais pequena e mais recente, ou muito mais recente, do que a Universidade de Coimbra, a Universidade de Lisboa e a Universidade do Porto, e também mais pequena do que a sua contemporânea Universidade Nova de Lisboa, é o ponto de partida de quase metade dos sociólogos titulares de cargos governativos e de percentagem idêntica dos cargos por eles exercidos (46% e 49%, respetivamente). Diga-se que a predominância desta instituição cresce ao longo do período em análise. Se contarmos, das três fases deste período, apenas a mais recente, de 2000 em diante, os sociólogos oriundos do ISCTE-IUL aumentam a sua percentagem para 58% e os cargos por eles exercidos sobem para 56% do total. Nos últimos três executivos do período em análise, os XXII, XXIII e XXIV Governos Constitucionais, em funções entre 2015 e 2024, dos nove sociólogos que foram ministros e secretários de estado, sete provinham do ISCTE-IUL, responsáveis por 14 dos 18 dos cargos desempenhados por sociólogos nesses governos.

Quadro 3.Sociólogos no governo (1974-2024): universidades de origem⁴

	Cargos desempenhados	Titulares dos cargos
Universidade Nova de Lisboa	7 (14,9%)	6 (21,4%)
Universidade de Lisboa	4 (8,5%)	3 (10,7%)
ISCTE-IUL	23 (48,9%)	13 (46,4%)
Universidade do Porto	7 (14,9%)	1 (3,6%)
Universidade de Coimbra	2 (4,3%)	1 (3,6%)
Universidade de Évora	1 (2,1%)	1 (3,6%)
Universidade Católica Portuguesa	2 (4,3%)	2 (7,1%)
Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa	1 (2,1%)	1 (3,6%)
Total	47 (100,0%)	28 (100%)
Instituições de Lisboa	37 (78,7%)	25 (89,3%)
Instituições do resto do país	10 (21,3%)	3 (10,7%)
Total	47 (100,0%)	28 (100,0%)

Embora a maior parte dos trabalhos que identificam a formação académica dos membros das elites políticas não refira as instituições onde essa formação foi obtida, os que o fazem mostram que na área do direito, desde sempre maioritária, também há uma instituição, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), que se destaca entre as demais do seu campo (Almeida & Pinto, 2006; Nunes, 2023). O ISCTE-IUL está, pois, para a sociologia como a FDUL parece estar para o direito.

Outra conclusão importante que se retira da análise das instituições de ensino superior de origem dos sociólogos que foram ministros e secretários de estado é que as instituições lisboetas são hegemónicas: os sociólogos de instituições lisboetas desempenharam 79% dos cargos e representam 89% dos que exerceram esses cargos. Se universidades de referência, pela sua história e dimensão, e também pelo lugar que ocupam no campo sociológico, como a Universidade de Coimbra e a Universidade do Porto, estão escassamente representadas, outras, que há décadas produzem investigação sociológica e oferecem formação académica completa na área (Universidade do Minho, Universidade da Beira Interior, Universidade dos Açores), não aparecem sequer na lista. A chegada dos sociólogos à classe política,

⁴ Neste caso, o número de titulares e o número de cargos são superiores aos valores de partida porque há pessoas com dupla ou tripla pertença universitária, que assim tiveram de ser contadas, bem como os cargos que ocuparam.

constituindo uma novidade sinónimo de abertura dessa classe, não altera, no entanto, antes reforça, a geografia das instituições académicas de origem dos governantes. Louçã, Lopes e Costa, que examinaram um conjunto de 1281 cargos de ministro e secretário de estado e de 776 titulares desses cargos entre 1976 e 2013, mostram, com efeito, que a proveniência predominantemente lisboeta é o padrão: “há 584 cargos que foram ocupados por quem se formou em Lisboa (que são 370 pessoas), 128 cargos para Coimbra (de 77 governantes), 105 para o Porto (ocupados por 57 pessoas). As várias universidades de Lisboa, somadas, são absolutamente predominantes, e Coimbra ainda ultrapassa o Porto (Louçã *et al.*, 2014: 138). A abertura das elites políticas à entrada de protagonistas com formações académicas diferentes, no caso a sociologia, vai de par com um duplo fechamento geográfico e institucional: um recrutamento esmagadoramente lisboeta, caso para dizer lisboacêntrico, e numa determinada instituição universitária mais do que em qualquer outra.

Um segundo conjunto de indicadores pertinentes relativos à participação de sociólogos em cargos governativos inclui a composição político-partidária dos governos de que fizeram parte (Quadro 4) e a duração dessa participação, medida de duas maneiras complementares, o número de anos em cargos governativos (Quadro 5) e o número de governos a que pertenceram (Quadro 6). Os sociólogos que exercem funções governativas como ministros e secretários de estado, normalmente em pastas a que poderíamos chamar socioculturais – educação, juventude, emprego, trabalho e solidariedade, igualdade, cultura –, embora haja casos de exercício de pastas mais estritamente políticas (assuntos parlamentares, presidência do conselho de ministros), fazem-no, na grande maioria dos casos, em governos do Partido Socialista (PS).

Quadro 4.

Composição político-partidária dos governos com participação de sociólogos (2074-2024).

Composição político-partidária	Cargos	Titulares
Governos pluripartidários	2 (4,8%)	1 (4,3%)
Governos de independentes	3 (7,1%)	3 (13,0%)
Governos do Partido Socialista	35 (83,3%)	17 (73,9%)
Governos de Partido Social Democrata	2 (4,8%)	2 (8,7%)
Total	42 (100,0%)	23 (100,0%)

MACHADO, Fernando Luís (2024).

“Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica ao caso português”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIX, pp. 13 - 55
DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a1>

Do total de sociólogos que desempenharam funções governativas entre 1974 e 2024, 74% fizeram-no em governos do PS e, do total de cargos ocupados, 83% foram-nos nesses governos. A participação de sociólogos em governos de direita ou centro-direita é muito reduzida, não chegando a 10% do total, quer quanto aos titulares quer quanto aos cargos. Há ainda, historicamente, a presença em governos pluripartidários no período imediatamente posterior ao 25 de abril de 1974 e em governos de independentes, no caso, um governo de iniciativa presidencial constituído em 1979 para assegurar provisoriamente a condução do Estado enquanto se organizavam eleições legislativas. O modo de participação dos sociólogos em funções governativas, predominantemente à esquerda ou centro-esquerda, é idêntico, no duplo sentido de identidade académica e de identidade política, ao que se encontra quando se analisam as áreas de formação de outros segmentos das elites políticas. Num estudo sobre o perfil social dos deputados portugueses à Assembleia Constituinte, que aprovaria a Constituição de 1976, e dos que fizeram parte do Parlamento nas legislaturas de 1985 a 1999, Freire mostra que as áreas de formação académica não se distribuem uniformemente pelos partidos políticos. Pelo contrário, observa-se um padrão que consiste em, proporcionalmente, haver mais deputados com formação em Direito nos partidos de direita e centro-direita e mais deputados com formação em Letras nos partidos de esquerda. Como nota oportunamente o autor, adotando a perspetiva bourdieusiana do espaço social, “em termos de estrutura de capital, a esquerda evidencia uma posição dominada no seio dos grupos dominantes” (Freire, 1998: 128). A Sociologia, no que respeita à presença de sociólogos no governo, está mais perto do polo representado pela formação em Letras do que do polo representado pela formação em Direito.

A associação quase exclusiva dos sociólogos que desempenham funções governativas a governos de esquerda ou centro-esquerda é comentada por Michael Burawoy, o norte-americano propositor da chamada “sociologia pública”, num texto em que comenta a sociologia portuguesa no início do século XXI. Entre vários aspetos que considera serem contributos da sociologia portuguesa, a partir da “semiperiferia”, para “a causa mundial da sociologia pública”, Burawoy destaca justamente essa “associação estreita [dos sociólogos] com os governos socialistas”, que contribuiu para promover a sociologia pública e a sociologia ligada às políticas públicas.

Burawoy aplaude, em particular, que os sociólogos tenham entrado “na arena política como ministros, deputados, líderes sindicais e a todos os níveis do serviço público, enquanto aqueles que se mantiveram na academia se tornaram consultores dos líderes do país, do Presidente para baixo”. O norte-americano diz ainda que “a adesão à União Europeia representou um novo ímpeto para a sociologia aplicada às políticas públicas – uma avalanche de encomendas para mapear padrões de desigualdade, pobreza, educação e para o diagnóstico de problemas sociais, da droga às prisões ou à saúde mental (...) A sociologia aplicada às políticas públicas reverbera e energiza todas as arenas da sociologia” (Burawoy, 2007: 142-143). O entusiasmo de Burawoy com o que observa nos dois planos de relação da sociologia com o campo político aqui tratados, a sociologia aplicada às políticas públicas e a participação de sociólogos na classe política, e com a alegada singularidade portuguesa na intensidade dessa relação, parece fazer o nosso autor esquecer dois pontos importantes. Um é a sua própria distinção entre uma sociologia instrumental e uma sociologia reflexiva, em que a primeira é justamente a sociologia usada pelos governos, o que Gouldner (1970) chamava sociologia administrativa. Será que, quando usada por governos de esquerda e centro-esquerda, a sociologia já não corre o risco de ser instrumental? A questão merece reflexão. O segundo ponto é a sempre incontornável, e já colocada acima, questão da autonomia do campo sociológico relativamente ao campo político: como fica essa autonomia quando a relação entre os dois campos é tão estreita?

No que respeita à duração da presença de sociólogos em funções governativas, deve ter-se em conta que, por definição, a pertença a uma elite política pressupõe alguma permanência. Entradas na elite política para saídas pouco tempo depois não são comparáveis com os casos em que a presença na mesma é duradoura. Mesmo em contexto democrático, em que, por via eleitoral, tende a dar-se uma substituição alargada dos titulares de cargos, os estudiosos do tema chamam a atenção para a profissionalização dos políticos, em que a presença na classe política dos titulares desses cargos – membros do governo, deputados, autarcas, dirigentes partidários a tempo inteiro –, tende a coincidir com o seu próprio ciclo de vida ativa, observando-se a passagem de uns cargos para outros ao longo desse ciclo (Freire, 2002; Allen, Carney, 2017). Bourdieu fala, a este propósito, do “monopólio dos profissionais”, ou

seja, “a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo” (Bourdieu, 1989: 164). A duração da permanência, matéria de determinação empírica, deve, portanto, levar em conta que, havendo mudança de funções, pode manter-se a pertença à elite política, como acontece frequentemente quando membros de um governo passam ou regressam à condição de deputados, na sequência de o partido que representam perder eleições.

Quadro 5.

Sociólogos em cargos governativos (1974-2024): tempo de governo.

Mais de oito anos	2 (8,7%)
Quatro a oito anos	5 (21,7%)
Dois a quatro anos	7 (30,4%)
Até dois anos	9 (39,1%)
Total	23 (100,0%)

Quadro 6.

Sociólogos em cargos governativos (1974-2024): número de governos a que pertenceram.

Um	14 (60,9%)
Dois	6 (26,1%)
Três	2 (8,7%)
Mais do que três	1 (4,3%)
Total	23 (100,0%)

Se a duração da presença na classe política, no caso, dos sociólogos em funções de ministro ou secretário de estado, pode ser avaliada em tempo linear, pelo número de anos nessas funções, o recurso a um segundo indicador, o número de governos de que se fez parte, justifica-se porque os governos podem ou não durar uma legislatura completa, e em democracia isso ocorre com uma certa frequência. Para uma mesma duração em anos, digamos quatro anos e alguns meses, o correspondente a uma legislatura inteira em Portugal, podemos ter duas situações diferentes: a daqueles que fizeram parte de um governo de legislatura e se mantiveram em funções durante todo esse tempo; e a dos que pertenceram a governos que duraram pouco tempo, mas fizeram parte de mais do que um, em que é a repetição do exercício de funções governamentais que se torna significativa.

O que os números dos Quadros 5 e 6 dão a entender é que os sociólogos que tiveram funções governativas entre 1974 e 2024 se encontram em duas situações-tipo. Há uma maioria, entre os 60 e os 70 por cento, que teve uma participação governativa de relativamente curta duração, de até quatro anos, tendo feito parte de apenas um governo; e uma minoria, não residual, constituída por aqueles que estiveram nessas funções mais de quatro anos ou mais de oito anos e pertenceram a dois ou mais governos. Os casos extremos de cada uma destas situações-tipo são, por um lado, a presença de muito curta duração num só governo, seja porque ele durou pouco ou porque o titular em causa esteve pouco tempo em funções; e, por outro lado, participações de longa duração, de mais de 15 anos em postos governativos. Aqui pode falar-se de profissionalização política, daqueles a quem, noutra registo de linguagem, Louçã e outros chamam “campeões”, por terem ocupado cinco ou mais cargos em diferentes governos (2014: 140-145). Note-se que os números apresentados dizem respeito somente ao tempo de exercício de funções governativas, não se contando, portanto, o desempenho de outros lugares nas elites políticas, como o de deputado ou autarca. Só nessa avaliação ampla se poderia chegar a conclusões mais sólidas sobre a duração da permanência dos sociólogos nessas elites. Se nos casos em que há uma participação de muitos anos em governos essa participação, só por si, já significa longa duração nas elites, independentemente de terem sido exercidas ou não outras funções, entre os que tiveram funções governativas durante pouco tempo não deixará de haver quem tenha desempenhado, antes ou depois da passagem pelo governo, outros cargos políticos, constituindo também, por essa via, um caso de profissionalização.

O antes e o depois do desempenho de cargos governativos é, em si, um aspeto que tem merecido a atenção dos investigadores desta área (Cruz, 1988; Mendes, 1993; Freire, 2002; Louçã *et al.*, 2014; Pinto, 2020). No caso dos sociólogos que foram membros do governo saídos diretamente da universidade, encontramos duas situações antes que parecem ter influência no que sucede depois. Se todos saíram da atividade académica ou semiacadémica (doutorandos, por exemplo) em sociologia para desempenharem cargos governamentais, alguns, antes de assumirem essas funções, já eram militantes ou dirigentes dos partidos que formaram governo, ao passo que outros, provavelmente próximos desses partidos em termos políticos e

ideológicos, não tinham, no entanto, pertença e funções partidárias formais, os chamados “independentes”. Quando se observa os trajetos posteriores à cessação das funções governativas, o que parece ocorrer – mas falta confirmação baseada em evidência empírica mais sistemática – é que os sociólogos com filiação e responsabilidades partidárias anteriores têm mais probabilidade de continuar na classe política, como deputados, por exemplo, enquanto os independentes tendem a regressar à universidade. O que não se verifica de todo com os sociólogos que exercem funções governativas é o que acontece com boa parte dos ministros e secretários de estado das áreas de formação académica dominantes – direito, economia, engenharias – que, cessadas essas funções, vão para posições de topo no mundo empresarial ou regressam a elas (Louçã *et al.*, 2014: 145-174). É certo que também há exemplos de ministros e secretários de estado recrutados nos mundos académicos do direito, da economia e da engenharia que regressam às suas universidades depois do desempenharem esses cargos, mas são mais raros.

Os dois últimos indicadores que pude construir sobre os sociólogos que desempenharam cargos governamentais são os relativos à sua composição sexual (Quadro 7) e origem geográfica (Quadro 8). Estes indicadores são importantes como traços de um perfil social, mas, mais do que isso, mostram em que medida, também aqui, podemos falar de abertura ou fechamento das elites políticas, e permitem comparações com os dados apresentados por outros estudos.

Quadro 7.

Sociólogos no governo (1974-2024): composição sexual.

	Cargos desempenhados	Titulares
Homens	28 (66,7%)	15 (65,2%)
Mulheres	14 (33,3%)	8 (34,8%)
Total	42 (100,0%)	23 (100,0%)

No que respeita à composição sexual, ela é, sem surpresa, maioritariamente masculina: 65% dos sociólogos que ocuparam cargos no governo são homens e 67% dos cargos desempenhados foram-no por sociólogos homens. Das oito sociólogas que ocuparam cargos governativos, três foram ministras, duas foram secretárias de estado e ministras e três foram secretárias de estado, e três das oito fizeram parte de

mais do que um governo. Se as mulheres aparecerem em minoria não é surpresa, dado o conhecido padrão geral da sua sub-representação em lugares de máximo poder, político ou outro, só comparativamente se pode saber quão sub-representadas as mulheres estão neste caso. Ora, o que a literatura nos revela é que, em termos gerais, a percentagem de mulheres membros do governo é consideravelmente mais baixa do que a observada nas sociólogas. Num estudo em que analisa as elites ministeriais portuguesas entre 1976 e 2019, Pinto conclui que 88% das pessoas nomeadas ministras eram homens (Pinto, 2020: 155-156). Louçã e outros, tomando o conjunto dos nomeados ministros e secretários de estado entre 1976 e 2013, chegam a resultado idêntico: apenas 9% das 776 pessoas em causa eram mulheres (Louçã *et al.*, 2014: 176-179). A percentagem de sociólogas que desempenharam funções governativas, ministras e secretárias de estado, não só está claramente acima do valor médio da presença feminina nesses cargos, como se verifica que em anos mais recentes essa percentagem sobe. Se considerarmos os governos de 2015 a 2024, vemos que, dos nove sociólogos que tomaram parte neles, cinco foram homens e quatro mulheres, perto da paridade, portanto. A composição maioritariamente feminina do grupo profissional dos sociólogos ajudará a explicar que as sociólogas estejam mais representadas nos governos do que as mulheres (de outras áreas de formação) em geral. Pode falar-se, neste caso, em suma, de uma dupla abertura das elites políticas: abertura à sociologia e abertura às mulheres.

Quadro 8.

Sociólogos no governo (1974-2024): localização geográfica.

Área Metropolitana de Lisboa	20 (87,0%)
Região Norte	1 (4,3%)
Região Centro	1 (4,3%)
Região Sul	1 (4,3%)
Regiões Autónomas (Açores e Madeira)	-
Total	23 (100%)

Já o mesmo não se pode dizer quanto à localização geográfica dos sociólogos que foram ministros e secretários de estado. Tomando a localização geográfica das universidades a que estavam ligados como indicador indireto de zona de residência, o que, na ausência de dados diretos sobre a última, é uma aproximação aceitável, vemos que a maioria esmagadora era da Área Metropolitana de Lisboa: 87% dos

titulares desses cargos residiam na área da capital. O recrutamento preferencialmente lisboeta das elites políticas em geral é evidenciado por alguns estudos, embora o tema seja abordado menos vezes do que seria de esperar. Almeida e Pinto, numa pesquisa extensiva sobre o recrutamento dos ministros portugueses entre 1851 e 1999, mostram-nos: “a proporção de ministros oriundos da capital e seus arredores tem variado entre um quinto e um terço do total, ao passo que a população de Lisboa nunca ultrapassou cerca de 10% da população do país” (Almeida & Pinto: 2006: 35). Louçã e outros, através da análise dos perfis sociais do já mencionado conjunto de 776 governantes entre 1976 e 2013, embora não apresentem dados sobre naturalidade ou residência, assinalam também a proveniência lisboeta desses governantes, vista pela localização das instituições de ensino superior que frequentaram: 73% formaram-se em instituições de Lisboa (Louçã *et al.*, 2014: 138). Embora nenhum destes estudos use o critério da região de residência propriamente dito, que seria o indicador adequado, mais até do que o da região de naturalidade, o que apresentam é suficiente para se falar de lisboacentrismo no recrutamento geográfico das elites políticas em democracia. Nos termos do padrão sociológico de um espaço geográfico socialmente hierarquizado (Bourdieu, 1979: 135-136), a proximidade geográfica ao poder é também uma via de acesso a esse poder, através da operação de redes sobrepostas de capital social e capital político. Estar mais perto do poder e das suas instituições, centralizadas na capital do país, é estar mais perto de entrar na classe política. Embora o facto de não dispormos de um indicador comum de localização residencial aconselhe prudência comparativa, os números apresentados acima parecem indicar que o lisboacentrismo ainda é maior nos sociólogos do que nos membros do governo globalmente considerados.

Visto o conjunto disponível de indicadores relativos ao número de sociólogos académicos e semiacadémicos membros de governo entre 1974 e 2024, aos cargos que desempenharam, às instituições universitárias a que estão ligados, à composição político-partidária dos governos de que tomaram parte, à duração desses cargos, e ainda os elementos relativos à composição sexual e localização geográfica desses sociólogos, podem tirar-se algumas ilações sobre os seus modos de participação na classe política, aqui na aceção restrita de membros do governo, à luz de uma das problemáticas principais deste campo de investigação, a do fechamento e abertura

dessa elite. Por um lado, encontramos sinais de abertura no próprio facto de os sociólogos integrarem a classe política, na qual as áreas de formação predominantes são outras; no facto de a sua profissionalização política ser parcial ou, dito de outra forma, de haver, para vários deles, uma circulação de volta à academia após o exercício de funções de governo; e ainda no facto de a presença de sociólogos no governo significar maior participação feminina na elite política. Por outro lado, veem-se também sinais de fechamento: os sociólogos académicos assumem funções governativas, mas o mesmo não acontece com académicos de outras ciências sociais; residem esmagadoramente na região de Lisboa e são também lisboetas as universidades a que estão ligados; há uma instituição universitária de origem que sobressai amplamente entre todas as outras, muito acima do seu peso histórico e quantitativo; e participam no governo quando este é de esquerda ou centro-esquerda, sendo residual a participação em executivos de direita ou centro-direita.

3. Sociologia e campo político: para saber mais

O que este artigo apresenta, como mencionado em subtítulo, é uma aproximação ao conhecimento sociológico da relação entre a sociologia e o campo político em Portugal. É uma das vertentes de uma sociologia da sociologia, certamente das mais importantes, que está largamente por fazer. É certo que há um bom número de textos em que sociólogos portugueses escrevem sobre a disciplina em Portugal, sob a forma de reflexões avulsas ou de testemunhos, textos que, sem prejuízo do interesse de que se reveste pelo menos uma parte deles, não constituem, no entanto, análise sociológica propriamente dita. Se os sociólogos constroem como objetos de investigação inúmeros aspetos da realidade social, só ocasionalmente fazem o mesmo com a sua própria prática enquanto sociólogos e com o campo sociológico no seu conjunto. Esses testemunhos e reflexões pessoais – pense-se em que medida eles conseguem superar, ou querem fazê-lo, o excesso de familiaridade ou a ilusão da transparência daquilo de que falam – constituem, é claro, material valioso para uma abordagem sociológica e sócio-histórica da sociologia.

Na perspetiva de mais pesquisa futura na ótica dessa sociologia da sociologia, e no que se refere em particular à relação do campo sociológico com o campo político, nas

quatro dimensões que equacionei na introdução, termino com breves sugestões para uma agenda de pesquisa em cada uma dessas dimensões, as duas sobre as quais me debrucei aqui, a sociologia aplicada às políticas públicas e a participação dos sociólogos na classe política, e as duas que apenas deixei enunciadas, a relação com os movimentos sociais e a contribuição da sociologia para a consolidação de valores políticos democráticos.

No que respeita à relação da sociologia com as políticas públicas, o caso português confirma plenamente a sétima das nove teses sobre o futuro da sociologia que Anthony Giddens formulou num texto escrito em meados da década de 1980, tese que preconizava um envolvimento cada vez mais profundo da sociologia com a elaboração de reformas e políticas sociais (Giddens, 1987). A sociologia portuguesa, tem, de facto, esse trajeto nas últimas décadas, embora o seu envolvimento com as políticas sociais não pareça ter decorrido no modo dialógico prefigurado por Giddens, ou seja, num diálogo entre investigadores, decisores políticos e os grupos sociais destinatários das políticas em causa. Em que medida essa relação ocorreu ou não assim, é matéria, no entanto, de determinação empírica e esse é justamente um dos tópicos constitutivo da agenda de pesquisa sociológica sobre a sociologia aplicada às políticas públicas. Sobreposta a esta, outra questão de pesquisa de ordem geral é saber que efeitos essa sociologia, incorporada nas políticas públicas, teve sobre os setores e grupos sociais visados, e esta questão pode tornar-se mais ampla, e mais pertinente, se pensarmos que, em última análise, o contributo da sociologia para as políticas públicas é o contributo da sociologia para o desenvolvimento do país, desenvolvimento esse, já agora, pouco tomado como objeto de investigação sociológica. Será também preciso fazer, até como base empírica para responder a questões maiores como as enunciadas, uma sociografia dessa sociologia aplicada: que projetos de investigação relacionados com políticas públicas têm sido desenvolvidos; por que unidades de investigação e investigadores; em que áreas temáticas; que governos ou municípios os encomendaram; em que circunstâncias; que natureza tinham esses projetos (fundamentação, avaliação, estudo de impacto); que financiamento esteve envolvido; como foram definidas as problemáticas e construídos os objetos de investigação desses projetos. E mais perguntas podem entrar nessa sociografia.

Relativamente à participação de sociólogos na classe política, se é certo que neste artigo já ficam alguns elementos de pesquisa, será preciso expandir a investigação em duas direções. Por um lado, considerar não apenas os sociólogos que desempenharam funções governativas, mas também os que são deputados, nacionais e europeus, dirigentes partidários profissionais, membros de governos e parlamentos regionais, e autarcas com diferentes níveis de responsabilidade. E, fazendo-o, alargar o conceito restrito de sociólogo usado neste artigo, ou seja, não considerar apenas os sociólogos ligadas à academia, mas também os que, tendo obtido um grau em sociologia, integraram a classe política nesse sentido lato, saídos de outros mundos profissionais. Por outro lado, conhecer a situação das diferentes ciências sociais no que respeita ao acesso dos seus académicos e diplomados em geral à classe política. Os elementos que apresentei sugerem que esse acesso é muito maior a partir da sociologia do que de outras disciplinas desta área, mas falta determiná-lo empiricamente de maneira sistemática e, a confirmar-se, perceber porque é que essa diferença existe. Se as elites políticas se abrem à entrada de sociólogos para serem ministros, secretários de estado ou deputados, porque é que o mesmo não acontece com cientistas políticos, antropólogos, geógrafos, historiadores ou psicólogos sociais, sabendo-se que estas disciplinas também são solicitadas, embora menos frequentemente do que a sociologia, para a elaboração de estudos aplicados às políticas públicas?

No que se refere à relação dos sociólogos com os movimentos sociais – que, recorde-se, teve os seus primeiros momentos de concretização no imediato pós-Abril de 1974, quando a sociologia passou a ser praticada em liberdade –, uma agenda de pesquisa sociológica incluirá necessariamente pontos que são idênticos aos da agenda para o estudo da participação dos sociólogos na classe política, na medida em que as duas coisas estão parcialmente sobrepostas. Alguns dos sociólogos envolvidos em movimentos sociais participam simultaneamente na classe política, enquanto deputados ou em cargos autárquicos, eleitos por partidos de esquerda, nomeadamente o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português. Além disso, tal como nos que, não participando em movimentos sociais, desempenham cargos de

governo, coloca-se também a questão de saber como é gerido o ofício de sociólogo quando se funciona no modo duplo político e sociológico. Os sociólogos que tomam parte ativa em movimentos sociais, com objetivos de mudança social progressista, emancipatória, fazem-no munidos de uma conceção de sociologia em que a identificação de problemáticas e a construção de objetos de investigação e de ação é feita em parceria com as lideranças desses movimentos. Assim, seria de saber como é que esse trabalho a quatro mãos é dividido e realizado, sobre que campos temáticos ele incide, ou seja, que trabalho conjunto é feito com os diferentes tipos de movimentos sociais, se esse trabalho envolve mais uns movimentos do que outros, que produção sociológica resulta daí, e como é que os resultados desse trabalho se plasmam eventualmente em políticas públicas, desde logo aproveitando a circunstância referida de os sociólogos ligados a movimentos sociais poderem ser, ao mesmo tempo, membros da classe política.

Finalmente, quanto ao papel da sociologia na consolidação de valores políticos democráticos, como a liberdade, a justiça social, a igualdade de oportunidades, o antirracismo, por via da disseminação dos resultados das pesquisas que os sociólogos fazem e das suas intervenções públicas a esse respeito, incluindo, é claro, as suas publicações académicas, mas mais até as chamadas atividades de transferência de conhecimento, uma agenda de pesquisa deveria, desde logo, perceber como é que esses resultados chegam à população em geral e que formas de receção desse conhecimento ocorrem. A este respeito, será útil ter em mente os diferentes modos de “produção de saberes sobre o social” (discursos mítico-proféticos, discursos político-mediáticos e discursos das ciências sociais) que José Madureira Pinto tão bem identificou há quase três décadas, bem como as formas de articulação desses discursos entre si que assinalou (Pinto, 1996; 2007: 99-100). A circulação social dos discursos produzidos pelos sociólogos, em especial as conclusões das pesquisas que realizam, quer as pesquisas aplicadas às políticas públicas, quer as autogeradas e autonomamente desenvolvidas em contexto académico, para além dos canais científicos próprios, como as revistas especializadas, a que só os especialistas tendem a aceder, depende justamente de canais do campo político ou do campo mediático, como a publicação oficial de relatórios de investigação ou as notícias e reportagens jornalísticas. Relativamente a

essa circulação, seria de investigar como se articulam agendas políticas, agenda mediáticas e as agendas de publicação e divulgação dos próprios sociólogos. Ainda no plano da circulação dos saberes sociológicos, seria de estudar como é que um grupo profissional tão numeroso e com forte poder de mediação como os professores, nomeadamente os do ensino secundário, intervêm nessa circulação. Mas, além da circulação de saberes e de tudo o que ela envolve, importaria conhecer a substância da incorporação social dos conhecimentos sociológicos e da sua tradução em reflexividade social e cultura política democrática. Para apontar um tema em concreto, era importante investigar o que fica socialmente das evidências abundantes, reiteradas, consistentes, que, em todos os lugares onde a sociologia pode ser praticada livremente, ela tem produzido, desde sempre, sobre as múltiplas faces das desigualdades sociais e os seus perniciosos efeitos.

Referências bibliográficas

- ALLEN, Peter, & CARNEY, Paul (2017), "What do we mean when we talk about the 'political class'?", *Political Studies Review*, 15 (1), pp. 18-27.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1992), "Trabalhar em sociologia, ensinar sociologia", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, pp. 187-199.
- ALMEIDA, Maria Antónia Pires de (2003), "As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997", em António Costa Pinto, André Freire (orgs), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras: Celta, pp. 9-41.
- ALMEIDA, Pedro Tavares, & PINTO, António Costa (2006), "Os ministros portugueses, 1951-1999: perfil social e carreira política", em Pedro Tavares de Almeida e outros, *Quem Governa a Europa do Sul?*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 19-58.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2018), *Governos Portugueses. Composição e Legislação*, Lisboa: Assembleia da República.
- ÁVILA, Patrícia (2023), "Aprendizagem e educação de adultos em Portugal e na EU: relevância sociológica, desafios conceptuais e resultados de investigação", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 102, pp. 9-39.
- BARRETO, António (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- BENAVENTE, Ana, ROSA, Alexandre, COSTA, António Firmino da, & ÁVILA, Patrícia (1996), *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação
- BIRNBAUM, Norman (1968), "The crisis of Marxist sociology", *Social Research*, 35 (2), pp. 348-380.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1989), "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político", em *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, pp. 163-207.
- BOURDIEU, Pierre (1997), *Les Usages Sociaux de la Science. Pour une Sociologie Clinique du Champ Scientifique*. Paris: INRA Éditions.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Science de la Science et Reflexivité*. Paris: Raisons d'Agir.
- BOURDIEU, Pierre (2003 [1984]), *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século.
- BURAWOY, Michael (2005), "For public sociology", *American Sociological Review*, 70 (1), pp. 4-28.
- BURAWOY, Michael (2007), "Open the social sciences: to whom and for what?", *Portuguese Journal of Social Science*, 6 (3), pp. 137-146.
- CAPUCHA, Luís (2018), "Educação de adultos: a ideologia conta", *Fórum Sociológico*, 32, Série II, pp. 17-27.
- CARVALHO, Rita Almeida de, & FERNANDES, Tiago (2003), "A elite política do marcelismo: ministros, secretários/subsecretários de Estado e deputados (1968-1974)", em António Costa Pinto, André Freire (orgs), *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta, pp. 67-96.
- CASTILHO, J.M. Tavares (2003), "A elite parlamentar do marcelismo (1965-1974)" em António Costa Pinto e André Freire (orgs), *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta, pp. 43-66.

MACHADO, Fernando Luís (2024),

"Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica ao caso português", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIX, pp. 13 - 55
DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a1>

- CAVACO, Carmen (2016), "Políticas públicas de educação de adultos em Portugal: a invisibilidade do analfabetismo", *Laplage em Revista (Sorocaba)*, 2 (4), pp. 51-62.
- COENEN-HUTHER, Jacques (2004), *Sociologie des Élités*. Paris: Armand Colin.
- CRUZ, Manuel Braga da (1988), "Sobre o parlamento português: partidização parlamentar e parlamentarização partidária", *Análise Social*, 100, pp. 97-125.
- FRIEDRICHS, Robert W. (1970), *A Sociology of Sociology*. New York: Free Press.
- FREIRE, André (1998), "Lógicas de recrutamento parlamentar: os deputados portugueses, 1975-1999", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 28, pp. 115-147.
- FREIRE, André (2002), "A profissionalização política dos deputados portugueses", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 12, pp. 27-56.
- GIDDENS, Anthony (1987), "Nine theses on the future of sociology", em *Social Theory and Modern Sociology*. Cambridge: Polity Press, pp. 22-51.
- GOULDNER, Alvin (1970), *The Coming Crisis of Western Sociology*. New York: Free Press.
- LOBO, Marina Costa (2003), "A elite partidária em Portugal, 1976-2002: dirigentes, deputados e membros do governo", em António Costa Pinto, André Freire (orgs), *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta, pp. 249-275.
- LOUÇÃ, Francisco, LOPES, João Teixeira, & COSTA, Jorge (2014), *Os Burgueses. Quem São, Como Vivem, Como Mandam*. Lisboa: Bertrand.
- MACHADO, Fernando Luís (2024), Bibliografia Temática e Cronológica da Investigação Sociológica em Portugal (1964-2024). Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- MACHADO, Fernando Luís (2023), "A sociologia sob observação sócio-histórica: elementos para uma agenda de pesquisa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 101, pp. 53-69.
- MACHADO, Fernando Luís (2022), *Investigação Sociológica em Portugal. Um Guia Histórico e Analítico*. Porto: Afrontamento.
- MACHADO, Fernando Luís (2020), *Sociologia em Portugal. Da Pré-história à Institucionalização Avançada*. Porto: Afrontamento.
- MACHADO, Fernando Luís (2009), "Meio século de investigação sociológica em Portugal: uma interpretação empiricamente ilustrada", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 19, pp. 283-343.
- MACHADO, Fernando Luís, & COSTA, António Firmino da (1998), "Processos de uma modernidade inacabada", em José Manuel Leite Viegas, António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras: Celta, pp. 17-44.
- MARTINS, João Eduardo (2014), *Das Políticas às Práticas de Educação de Adultos. Lógicas de Ação, Sentidos e Modos de Apropriação Localmente Produzidos*. Lisboa: Colibri.
- MARTINS, Hermínio (1998 [1971]), "Classes, status e poder em Portugal", em *Classe, Status e Poder*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 99-131.
- MENDES, Maria Manuela (1993), "As elites políticas num concelho da Área Metropolitana do Porto", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 14, pp. 177-198.
- MICHELS, Roberto (1989 [1912]), "A base conservadora da organização", "A democracia e a lei férrea da oligarquia", em Manuel Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 449-457, pp. 479-498.
- MILLS, Charles Wright (1956), *The Power Elite*. Oxford: Oxford University Press.
- MOSCA, Gaetano (1989 [1896]), "A classe política", em Manuel Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 405-419.
- NUNES, Adérito Sedas (1964), "Portugal, sociedade dualista em evolução", *Análise Social*, 7/8, pp. 407-462.
- NUNES, Filipe (2023), "Continuidade e mudança nos padrões de recrutamento: a elite administrativa portuguesa (2000-2020)", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 102, pp. 79-98.
- PARETO, Vilfredo (1989 [1916]), "Circulação das elites", "O uso da força em sociedade", em Manuel Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 449-457, pp. 465-473.
- PINTO, António Costa (2001), "O império do professor: Salazar e a leite ministerial do Estado Novo (1933-1945)", *Análise Social*, 157, pp. 1055-1078.
- PINTO, António Costa (2020), "A elite ministerial da democracia portuguesa: entre políticos e tecnocratas", in Rui Branco, Tiago Fernandes (coords.), *45 anos de Democracia em Portugal*. Lisboa: Assembleia da República, pp. 143-161.
- PINTO, José Madureira (1996), "Tópicos para uma análise da produção de saberes sobre o social", em AA VV, *Dinâmicas Multiculturais. Novas Faces, Novos Olhares*, volume 1. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 95-98.
- PINTO, José Madureira (2004), "Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 11-31.
- PINTO, José Madureira (2007), *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares*, Reflexividade Social, Porto, Afrontamento.
- PUTNAM, Robert (1977), "Elite transformation in advanced industrial societies: an empirical assessment of the theory of technocracy", *Comparative Political Studies*, 10 (3), pp. 383-412.
- SILVA, Augusto Santos (2017), "Sociologia e política pública: sobre avanços recentes em Portugal", *Análise Social*, 225, pp. 782-803.

SILVEIRA, Pedro (2021), *Os Secretários de Estado. Conflito e Liderança no Ministério*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

STOCK, Maria José (1985), *Elites, Fações e Conflito Intrapartidário. O PPD/PSD e o Processo Político Português de 1974 a 1985*, Évora, Universidade de Évora.

Anexos

Anexo 1.

Sociólogos em funções de ministro e secretário de estado (1974-2024).

Governos	Data de vigência	Composição política	Ministros	Secretários de Estado
II Governo Provisório	1974	Militares. Cívicos do PS, PSD, PCP e independentes.	Ministro da Educação e Cultura	
II Governo Provisório	1974-1975	Militares. Cívicos do PS, PSD, PCP e independentes.	Ministro da Educação e Cultura	
I Governo Constitucional	1976-1978	PS	Ministro da Agricultura e Pescas Ministro do Comércio e Turismo	
V Governo Constitucional	1979-1980	Independentes	Ministro da Coordenação Social e dos Assuntos Sociais Ministro da Cultura e Ciência	Secretário de Estado do Ensino Superior
XIII Governo Constitucional	1995-1999	PS	Ministro da Qualificação e Emprego	Secretário de Estado do Emprego e Formação Secretário de Estado da Juventude
XIV Governo Constitucional	1999-2002	PS	Ministro do Trabalho e da Solidariedade Ministro da Educação Ministro da Cultura	Secretário de Estado da Administração Educativa Secretário de Estado do Emprego e Formação Secretário de Estado da Juventude e do Desporto
XV Governo Constitucional	2002-2004	PSD	Ministro da Educação	Secretária de Estado da Educação
XVII Governo Constitucional	2005-2009	PS	Ministro dos Assuntos Parlamentares Ministra da Educação	Secretário de Estado Adjunto e da Educação

MACHADO, Fernando Luís (2024),

“Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica ao caso português”,
Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 13 - 55
 DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a1>

Sociólogos em funções de ministro e secretário de estado (1974-2024) (continuação).

Governos	Data de vigência	Composição política	Ministros	Secretários de Estado
XVIII Governo Constitucional	2009-2011	PS	Ministro da Defesa Nacional	Secretária de Estado da Igualdade Secretário de Estado da Educação
XXI Governo Constitucional	2015-2019	PS	Ministro dos Negócios Estrangeiros Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa Ministra da Cultura	Secretária de Estado Adjunta do Primeiro-Ministro Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa Secretário de Estado do Emprego Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade
XXII Governo Constitucional	2019-2022	PS	Ministro dos Negócios Estrangeiros Ministra da Presidência Ministra da Cultura	Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações
XXIII Governo Constitucional	2022-2024	PS	Ministra da Presidência Ministra da Defesa Nacional Ministro da Cultura	Secretário de Estado das Infraestruturas Secretário de Estado do Trabalho

Fernando Luís Machado.

Sociólogo, Professor Catedrático do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE). Endereço de correspondência: ISCTE-IUL, Avenida das Forças Armadas, 1649-026, Lisboa, Portugal.

E-mail: fernando.machado@iscte-iul.pt

Artigo recebido a 02/12/2024 e aceite para publicação a 20/12/2024.

MACHADO, Fernando Luís (2024),

“Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica ao caso português”,
Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 13 - 55
 DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a1>

Português

Notas sobre o ensino universitário da sociologia e a profissão de sociólogo

Carlos Manuel Gonçalves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP)

Resumo

Elenca-se um conjunto de notas sintéticas sobre o ensino universitário da sociologia e a profissão de sociólogo. São contributos para o debate, que deve ser continuado e permanente no seio do grupo profissional dos sociólogos. No caso do ensino, apresentam-se dados sobre a sua procura e oferta institucional, que servirão para a discussão sobre alguns atributos dos sociólogos no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Sociologia; Sociólogos; Ensino universitário da sociologia.

English

Notes on university teaching of sociology and the profession of sociologist

Abstract

A set of synthetic notes on university teaching of sociology and the profession of sociologist are presented. The aim is to contribute to the debate, which must be continued and permanent within the professional group of sociologists. In the case of teaching, data on its institutional demand and supply are presented, which will serve to discuss some attributes of sociologists in the job market.

Keywords: Sociology; Sociologists; University teaching of sociology.

Français

Notes sur l'enseignement universitaire de la sociologie et le métier de sociologue

Résumé

Un ensemble de notes synthétiques sur l'enseignement universitaire de la sociologie et le métier de sociologue est présenté. L'objectif est de contribuer au débat, qui doit être poursuivi et permanent au sein du groupe professionnel des sociologues. Dans le cas de l'enseignement, des données sur sa demande et son offre institutionnelle sont présentées, ce qui servira à discuter certaines qualités des sociologues sur le marché du travail.

Mots-clés: Sociologie; Sociologues; Enseignement universitaire de sociologie.

Español

Apuntes sobre la enseñanza universitaria de la sociología y la profesión del sociólogo

Resumen

Se presenta un conjunto de apuntes sintéticos sobre la enseñanza universitaria de la sociología y la profesión del sociólogo. El objetivo es contribuir al debate, que debe ser continuo y permanente dentro del colectivo profesional de los sociólogos. En el caso de la docencia, se presentan datos sobre su demanda y oferta institucional, que servirán para discutir algunos atributos de los sociólogos en el mercado laboral.

Palabras clave: Sociología; sociólogos; enseñanza universitaria de la sociología.

O presente texto regista um conjunto de notas que foram parcialmente explanadas no Painel 2 – “Profissionalização da sociologia e mercado de trabalho dos sociólogos”¹ - do colóquio "25 de Abril e Sociologia em Portugal", organizado pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto em 27 de setembro de 2024. São notas sintéticas. Saudamos a iniciativa como um momento importante de reflexão e debate (atributos do *ethos* do sociólogo), de cruzamento de ideias de várias gerações de sociólogos, e pela demonstração das relações intrincadas entre a evolução da sociologia portuguesa e a democratização do nosso país no pós Abril de 1974.

1.

Consideramos que os sociólogos portugueses constituem presentemente um grupo profissional de elevada qualificação científica e técnica (Tripier *et al.*, 2011; Gonçalves, 2006). Assistimos nos últimos cinquenta anos ao seu processo de emergência e consolidação. Tem sido uma profissionalização temporalmente contínua, marcada pela complexidade e pela alteração dos padrões de evolução em que pontifica uma relação, de natureza umbilical, com a investigação científica e o ensino universitário da sociologia². Disto nos dá conta, ao longo dos anos, um naipe alargado de contribuições de sociólogos com uma notória capacidade de análise e

¹ O painel contou com as contribuições de António Firmino da Costa (ISCTE-IUL, CIES), Madalena Ramos (ISCTE-IUL, CIES), Ana Ferreira (FCSH-UNL, CICS.NOVA) e do autor e foi moderado por Cristina Parente (FLUP, IS-UP).

² Relação que está presente nas reflexões elaboradas pelos sociólogos.

reflexão crítica muito distante das opiniões “dentristas” que, em alguns grupos profissionais, difundem uma imagem endeusada de “virtude profissional” com a finalidade primeira de justificar as suas jurisdições no mercado de trabalho.

Que atributos principais configuram o grupo profissional dos sociólogos? Em primeiro lugar, conhecimentos e competências científicas e técnicas, de natureza substantiva e processual, que lhe são parcialmente específicas e (re)construídas ao longo do desenvolvimento da sociologia como ciência social. A par disto subsiste a incorporação de conhecimentos de outras ciências sociais, expressando um padrão de interdependência disciplinar. Esta é precisamente uma das fortes qualidades teórico-metodológicas dos sociólogos e que decorre diretamente do seu processo de socialização académica e ethos profissional. Nem sempre vemos essa postura por parte de outros cientistas sociais, mas, ao invés, uma arrogância e imperialismo científicos. Em segundo, formação académica ministrada em diversas Universidades nacionais materializada atualmente em três ciclos de ensino (licenciatura, mestrado e doutoramento), de acordo com o Processo de Bolonha³. Por sua vez, não existe um ato profissional sociológico que sustente jurisdições profissionais monopolistas. E a principal razão para isso é a natureza complexa e a multidimensionalidade do objeto da sociologia que impossibilitam uma relação direta e unívoca com uma prática profissional sustentada num elenco normativo de tarefas. É uma questão polémica e geradora de debate no seio do grupo (Costa, 2018). Contudo, consideramos que temos assistido à construção continuada de espaços de atividades para os sociólogos, com uma relativa diferenciação face a outros grupos profissionais, consequência quer do seu incremento e diversificação das suas atividades no mercado de trabalho, exteriores à academia, quer da demonstração positiva e funcional, em contexto organizacional, dos seus conhecimentos e competências. Em quarto, uma autoidentidade de grupo e uma cultura profissional que são próprias, embora nem sempre difundidas e percecionadas com contornos bem demarcados,

³ O Processo de Bolonha estabelece três ciclos de estudos: 1º ciclo, licenciatura (3 anos); 2º ciclo, mestrado (3 anos); 3º ciclo, doutoramento (3 anos). O mestrado integrado (geralmente de 5 anos) existe para cursos que formam para profissões reguladas exclusivamente por Ordens profissionais. Os cursos de sociologia adequaram-se ao novo ciclo de estudo tripartido. Reduz-se substancialmente o período de formação dos diplomados em sociologia, que anteriormente a 2006 correspondia à licenciatura (5 ou 4 anos conforme os cursos), mestrado (2 anos) e doutoramento (geralmente 4 a 5 anos).

que geram diferenciação e distinção sociais. Atributo este que se estriba na existência de um código deontológico, que regista sinais de desadequação, da responsabilidade da Associação Portuguesa de Sociologia (APS), como também em princípios éticos (APS, 1992; Vieira *et al.*, 2020). Em quinto, a existência de duas associações de natureza científica e profissional, a APS e a Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APSIOT), ambas criadas em 1985. Não têm o poder monopolista de controlar o acesso à profissão, de regular e supervisionar as respetivas atividades. Isso não impede de reconhecerem os seus membros como sociólogos e de exercerem ações, na qualidade de instância de representação política, de defesa da sociologia e da profissão de sociólogo⁴. Por último, existe o reconhecimento pelas entidades estatais, privadas e outras, dos contributos científicos e profissionais dos sociólogos como profissionais altamente qualificados com incidência no mercado de trabalho. Não é amplo e não tem sido consistente ao longo do tempo. A barreira do desconhecimento e/ou da desvalorização mantém-se presente por parte de organizações públicas e privadas. O mesmo podemos afirmar (sem assumir uma visão pessimista) de segmentos populacionais quando confrontados sobre “o que é a sociologia?” e “para que serve o sociólogo?”.

Importa reforçar que a emergência e consolidação dos grupos profissionais são o produto de uma trama complexa de fatores (Gonçalves, 2006 e 2007), que igualmente verificamos para os sociólogos, embora com algumas particularidades: o desenvolvimento da respetiva formação universitária de modo a serem produzidos os profissionais; a existência de um corpo de conhecimentos teóricos, técnicos e de competências específicas que enformam as representações e as práticas em

⁴ Ambas as associações têm o estatuto de “Entidade de Utilidade Pública”. De acordo com o artigo 2º dos Estatutos da APS “A Associação Portuguesa de Sociologia tem por objectivos: a) Promover o desenvolvimento da Sociologia em Portugal e a criação de uma comunidade sociológica nacional; b) Encorajar a investigação e dinamizar a comunicação e o debate científico; c) Incentivar e divulgar a análise sociológica da realidade portuguesa; d) Promover a integração dos sociólogos portugueses na comunidade sociológica internacional; e) Divulgar junto das instituições e da opinião pública a natureza e os contributos da Sociologia; f) Favorecer o relacionamento com outras disciplinas e outras comunidades científicas e grupos sócio-profissionais; g) Promover a actividade profissional dos sociólogos e garantir um adequado cumprimento do seu código deontológico”. Sobre a história da APS e da APSIOT atenda-se a Kovacs & Moniz (1986), Machado (2020 e 2022), Baptista & Machado (2009), Costa (2018) e Machado (2019 e 2022). Ramos (2021) dá-nos conta das opiniões dos diplomados em sociologia sobre aquelas duas associações.

contexto de trabalho; a criação e divulgação do título profissional e das correspondentes definições; as mutações económicas, científicas, técnicas e organizacionais que induzem a criação de novos empregos cujo perfil de tarefas convoca, nem sempre de modo exclusivo, a intervenção da profissão emergente; o trabalho social e político desenvolvido pelas instâncias de representação da profissão com o objetivo de conquista e manutenção de jurisdições e de privilégios materiais e simbólicos (o que ocorre frequentemente contra os interesses de outros grupos profissionais); a intervenção direta ou indireta do Estado face ao grupo. Acrescenta-se que todo este processo se ancora em ações individuais e coletivas que os profissionais desencadeiam para obter o (re)conhecimento social da profissão, da área científica que a enforma e do leque de atividades que desempenham no mercado de trabalho.

2.

Não é este o espaço para uma abordagem desenvolvida de cada um dos atributos enumerados. Focaremos somente o ensino universitário da sociologia, os títulos académico e profissional e o exercício profissional. Constituem dimensões muito relevantes no processo de profissionalização.

A oferta institucional de cursos universitários em sociologia, no ano letivo de 2022/23, integrava 16 licenciaturas, 14 mestrados e 12 doutoramentos lecionados em 11 estabelecimentos de ensino⁵. É uma oferta robusta e expandida desde 1974, que progressivamente foi abrangendo a quase totalidade do território nacional, subsistindo uma parcial diversidade de planos de estudos, conteúdos temáticos e métodos de ensino⁶. Expansão que se articula com a consolidação da investigação sociológica e o processo de profissionalização⁷ e, por sua vez, se incorpora no âmbito

⁵ Abrangemos somente os cursos cuja denominação tinha o termo sociologia e que estavam classificados na “Área de educação e formação – código da área detalhada” 0314. Veja-se Direção Geral das Estatísticas de Educação.

⁶ Sobre o ensino da sociologia na Universidade consulte-se: Resende e Vieira (1993); Machado (1993); Silva (1999); Ferreira e Serpa (2017); Romão (2021); Brandão *et al.* (2021); Mendes & Sá (2021); Bento *et al.* (2021).

⁷ Consulte-se sobre a profissionalização, entre outros, os seguintes textos: Costa (1988 e 2004); Almeida (1999a); Gonçalves *et al.* (2004); Pinto (2004); Machado (1996); Lopes *et al.* (2020); Silva (2016); Abrantes (2022).

mais global dos “geradores institucionais de sociologia em Portugal” (“gerador sociocultural” e “gerador político-social”) definidos por Machado (2022).

Em 2009, completava-se a implementação do Processo de Bolonha, iniciada três anos antes, que necessariamente reestruturou a procura e a oferta do ensino universitário da sociologia (Quadro 1)⁸. O número de vagas de ingresso nas licenciaturas decresce até ao ano letivo de 2013/14, estabilizando posteriormente. Assiste-se a uma contenção da oferta por parte das instituições de ensino. No caso dos inscritos nas licenciaturas e mestrados é patente, nos primeiros anos da série, uma redução, seguida de limitadas variações anuais. Aspeto este que caracteriza igualmente os doutorandos ao longo do tempo (retenha-se o elevado número de matriculados). Quanto aos diplomados, os licenciados diminuem depois de 2011/12, registando-se, nos anos seguintes, inflexões de sentido contrário. Os mestres têm o mesmo padrão de evolução, enquanto os doutores primam pela irregularidade quantitativa. Todo este movimento demográfico da sociologia segue genericamente o padrão do ensino superior em geral. Entre 2011/12 e 2016/17 ocorre um decréscimo do volume de inscritos e de diplomados. Tendência que, só em parte e lentamente, se inverte em anos posteriores. Estamos perante o efeito substantivo da severa crise económica e social que irrompeu em finais de 2008⁹ e do início da recuperação paulatina que se lhe seguiu passados cerca de quatro anos. Para todos os ciclos de ensino da sociologia é observável uma proporção maioritária, ou muito perto disso, de mulheres (entre os 45% e os 60%), alinhando com a bitola do ensino superior no nosso país, considerado globalmente. A completar estes dados é relevante indicar que o ensino da sociologia é procurado por estudantes internacionais. No ano letivo de 2022/23, tinham este estatuto 9,9% do total dos alunos das licenciaturas (4,4% da

⁸ É de sublinhar que os indicadores que passaremos a apresentar correspondem à agregação de todos os cursos de sociologia, o que oculta as diferenças quantitativas entre si.

⁹ Recorde-se que a partir do final do ano de 2008 ocorreu uma forte degradação da situação económica e financeira do país num contexto internacional de instabilidade e incerteza. Em abril de 2011, face ao agravamento das condições económicas e do financiamento internacional, especialmente da crise da dívida soberana, o XVIII Governo Constitucional pediu ajuda financeira externa. É adotado um Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu. Inicia-se o período de ajustamento estrutural com a aplicação do “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica”, que integrou, principalmente, restrições às despesas públicas, acréscimo substancial dos impostos diretos e indiretos e reconfiguração do mercado de trabalho (desvalorização salarial e alteração das relações individuais e coletivas do trabalho no sentido sempre da sua flexibilização precarizante). A saída do período de resgate ocorreu em maio de 2014, na vigência do XIX Governo Constitucional.

Guiné-Bissau), 58,3% dos mestrandos (13,4% do Brasil) e 35,5% dos doutorandos (23,6% do Brasil). Representavam 17,6% do total dos alunos de sociologia¹⁰.

Quadro 1.

Indicadores sobre o ensino universitário da sociologia

Ano Letivo	Licenciatura vagas	Inscritos			Diplomados			Inscritos a)	Diplomados b)
		Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento		
2009/10	787	2283	444	342	457	132	33	378 156	74 538
2010/11	732	2280	407	329	398	107	36	391 221	75 265
2011/12	725	1935	388	310	477	114	47	386 258	78 975
2012/13	625	1816	266	417	463	91	47	368 209	78 947
2013/14	596	1729	424	318	339	82	51	358 733	74 129
2014/15	559	1605	352	326	395	86	43	345 263	74 457
2015/16	557	1706	319	317	387	70	31	346 118	72 888
2016/17	557	1645	303	363	327	84	46	347 090	73 821
2017/18	559	1648	288	361	387	75	45	356 559	76 093
2018/19	562	1710	290	365	394	74	35	366 535	76 957
2019/20	560	1631	289	334	438	69	29	376 089	81 008
2020/21	547	1715	311	385	433	87	24	390 371	85 758
2021/22	579	1838	364	345	350	85	40	410 411	84 639
2022/23	563	1852	358	344	442	84	41	422 219	90 379

Notas: a) Total nacional. Inclui unicamente licenciaturas, mestrados e doutoramentos. b) Total nacional. Inclui unicamente licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

Fonte: RAIDES

Verificamos acima uma sustentada abertura de vagas para as licenciaturas em sociologia. Que procura subsiste? Para os anos letivos mais recentes¹¹, as candidaturas às licenciaturas em sociologia, na 1ª fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior, são expressivas. Contudo, só uma parcela limitada delas corresponde à 1ª opção indicada pelos candidatos. Isto vai induzir uma situação semelhante nas colocações.

Quadro 2.

Procura do ensino universitário da sociologia na 1ª fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior.

	Candidaturas	Candidaturas 1ª opção (%)	Colocados	Colocados 1ª opção (%)
2020/21	3996	9,5	569	16,9
2021/22	3654	9,3	559	25,9
2022/23	3869	10,0	541	21,2

Fonte: Ministério da Educação, Ciência e Inovação

¹⁰ Para aquele ano letivo do total dos alunos inscritos no ensino superior (446.028), 17% eram estrangeiros.

¹¹ Somente existe informação para aqueles anos. Consulte-se: <https://www.dges.gov.pt> (consulta em 1 de setembro de 2024)

A este indicador podemos agregar outro – passado um ano de ingresso no 1º ano das licenciaturas em sociologia, qual a situação académica dos respetivos alunos? Para 2022/23¹²: i) permaneciam inscritos no mesmo estabelecimento/curso, 69,2%; ii) não estavam inscritos nos cursos de sociologia, mas em outro curso do estabelecimento em que ingressaram um ano antes 6,3%; iii) não estavam inscritos em sociologia, mas em outro estabelecimento, 8,0%; iv) não se encontravam em nenhum curso do ensino superior nacional, 16,5%. Existe um fluxo de saída relevante no final do 1º ano e que não deve ser menosprezado (cerca de 3 em cada 10 alunos). Podemos admitir que a não eleição das licenciaturas em sociologia como 1ª opção seja um dos fatores que concorre para a transferência dos alunos para outro curso ou para o abandono escolar¹³. Note-se que subsistem alunos em que a saída não ocorre porquanto aderem à sociologia pelos conteúdos, métodos pedagógicos usados, contexto académico ou ação deliberada dos docentes e das instituições de ensino em contrariar o abandono e o insucesso escolar¹⁴.

Em 2006, a disciplina de sociologia no Ensino Secundário, lecionada no 12º ano, deixou de integrar o conjunto de exames nacionais. Foi uma medida que conduziu à sua subalternização académica e à sua ausência, ou perda de importância, na formação científica e humana dos alunos. A isto acrescentamos que reiteradamente a disciplina não é lecionada por docentes diplomados em sociologia, aqueles que detêm os conhecimentos científicos e técnicos necessários para o fazer. A condição inversa de lecionação seria fundamental para a motivação e interesse dos alunos e um forte estímulo ao ingresso nas licenciaturas em sociologia¹⁵. As direções da APS

¹² Corresponde a todos os “alunos inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, em 2020/21 ou em 2021/22”, abrangendo 1499 indivíduos. Fonte: <https://www.dges.gov.pt> (consulta em 5 de setembro de 2024)

¹³ Quais as razões para o ingresso na licenciatura em sociologia? Em Gonçalves *et al.* (1995), a questão foi abordada no quadro mais global da caracterização da população estudantil que frequentava o 1º ano da licenciatura em Sociologia da FLUP nos anos letivos de 1992/93 a 1994/95. “Possibilidade de vir a participar no processo de desenvolvimento social do país”, “Possibilidade de intervenção no âmbito da realidade social” e “Acesso a uma profissão cuja prática lhe proporcionará satisfação e realização pessoal” são as razões mais relevantes para a escolha do curso. Representam um cruzamento entre um valor ego-centrado (o último) e os valores sócio-centrados (os dois primeiros). Aqui fica esta nota para a história do ensino da sociologia.

¹⁴ O interesse dos sociólogos pelo abandono e o insucesso escolar no ensino superior encontra-se patente nos textos de Hernâni Neto *et al.* (2010), Almeida (2013) e Costa *et al.* (2014), que mantêm a sua atualidade.

¹⁵ É de reter a divulgação da sociologia pela comunidade universitária junto dos alunos do ensino secundário, indicada em Alves *et al.* (2021), pela FLUP e Vieira *et al.* (2021), pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Com a intervenção dos docentes, investigadores e alunos de sociologia da FLUP realiza-se anualmente o Dia Aberto da Sociologia, a Universidade Júnior (com um curso que, em 2024, teve o título “Uma semana na lua com a Sociologia: anda ver o mundo como nunca sonhaste!”) e Mostra da Universidade do Porto. Veja-se também <https://isociologia.up.pt/atividades-de-ensao>

procuram, junto do Ministério da Educação e ao longo dos anos, mudar este panorama, contudo, sem sucesso (Silva, 2022). Por parte dos colegas sociólogos, que são docentes no Ensino Secundário, tem sido patente uma capacidade de problematização das suas práticas pedagógicas, dos conteúdos programáticos e do interesse por parte dos alunos pela sociologia (APS, 1999).

A reconfiguração do ensino universitário da sociologia com o Processo de Bolonha, decorrente da aplicação do princípio geral da circulação entre formações académicas de áreas científicas diferentes, conduziu à formação de mestres e doutores na nossa área de não licenciados e/ou mestres em sociologia. Por exemplo, no mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), e agregando os respetivos diplomados entre 2017/18 e 2019/20¹⁶, 60,4% eram licenciados em sociologia. Filosofia, serviço social, jornalismo e comunicação e economia são as licenciaturas predominantes no conjunto dos restantes mestres. Noutros termos, ingressam no mercado de trabalho mestres provenientes da fileira formativa da sociologia (licenciatura na área) e outros com uma formação compósita ou híbrida (licenciaturas em outras áreas científicas). Dois percursos no ensino superior cujos sujeitos vão usar o mesmo título académico de mestre em sociologia e, provavelmente, o mesmo título profissional de sociólogo. Retenha-se que, atualmente, as licenciaturas em sociologia são robustas e amplas quanto a conteúdos, por exemplo, nos domínios das teorias, metodologias, métodos quantitativos, dinâmicas das sociedades contemporâneas e em algumas sociologias especializadas (trabalho/organizações, família, território e outras) a par de incorporação, na oferta formativa, de unidades curriculares de outras ciências sociais. Quem não provém da licenciatura em sociologia não possui, parcial ou totalmente, tais conteúdos¹⁷. Possui outros, obtidos nas respetivas licenciaturas, o que importa não esquecer. Em síntese, no ingresso no mercado de trabalho cada um dos percursos vai necessariamente apresentar um património de conhecimentos e de competências parcialmente disjunto. É uma questão que fica em aberto, que merece

¹⁶ Dados retirados dos estudos do Observatório de Emprego da Universidade do Porto, que correspondem à amostra de 53 mestres (96,4% do total dos mestres em sociologia).

¹⁷ Não é em dois anos letivos de mestrado em Sociologia, em que o primeiro está estruturado no conjunto de unidades curriculares que perfazem 60 ECTS, e o segundo dirigido para a realização de uma dissertação ou estágio, que se consegue colmatar a ausência dos conhecimentos apreendidos na licenciatura em Sociologia.

uma reflexão na academia em que devem participar os empregadores, mas nunca num registo de inclusão/exclusão.

3.

O ensino universitário da sociologia é um ponto de partida para a discussão dos títulos académico e profissional, bem como do exercício da profissão de sociólogo. São indissociáveis e cruciais para a identidade e reconhecimento social e profissional do grupo particularmente face aos demais profissionais. Aqueles dois tipos de títulos não são meras designações produzidas num “vazio social”. Eles dão nome a uma coisa. São um meio de identificação e de hierarquização sociais. Funcionam como uma bússola nas dinâmicas sociais. O uso de diplomado em sociologia (licenciado, mestre e doutor) é pacificamente aceite entre nós. Decorre do êxito do processo de institucionalização do ensino universitário da ciência sociológica desde 1974. Resistiu às turbulências da aplicação do Processo de Bolonha. Vemos que não é o único título académico que poderá dar acesso, ao nosso grupo, segundo os Estatutos da APS¹⁸. É uma posição que faz jus a todos aqueles que, principalmente nos períodos que Machado (2020 e 2022) delimitou como “Primeiros passos (1961-1974)” e “Institucionalização inicial (1974-1985)”, tiveram uma atividade crucial nos planos do ensino e investigação sociológica. E que continuam a ter os que já não estão entre nós. Por sua vez, o título profissional de sociólogo, de um modo geral, não gera controvérsias substantivas. Importa não esquecer que as nomenclaturas profissionais (Gonçalves, 2006; Gonçalves *et al.*, 2004) são, concomitantemente, quer um conjunto estruturado, interdependente e hierarquizado de profissões (usadas como ferramentas administrativas para categorização), quer recursos integrantes e

¹⁸ Estatutos da APS: “número 1 do Artigo 3º. Podem filiar-se na Associação todos os indivíduos no pleno gozo dos seus direitos civis, que sejam titulares de um qualquer grau académico em Sociologia do 1º, 2º ou 3º ciclos do ensino superior e que se empenhem activamente na prossecução dos objectivos da Associação, não sendo possível a filiação de pessoas colectivas de direito privado, público ou cooperativo; Artigo 4º, 1. Podem solicitar a filiação à Associação, através de requerimento próprio dirigido à Direcção, outros indivíduos que não reúnam as condições mencionadas no nº 1 do Artigo anterior, fazendo-o acompanhar de um curriculum vitae e profissional e de uma declaração justificativa do seu interesse específico pela filiação na Associação Portuguesa de Sociologia. 2. A Direcção, se assim o entender, poderá solicitar parecer do Conselho Consultivo para fundamentar a sua decisão sobre a atribuição da condição de membro associado da APS. 3. Aplica-se ao membro associado da APS os mesmos deveres e direitos que ao sócio efectivo, salvo o direito de ser eleito para a presidência de qualquer um dos órgãos da Associação, e o de deliberar sobre a alteração dos estatutos e a extinção da Associação”.

(re)produtores das identidades profissionais, quer ainda objetos de lutas sociais entre as instâncias de representação política dos respetivos grupos, no sentido de concretização de áreas de atividade profissional exclusivas no mercado de trabalho (não mais que a luta pela primazia dos seus recursos científicos e técnicos). Em síntese, o grupo profissional mobiliza instrumentalmente o seu título para o seu reconhecimento, para se distinguir dos demais (simbolicamente) com efeitos, diretos ou indiretos, no mercado de trabalho. Estamos no âmago dos processos de classificação/desclassificação/reclassificação sociais (Gonçalves, 2007).

O acesso à docência da disciplina de sociologia no ensino secundário e das disciplinas da área das ciências sociais dos ciclos de ensino básico (Valente *et al.*, 1995; Almeida, 1999b; Silva, 2022), às funções na administração pública central e local, consonantes com os conhecimentos e competências dos sociólogos, são exemplos de conflitos em que o nosso grupo, por vezes, foi preterido. Conflitos sem expressão pública e que ocorrem nos “bastidores” dos diversos organismos do Estado. Para a resolução a favor de um grupo em detrimento de outros, a capacidade política das respetivas instâncias de representação junto das direções daqueles organismos, a própria pertença profissional de quem ocupa tais direções, a desvalorização dos conhecimentos e competências do grupo não eleito e a opinião avulsa de que os respetivos profissionais não se adequam ao elenco de políticas do governo do momento são fatores a ter em consideração. O desconhecimento dos nossos papéis profissionais e/ou a confusão com outras formações académicas sobre o “social” – por exemplo, serviço social, animação sociocultural, ciência política, psicologia (em determinadas especializações), recursos humanos – são igualmente de considerar. Formações que nas últimas duas décadas aumentaram o número de cursos e vagas para licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

Uma parcela dos diplomados em sociologia não integra o grupo dos sociólogos. Em Gonçalves *et al.* (2001 e 2004) apresentam-se alguns dados sobre a questão¹⁹. Em

¹⁹ Trazemos ao presente texto tais estudos. Plasmam as condições de acesso ao emprego dos licenciados em Sociologia pela FLUP, entre 1988/89 e 1996/97, no caso da primeira publicação, e 1988/89 e 2001/02 na mais recente. Nem sempre divulgados, consideramos que são importantes para o equacionamento do emprego, embora estejam datados. É um contributo para a história da Sociologia da FLUP.

ambos os estudos cerca de 60% dos inquiridos reconhecem-se como sociólogos. Sobressai que a autoidentificação era alicerçada principalmente em dois tipos de justificações – “pelos conhecimentos sociológicos” e “pela função profissional”. Subsistia uma plena compatibilidade entre a formação académica e a atividade profissional”. No conjunto dos que não se reconheciam como sociólogos tal compatibilidade não era admitida, parte deles optaram por outro título profissional de modo a exprimir a assunção plena do seu emprego. Ramos *et al.* (2021) concluem pela importância relativa das representações do sociólogo como “profissional instrumental/interventivo” e “analista social abstrato/interpretativo”, ainda que com cambiantes conforme as gerações e as instituições de ensino, ao estudar as competências e práticas profissionais dos diplomados em sociologia²⁰. Reforçando o que acima apontámos, é de acolher que a autoidentificação como sociólogo, que ao longo da vida de trabalho pode extinguir-se e dar lugar a outra filiação profissional, está intrinsecamente associada ao processo de socialização no decurso da sua formação académica e às condições globais do mercado de trabalho. Os trabalhos de Tripier *et al.* (2011), Champy (2009) Vezinat (2016) e Burns (2019) no campo das profissões lançam pistas relevantes.

Os sociólogos exercem uma pluralidade de papéis profissionais no mercado de trabalho. É uma das características da nossa profissão, como se demonstra em APS (1992 e 1999), Machado (1996), Carreiras *et al.* (1999), Gonçalves *et al.* (2001 e 2004), Ramos (2018 e 2021), Parente (2014 e 2014a) e Pimentel (2016), entre outros²¹. Como apontámos acima, não existe um ato profissional sociológico, o que não deve ser interpretado como elemento de desvalorização profissional dos sociólogos. É essencial que se (re)afirme, de modo continuado e em “voz alta”, mas nunca numa postura de mera propaganda, que eles detêm uma formação académica que lhes confere uma importante preparação nos domínios teórico e metodológico,

²⁰ Entre nós o debate sobre a identidade profissional dos sociólogos tem contado, por vezes, com a mobilização dos tipos de sociologia de Burawoy (2005).

²¹ Consulte-se o Portfólio Profissional de Sociólogos/as <https://portfolioprofissionaldesociologos.wordpress.com/>. Os testemunhos dos sociólogos registados em APS (1995 e 1999), Carreiras *et al.* (1999), Ramos (2018) e Parente (2014 e 2014a) são os “bons exemplos” (Desrosières & Thévenot, 1988) da profissão. Podem funcionar como representações do que os sociólogos realizam em contextos de trabalho para o interior do grupo, estudantes de sociologia e potenciais empregadores.

na capacitação para a compreensão das dinâmicas sociais e para a intervenção social sociologicamente fundamentada, tornando a sua presença indispensável nas organizações.

Ao longo da institucionalização da sociologia portuguesa vários processos foram (re)desenhando o emprego para os sociólogos. O predomínio inicial dos sociólogos como docentes do ensino superior e investigadores foi dando lugar a atividades profissionais em empresas, autarquias, organismos do Estado central e regional, entidades do terceiro setor, entre outras organizações empregadoras. É um movimento que exprime o aumento e pluralidade da procura social dos conhecimentos e competências dos sociólogos, mas também o papel estruturante que as constantes (re)configurações das diversas entidades do mercado de trabalho determinam na criação/destruição do emprego. E aqui a natureza da oferta do emprego vem sendo decisiva para uma inserção qualificante dos sociólogos, o que nem sempre acontece. Por outro lado, subsistiu no passado recente, no quadro global das (re)configurações das organizações e da divisão do trabalho, o desenvolvimento de novos empregos que têm um perfil de funções inovador e não se encontram referenciados a uma particular formação académica. Tal ocorre predominantemente no setor dos serviços. Para a sua execução, por exemplo, os conhecimentos e competências dos que têm um título académico nas áreas das ciências sociais e do comportamento, humanidades e comunicação são um espaço eleito de recrutamento. Estamos perante a intermutabilidade entre diferentes formações académicas para a execução daqueles empregos em que uma parcela dos sociólogos se integra. Em simultâneo, diplomados em sociologia vivenciam trajetórias oscilantes entre emprego precário/formação/desemprego (de duração variada). Alguns dos empregos são marcados pela sobre-educação²², não conseguindo quem os detém aceder a outros que lhes possibilitem a mobilização dos conhecimentos e competências adquiridos

²² No equacionamento das relações entre o ensino e o mercado de trabalho, a situação de sobre-educação (genericamente abrange os sujeitos que possuem um nível de escolaridade superior ao requerido para o exercício das funções do emprego que ocupam num determinado momento da sua trajetória profissional) tem ganho expressão em Portugal. Veja-se Gonçalves (2017), Cantante e Estevão (2024); Fundação José Neves (2023), Suleman *et al.* (2024)

na sua formação, não obstante todas as ações que desencadeiam nesse sentido²³. Vivenciam uma reconversão profissional forçada, de natureza desqualificante, que vai erodindo as aspirações e expectativas que foram construindo ao longo do tempo, com particular incidência no decurso da sua formação académica em sociologia.

A pluralidade de papéis profissionais exercidos pelos sociólogos terá de ser equacionada com prudência, na medida em que pode gerar reações de afastamento e de desagregação do grupo profissional. Afastamento materializado no abandono dos conhecimentos e competências sociológicos. Desagregação quanto aos princípios identitários e ao autorreconhecimento como sociólogo. Enfrentar tal situação envolve ações particulares, que abrangem as dimensões do ensino e mercado de trabalho. Realizar uma análise continuada no tempo, ao nível de cada curso de sociologia (licenciatura, mestrado e doutoramento), sobre a transição da universidade para o trabalho e das trajetórias profissionais dos respetivos diplomados - o que permitiria observar as suas posições no mercado de trabalho e os modos como se relacionam com a sua formação académica, com a sociologia e com a profissão de sociólogo - são dimensões a problematizar detalhadamente. Assim, estariam criadas as condições para a compreensão detalhada das dinâmicas inerentes à inserção societal da nossa profissão. A par disto, outras ações seriam necessárias. Em primeiro lugar, a manutenção e incremento, nos planos de estudos dos três ciclos universitários em sociologia, de conteúdos sobre as práticas profissionais dos sociólogos e as questões éticas e deontológicas. Em segundo, o desenvolvimento, pela APS, APSIOT e cursos de sociologia, da divulgação e defesa

²³ No naipe de fatores que concorrem para essa situação, destacamos os mais relevantes: i) contexto social e económico criador ou destruidor de empregos; ii) relações entre as áreas científicas dos cursos e a oferta de emprego por parte das organizações empregadoras que podem ser mais ou menos facilitadoras da permanência ou não em emprego/desemprego e da sobre-educação (no sentido da quantidade e qualidade do emprego e do seu possível "ajustamento" aos conhecimentos e competências dos diplomados). O deficit de inovação organizacional e tecnológico que trespassa o tecido empresarial nacional conduz à desvalorização laboral dos diplomados num momento histórico em que existe uma tendência pesada de crescimento do nível da escolaridade da população; iii) embora sem a relevância dos fatores anteriores, é de atender que por parte das instituições de ensino superior subsiste a oferta de cursos e/ou de volume de vagas de ingresso que se rege mais por razões internas ou externas àquelas instituições, subvalorizando as dinâmicas do mercado de trabalho (não é o caso do ensino da sociologia). Note-se que não defendemos a determinação absoluta das configurações do sistema de ensino superior por parte do tecido económico. Nas últimas décadas, acentuou-se o discurso e as práticas de natureza empresarial na governação das instituições de ensino superior, da meritocracia e da adoção de uma perspetiva individualista sobre a empregabilidade dos diplomados. Discursos e práticas veiculadas por segmentos das comunidades académicas e presente nas medidas dos sucessivos governos.

da nossa imprescindibilidade nas organizações pelos conhecimentos e competências que detemos (a presença de sociólogos nas organizações pode ser um facto a potenciar o êxito desta ação). Divulgação feita continuamente junto dos organismos do Estado, mas também de outras organizações empregadoras, com especial destaque para as empresas tão reativas ao emprego de sociólogos. E, ainda, a APS e APSIOT, na qualidade de instituições de representação política, devem continuar, ou mesmo exonerar, a sua atividade de defesa dos sociólogos e de impedimento que outros grupos profissionais, por vezes de modo expedito, nos subalternizem no mercado de trabalho. As atividades das comumente denominadas profissões científicas e técnicas são sempre objeto de luta, de modo a manter e/ou ampliar a profissionalidade dos respetivos grupos no mundo do trabalho.

Referências bibliográficas

- ABRANTES, Pedro, *et al.* (2022), "Inserções, identidades e competências dos sociólogos em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 100, pp. 65-85.
- ALMEIDA, Ana Nunes de (1999a), "Uma introdução - Sociologia, sociólogos e práticas profissionais: percursos de construção da identidade no Portugal democrático", in: Helena Carreiras, Fátima Freitas e Isabel Valente (Eds.), *Profissão Sociólogo*. Lisboa: Celta Editora, pp.1-10.
- ALMEIDA, Ana Nunes de (1999b), "A Sociologia e os sociólogos no ensino secundário", in Associação Portuguesa de Sociologia (Org.), *A Sociologia e o Ensino Secundário*. Lisboa: Celta Editora, pp. 5-16.
- ALMEIDA, Ana Nunes de (Coord) (2013), *Sucesso, insucesso e abandono na Universidade de Lisboa: cenários e percursos*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- ALVES, Ângela *et al.* (2021), "Olhar sociológico sobre o mundo: debates nas escolas secundárias. Reflexões e práticas no Norte e Centro do País", *Configurações*, 28, pp. 43-64.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA (1992), *Código deontológico*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA (1999), *A Sociologia e o Ensino Secundário*. Oeiras: Celta Editora.
- BAPTISTA, Luís, & MACHADO, Paulo (2009), "A comunidade sociológica portuguesa: Pensando o papel e os dilemas da sociologia portuguesa contemporânea a partir da actividade da APS", *Revista Angolana de Sociologia*, 4, pp. 255-283.
- BENTO, Sofia, COSTA, Rosalina, & ARAÚJO, Emília (2021), "Trabalhos de grupo no ensino da Sociologia: práticas, discursos e tensões", *Configurações*, 28, pp. 139-158.
- BRANDÃO, Ana Maria, MELO, Benedita Portugal, & LOPES, João Teixeira (2021), "O ensino e a divulgação da Sociologia em Portugal: nota introdutória", *Configurações*, 28, pp. 5-10.
- BURAWOY, Michael (2005), "For public sociology", *American Sociological Review*, 70(1), pp. 4-28.
- BURNS, Edgar Alan (2019), *Theorising professions: a sociological introduction*. London: Palgrave MacMillan.
- CANTANTE, Frederico, & ESTÊVÃO, Pedro (2024), *(Des)ajustamentos qualificacionais em Portugal: evolução, incidências e a importância do ponto de partida*. Lisboa: Estudos CoLABOR.
- CARREIRAS, Helena, FREITAS, Fátima, & VALENTE, Isabel (Orgs.) (1999), *Profissão Sociólogo*. Oeiras: Celta Editora.
- CHAMPY, Florent (2009), *La Sociologie Des Professions*. Paris: PUF.
- COSTA, António Firmino da (1988), "Cultura profissional dos sociólogos", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, pp. 107-124.
- COSTA, António Firmino da (2004), "Será a sociologia profissionalizável?", in Carlos Manuel Gonçalves, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo (Coords.), *Actas do Encontro Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação*. Porto: Departamento de Sociologia da Universidade do Porto, pp. 35-58.
- COSTA, António Firmino da (2018), "Sociólogos: Associativismo inclusivo versus fechamento corporativo". *Sociologia ON LINE*, 18, pp. 81-87.

- COSTA, António Firmino da, LOPES, João Teixeira, & CAETANO, Ana (2014), *Percursos de estudantes no ensino superior. Fatores e processos de sucesso e insucesso*. Lisboa: Mundos Sociais.
- DESROSIÈRES, Alain, & THÉVENOT, Laurent (1988), *Les catégories socioprofessionnelles*. Paris: La Découverte
- FERREIRA, Carlos, & SERPA, Sandro, (2017), "Challenges in the teaching of Sociology in higher education. Contributions to a discussion", *Societies*, 7(4), 30.
- FUNDAÇÃO JOSÉ NEVES (2023), *Estado da Nação: Educação, Emprego e Competências*, Porto, Fundação José Neves.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2006), *Emergência e consolidação dos economistas em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2007), "Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 17/18, pp. 177-223.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2017), "Diplomados universitários e sobre-educação", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático, pp. 42-74.
- GONÇALVES, Carlos Manuel, DIAS, Isabel, & LOPES, João Teixeira (1995), "A Sociologia e os seus estudantes. Caracterização social e trajetória escolar", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. 5, pp. 177-195.
- GONÇALVES, Carlos Manuel, RODRIGUES, Eduardo, & AZEVEDO, Natália (Orgs.) (2004), *Actas do Encontro Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação*. Porto: Departamento de Sociologia da Universidade do Porto.
- GONÇALVES, Carlos Manuel, PARENTE, Cristina, & VELOSO; Luísa (2001), "Licenciados em sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. 11, pp. 31-94.
- GONÇALVES, Carlos Manuel, PARENTE, Cristina, & VELOSO; Luísa (2004), "Licenciados em sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. 14, pp. 253-298.
- KOVÁCS, Ilona, & MONIZ, António Brandão (1986), *Iniciativa em sociologia industrial, das organizações e do trabalho e a formação da APSIOT – Associação de Profissionais em S.I.O.T*. Lisboa: APSIOT.
- LOPES, João Miguel Teixeira, *et al.* (2020), "Sociology in Portugal: local, national, and international dialogues", in Sari Hanafi and Chin-Chun Yi (Orgs.), *Sociologies in Dialogue*. London: Sage, pp. 305-322.
- MACHADO, Fernando Luís (1993), "O ensino da sociologia: entre a ciência e a profissão", *Cadernos das Ciências Sociais*, 12/13, pp. 81-105.
- MACHADO, Fernando Luís (1996), "Profissionalização dos sociólogos em Portugal: fatores, recomposições e implicações", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, pp. 43-103.
- MACHADO, Fernando Luís (2020), *Sociologia em Portugal. Da Pré-história à Institucionalização Avançada*. Porto: Edições Afrontamento.
- MACHADO, Fernando Luís (2022), *Investigação Sociológica em Portugal. Um guia histórico e analítico*. Porto: Edições Afrontamento.
- MENDES, Maria Manuela, & SÁ, Teresa V. (2021), "O ofício do Professor: experiências pedagógicas no ensino da Sociologia em cursos superiores de Arquitetura e Urbanismo", *Configurações*, 28, pp. 105-122.
- NETO, Hernâni Veloso, COSTA, António Firmino da, & LOPES, João Teixeira (2010), *Fatores, representações e práticas institucionais de promoção do sucesso escolar no Ensino Superior*. Porto: Editora UP.
- PARENTE, Cristina (Ed.) (2014), "*Saídas Profissionais - O que é ser sociólogo hoje? Narrativas breves sobre experiências profissionais em construção*", Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Working Paper, 9.
- PARENTE, Cristina (Ed.) (2014a), "*Saídas Profissionais – O que é ser sociólogo hoje? Narrativas breves sobre experiências profissionais em construção (II)*", Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Working Paper, 11.
- PIMENTEL, Duarte (2016), *Sociologia em contextos: um inventário de monografias sobre práticas profissionais: 2012-1995*. Lisboa: Sílabo.
- PINTO, José Madureira (2004), "Formação, tendências recentes e perspetivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 11-31.
- RAMOS, Madalena (2018), "As práticas profissionais dos sociólogos em Portugal", in Madalena Ramos, Luís Capucha e Inês Tavares (Orgs.), *Quem São e o Que Fazem os Sociólogos em Portugal?*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 7-25.
- RAMOS, Madalena *et al.* (2021), *Competências e Práticas Profissionais dos Sociólogos*, Lisboa, APS e APSIOT.
- RESENDE, José; & VIEIRA, Maria Manuel (1993), "A Sociologia e o Ensino Superior em Portugal: um levantamento e algumas interrogações", *Cadernos de Ciências Sociais*, 12/13, pp. 53-79.
- ROMÃO, Ana (2021), "Sociologia na Academia Militar: de uma história improvável aos desafios atuais", *Configurações*, 28, pp. 11-26.
- SILVA, Filipe Carreira da (2016), *Sociology in Portugal: A Short History*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- SILVA, Manuel Carlos (1999), "O lugar do sociólogo em contexto universitário. Alguns elementos para reflexão sobre o ensino da Sociologia na Universidade do Minho", in Associação Portuguesa de Sociologia, *A Sociologia e o Ensino Secundário*, Oeiras, Celta Editora, pp. 85-98.
- SILVA, Manuel Carlos (2022), "A Sociologia como área disciplinar e de ensino em Portugal", *Sociologia On Line*, 28, pp. 69-96.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2024),

"Notas sobre o ensino universitário da sociologia e a profissão de sociólogo",

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 57 - 73

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a2>

SULEMAN, Fátima, VIDEIRA, Pedro, & TEIXEIRA, Pedro Nuno (2024), "The expansion of higher education and overeducation in Portugal: insights from the last two decades 80", in Fátima Suleman, Pedro Videira, Pedro Nuno Teixeira, *Mass Higher Education and the Changing Labour Market for Graduates. Between Employability and Employment*. London: Elgar Publishing, pp. 80-101.

TRIPPIER, Pierre, DUBAR, Claude, & BOUSSARD, Valérie (2011), *Sociologie des professions*. Paris: Armand Colin.

VALENTE, Isabel, MACHADO, Fernando Luís, & COSTA, António Firmino da (Orgs.) (1995), *Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.

VEZINAT, Nadège (2016), *Sociologie des groupes professionnels*. Paris: Armand Colin.

VIEIRA, Maria Manuel, DIOGO, Ana Matias, & MARQUES, Ana Paula (2020), "Ética e deontologia no exercício da sociologia: novos desafios", *Sociologia On Line*, 23, pp. 31-50.

Carlos Manuel Gonçalves.

Sociólogo. Professor Catedrático do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n. 4150-564 Porto, Portugal
Email: cmgves@letras.up.pt

Artigo recebido a 17/10/2024 e aceite para publicação a 23/11/2024.

*Português***Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:**

“____, pão, _____, _____, _____”

Ana FerreiraFaculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH)
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)**Resumo**

Este texto parte de uma contextualização sociohistórica das transformações no sector do ensino superior e da ciência durante o período democrático em Portugal, para refletir sobre as origens e a expansão da precariedade no trabalho académico. A análise empírica caracteriza o exercício precarizado da profissão sociológica nas organizações deste sector. Revelam-se singularidades desta área científica e impactos transversais da precariedade que impedem um exercício pleno da sociologia. Nos 50 anos do 25 de abril, “*Paz, pão, habitação, saúde e educação*” permanecem por cumprir integralmente.

Palavras-chave: Sociologia; Precariedade; Liberdade.*English***Precarious sociological research in democratic Portugal:**

“____, bread, _____, _____, _____”

Abstract

This text starts with a socio-historical contextualisation of the transformations in the higher education and science sector during the democratic period in Portugal to reflect on the origins and expansion of precariousness in academic work. The empirical analysis scrutinizes the precarization of the sociological profession in organizations of this sector. This study reveals singularities of this scientific area and cross-cutting impacts of precariousness that hinder the full exercise of sociology. On the 50th anniversary of the 25th of April, “*Peace, bread, housing, health and education*” remain unfulfilled.

Keywords: Sociology; Precarity; Freedom.*Français***Recherche sociologique précaire dans le Portugal démocratique:**

“____, pain, _____, _____, _____”

Résumé

Ce texte s'appuie sur une contextualisation socio-historique des transformations dans le secteur de l'enseignement supérieur et de la science pendant la période démocratique au Portugal pour réfléchir sur les origines et l'expansion de la précarité du travail académique. L'analyse empirique caractérise la précarisation de la profession de sociologue dans les organisations de ce secteur. On y révèle des

FERREIRA, Ana (2024),

“Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:

“____, pão, _____, _____, _____”

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 75 - 104DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a3>

singularités de ce domaine scientifique et les impacts transversaux de la précarité qui empêchent un exercice plein de la sociologie. Cinquante ans après le 25 avril, "Paix, pain, logement, santé et éducation" continuent à ne pas être pleinement accomplis.

Mots-clés: Sociologie; Précarité; Liberte.

Español

Investigación sociológica precária en el Portugal democrático:

“___, pan, _____, _____, _____”

Resumen

Este texto parte de una contextualización sociohistórica de las transformaciones en el sector de la enseñanza superior y de la ciencia durante el período democrático en Portugal para reflexionar sobre los orígenes y la expansión de la precariedad en el trabajo académico. El análisis empírico caracteriza la precariedad de la profesión sociológica en organizaciones de este sector. Este estudio revela singularidades de esta área científica y impactos transversales de la precariedad que dificultan el pleno ejercicio de la sociología. En el 50 aniversario del 25 de abril, “Paz, pan, vivienda, sanidad y educación” siguen sin cumplirse.

Palabras clave: Sociología; Precariedad; Libertad.

1. Introdução: Da Profissionalização da sociologia no Portugal democrático à precarização do trabalho sociológico

A prática sociológica e a profissionalização da Sociologia atravessaram diferentes fases de expansão e de consolidação ao longo dos 50 anos de democracia em Portugal (Machado, 2020; Machado, 2022). De um ponto de vista global, estas tendências são reveladas, por exemplo, num crescimento do ensino e da investigação sociológica, traduzido quer numa consistente qualificação profissional, quer na publicação científica e no reconhecimento internacional da sociologia portuguesa; numa diversificação das atividades laborais dos sociólogos, abarcando não só as áreas do ensino e da investigação, onde trabalham 38% dos sociólogos, mas também um leque diverso de funções na administração pública, em organizações não governamentais, no sector privado, entre outros; na constituição e no desenvolvimento de espaços associativos, onde se destaca a fundação da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) em 1985; ou numa presença assídua de

FERREIRA, Ana (2024),

“Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:

“___, pão, _____, _____, _____”

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 75 - 104

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a3>

sociólogos no espaço público (Ramos, 2018; Ramos *et al.*, 2021; Teixeira Lopes *et al.*, 2020).

Se estes crescimentos, diversificação e reconhecimentos são em toda a medida assinaláveis, igualmente digna de nota e reflexão é a atual prevalência de vínculos laborais precários entre os que em Portugal detêm formação académica em Sociologia. O *Inquérito às Competências e Práticas dos Sociólogos*, promovido pela APS e pela Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APSIOT), e aplicado entre o final de 2019 e o início de 2020 é, a este respeito, particularmente claro. Nele se revela que 43% da população analisada apresenta vínculos laborais precários (por exemplo, contratos a prazo; contratos de bolsa ou vínculos pontuais) (Ramos *et al.*, 2021). No entanto, e apesar do peso da precarização entre os profissionais da Sociologia, permanece por analisar quem são estes trabalhadores precarizados, quais as suas trajetórias laborais, que atividades desenvolvem e de que forma ou formas atribuem sentido às suas práticas laborais e aos seus vínculos precários tendo em conta as suas circunstâncias sociais mais amplas.

Partindo do universo de trabalhadores precarizados no sector do ensino superior e da ciência, o sector de atividade económica onde encontramos uma maior prevalência de diplomados em Sociologia em Portugal, o presente trabalho debruçar-se-á sobre a precarização da profissão sociológica no contexto do Portugal democrático, analisando e refletindo sobre as atuais práticas e vivências da precariedade destes trabalhadores.

O texto iniciar-se-á com uma breve discussão sobre a precarização das profissões académicas em Portugal nos últimos 50 anos, para situar a análise da atual precarização da profissão sociológica no sector do ensino superior e da ciência. Conjugando uma análise quantitativa com uma análise qualitativa, realizar-se-á uma caracterização sociobiográfica de sociólogos precarizados que trabalham no sector do ensino superior e da ciência; caracterizar-se-ão as suas trajetórias académicas; as suas jornadas de trabalho e os produtos do seu trabalho; avaliar-se-ão as suas

perceções dos impactos multidimensionais da precariedade e as suas vivências subjetivas do trabalho e das suas situações perante o trabalho; aferir-se-á a prevalência de *burnout* profissional e, finalmente, avaliar-se-ão as aspirações laborais destes profissionais. O texto concluirá com uma síntese reflexiva onde se aponta, por um lado, o crescimento e a consolidação da profissão sociológica na academia, e por outro, as ameaças que a precariedade de longa duração impõe a um exercício pleno da profissão sociológica.

2. Transformações do sector do ensino superior e da ciência

2.1. Entre 1974 e o virar do século

Entre a revolução democrática de 1974 e o início do século XXI, o sector do ensino superior e da ciência sofreu transformações profundas que se traduzem numa diversificação dos tipos organizacionais, na implantação das suas organizações em todo o território de Portugal e no crescimento tanto do número de diplomados dos vários graus de ensino, como do investimento público e privado, da internacionalização e da produção científica (Rodrigues, 2015). No que à Sociologia diz respeito, a primeira licenciatura data do ano da revolução democrática e os primeiros graus de mestre e de doutor serão atribuídos na década seguinte. Ao longo do último quartel do século XX, cresce o número de centros de investigação e de publicações científicas sociológicas, verificando-se, nestas décadas, passos consistentes para uma internacionalização da Sociologia desenvolvida em Portugal, seja, num primeiro momento, através do regresso de sociólogos que residiam fora do país, seja através da realização de doutoramentos no estrangeiro e de publicações internacionais (Machado, 2022). No seu conjunto, estes processos são reveladores de que o percurso de institucionalização da sociologia no pós-25 de abril de 1974, acompanha o crescimento do sector do ensino superior e da ciência como um todo. Estas transformações inserem-se num contexto global de consolidação do Estado social e de universalização tendencial do acesso a serviços públicos. A máxima, cantada por Sérgio Godinho e reproduzida por muitos e muitas, traça o caminho para a “liberdade a sério” prometida pela revolução de abril de 1974: “A paz, o pão, a habitação, a saúde e a educação”. As anteriormente relatadas transformações ao

nível do ensino superior e da ciência e, em particular, o processo de institucionalização e desenvolvimento da Sociologia, fazem parte deste percurso.

É também durante estas décadas que serão desenvolvidas e aplicadas um conjunto de iniciativas legislativas que, tendo por base os princípios da racionalidade burocrática e mais especificamente da burocracia profissional (Weber, 1978; Mintzberg, 1995), pretendiam capacitar as organizações de ensino superior e de ciência, tornando-as mais eficientes e eficazes, atribuindo-lhes maior autonomia e introduzindo a colegialidade nos processos de decisão estratégica¹.

No que às profissões académicas diz respeito, a publicação dos Estatutos da Carreira Docente Universitária, em 1979, de Investigação Científica em organismos dependentes do Ministério da Educação e Ciência, em 1980, e da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, em 1981, estatutos várias vezes modificados nas décadas seguintes, institucionalizam e diferenciam o exercício destas profissões no seio da academia portuguesa². Esta diferenciação de funções e carreiras reconhece, por um lado, as características distintas e nem sempre articuláveis da dupla função académica de ensino e de investigação e, por outro lado, que o nível de desenvolvimento destas atividades académicas no Portugal da década de 1980, requeria recursos específicos para o seu exercício. Apesar destes reconhecimentos, lutas internas neste sector conduziram a que, na prática, se tenha assistido a uma aplicação alargada dos Estatutos das Carreiras Docentes e a uma aplicação muito reduzida do Estatuto da Carreira de Investigação Científica neste sector. A limitada aplicação do Estatuto da Carreira de Investigação não revela, contudo, uma falta de necessidade de recursos humanos dedicados a tempo inteiro a atividades de investigação, já que o seu exercício desenvolver-se-á crescentemente ao abrigo do Estatuto do Bolseiro de Investigação, publicado em 1989³ (Castro & Brandão, 2022; Ferreira, 2023). Será este Estatuto que, inscrevendo na lei o exercício de atividades de investigação por “cientistas e tecnólogos”, possibilitará que as

¹ Lei n.º 108/1988 e Lei n.º 54/1990.

² Decreto-Lei n.º 448/1979, Decreto-Lei 185/1981 e Decreto-Lei n.º 415/1980.

³ Decreto-Lei n.º 437/1989.

instituições de ensino superior e de ciência cumpram mais plenamente uma das suas missões, a produção de conhecimento científico, sem que tenham de recorrer à integração destes profissionais nos quadros institucionais. Adicionalmente, a contratação ao abrigo do Estatuto do Bolseiro comportará menores custos, já que as bolsas de investigação apresentam valores bastante inferiores aos dos salários de investigadores contratados ao abrigo do Estatuto da Carreira de Investigação Científica; e não recorre ao sempre curto financiamento das organizações deste sector via Orçamento do Estado, uma vez que as bolsas que suportam estes profissionais seriam atribuídas adicionalmente, através de concursos competitivos, maioritariamente sob a alçada da Junta Nacional de Investigação Científica e, a partir de 1997, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Se a aplicação deste Estatuto permitirá um crescimento acelerado da investigação científica em Portugal, também será este mesmo Estatuto que possibilitará uma subalternização das funções de investigação a tempo inteiro, desenvolvidas em larga medida por “jovens cientistas e tecnólogos” em formação; que favorecerá a manutenção de relações hierárquicas de poder na academia, confinando os processos de governação e decisão estratégica aos que estão integrados nas carreiras docentes, e desresponsabilizará as instituições de ensino superior e de ciência do exercício das atividades de investigação a tempo inteiro, já que o recurso a financiamento externo permite a construção da narrativa de que estes profissionais não pertencem às instituições onde laboram diariamente (Castro & Brandão, 2022; Ferreira, 2023).

Será também entre estas décadas de 1980 e 1990 que ocorrerá uma aproximação progressiva ao sector privado. Entre os exemplos desta aproximação encontra-se a fundação de Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (IPSFL) dedicadas a atividades de investigação. Estas instituições são participadas por atores públicos e privados, apresentam fontes de financiamento diversificadas e uma flexibilização da contratualização dos seus profissionais. Outro exemplo, será a fundação da Agência para a Inovação, em 1993, que promoverá o crescimento das atividades de investigação e desenvolvimento no sector privado e a sua cooperação com as

organizações de ensino superior e de ciência (Heitor, 2015; Fernandes, 2015). Progressivamente, vão-se aproximando as formas de organização e gestão, práticas e culturas entre os sectores público e privado.

No que às profissões académicas diz respeito, se a origem da precarização das funções de investigação remete para a aplicação do Estatuto do Bolseiro de Investigação e para a história particular da academia portuguesa nas primeiras décadas do período democrático, a expansão da sua aplicação e da precarização das atividades de investigação encontra-se alinhada com o quadro global de liberalização financeira, destruição de emprego e flexibilização das relações laborais que marca o final do século XX. Num contexto em que a precarização do trabalho passa de regime excecional a norma, a contratualização das atividades de investigação científica ao abrigo de bolsas de investigação e a precarização generalizada do trabalho científico não causará estranheza social.

2.2. O século XXI: A academia enquanto alvo e instrumento da neoliberalização

O virar do século assistirá a uma progressiva institucionalização da nova gestão pública, impulsionadora direta da aplicação dos modelos de governação e gestão empresarial ao sector público (Hood, 1991). No caso das instituições de ensino superior e de ciência, estimular-se-á uma redução de custos e um crescimento da aproximação ao sector privado, seja através da externalização de alguns dos seus serviços, seja através de uma diversificação das fontes de financiamento, da participação de atores de fora da academia na gestão e governança das suas instituições, ou ainda, através da implementação de mecanismos de prestação de contas (Currie & Newson, 1998). Se alguns destes princípios já se encontram plasmados no Regime Jurídico de Instituições que se dedicam à Investigação Científica e ao Desenvolvimento Tecnológico, cuja primeira versão é aprovada em 1999⁴, o instrumento legislativo que de uma forma mais clara contribuiu para a sedimentação da nova gestão pública no sector académico será o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado em 2007⁵ (Ferreira, 2023;

⁴ Decreto-lei n.º 125/1999.

⁵ Lei n.º 62/2007.

Mineiro, 2024). Tendo existido alguma contestação a este instrumento legislativo, a sua implementação acaba por beneficiar de um quadro global marcado pela crise financeira, em 2007, a que se seguiram as crises das dívidas soberanas, em 2010, e a intervenção da Troika⁶ em Portugal, entre 2011 e 2014. Durante este período, são implementadas medidas de austeridade que fomentam a liberalização financeira, a flexibilização do mercado de trabalho e o desmantelamento do Estado Social, colocando muitos numa situação de vulnerabilidade social entendida enquanto inevitável e vivida como responsabilidade individual (Carmo & Matias, 2019). Um contexto como o descrito, pautado por dificuldades financeiras e económicas globais, acompanhadas, nas organizações do sector do ensino superior e da ciência, por dificuldades associadas, por exemplo, à operacionalização de processos de decisão colegial, a um sistema massificado e com crescente competição entre as suas organizações (Amaral *et al.*, 2003), irá facilitar a legitimação dos princípios gerencialistas inscritos no RJIES.

Em Portugal, estas transformações legislativas promoverão alterações na estrutura e no funcionamento organizacional, uma instrumentalização das práticas de ensino e de investigação e uma sedimentação de um ethos competitivo (Ferreira, 2023; Ferreira & Teixeira, 2019), características distintivas do processo de neoliberalização da academia, tal como conceptualizado por Stephan Ball (2003, 2015).

Em termos organizacionais, consolida-se uma hierarquização das estruturas universitárias e politécnicas através de uma centralização dos processos de tomada de decisão e governança e conseqüente redução da representação e participação eleitoral (Mineiro, 2024). Paralelamente, desenvolve-se um conjunto diversificado de unidades e departamentos de apoio ao ensino e à investigação, responsáveis pela aplicação dos mecanismos de prestação de contas com recurso às chamadas tecnologias de governança (indicadores padronizados) e por uma aproximação a outros setores da sociedade civil (a título de exemplo, desenvolvem-se gabinetes de patentes; de mecenato ou de comunicação, entre múltiplos outros). No contexto da

⁶ A Troika é constituída pelo Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia.

FERREIRA, Ana (2024),

“Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:

“____, pão, _____, _____, _____”

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 75 - 104

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a3>

chamada “economia do conhecimento”, as organizações de ensino superior e de ciência são chamadas a contribuir não só para a qualificação de profissionais para o mercado de trabalho, como a desenvolver produtos e serviços novos através das suas atividades de investigação. À dupla missão destas instituições, o ensino e a investigação, somar-se-á agora a valorização socioeconómica dos “produtos” das suas atividades. Neste quadro, já não é só a qualificação das novas gerações e a produção de conhecimento que estão em causa, mas as suas contribuições diretas e indiretas para os mercados, promovendo-se assim um alinhamento entre formação superior e mercado de trabalho e o desenvolvimento de uma ciência aplicada que dê resposta a demandas de outros sectores. Concomitantemente, as primeiras décadas do século XXI são pautadas por uma quadruplicação do número de doutoramentos finalizados em Portugal. Assim, passamos de 585 novos doutorados no início deste século, para 2398 no ano letivo de 2022/2023, um padrão de crescimento idêntico ao verificado no número de doutoramentos em Sociologia (DGEEC *et al.*, 2024; Ramos, 2018). Igualmente crescente será a força de trabalho científico, cuja análise desagregada revela, a um primeiro nível, uma estabilidade no número total de docentes, mas um crescimento dos vínculos precários entre estes profissionais (DGEEC & DSEE, 2013 e 2022). A um segundo nível verifica-se um forte crescimento do número de investigadores a tempo integral, que triplicou nas primeiras duas décadas do século XXI, e com níveis de precarização elevadíssimos entre os que se dedicam a atividades de investigação a tempo inteiro (Carvalho *et al.*, 2022; Ferreira, 2023), e a diversificação das atividades científicas, englobando agora funções como a gestão de ciência e atividades próximas, funções até recentemente maioritariamente desenvolvidas ao abrigo de bolsas de gestão de ciência e tecnologia (Barbosa *et al.*, 2023). Estes crescimentos possibilitaram o desenvolvimento exponencial da produção científica, plenamente revelado, por exemplo, no crescimento do número de artigos indexados (DGEEC, 2022), um padrão também plasmado na produção resultante da investigação sociológica (Machado, 2022).

Estas tendências, num sistema altamente precarizado e onde os mecanismos de prestação de contas ganham sucessivamente maior importância, promovem uma competitividade acérrima entre todos os envolvidos. Assim, poder-se-á afirmar que se

o sector do ensino superior e da ciência foi um alvo claro do processo neoliberalizador, ele também foi e continua a ser um instrumento de neoliberalização. Por um lado, promove-se a ideia de que todas as atividades de investigação terão de resultar numa aplicação social mais ou menos imediata, e por outro, promove-se uma socialização dos mecanismos competitivos e do individualismo, qualificando-se profissionalmente novas gerações e simultaneamente criando um consenso social alargado relativo à narrativa enaltecida das liberdades individuais e da competição como medida de todas as coisas.

Em 2015, após a saída da Troika de Portugal, o quadro político altera-se com a entrada de um governo minoritário do Partido Socialista que possibilitou uma maior intervenção do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista “Os Verdes”. Esta composição parlamentar permite a implementação do Programa de Regularização dos Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP)⁷, que tinha por fito integrar permanentemente trabalhadores que tivessem longos percursos na administração pública e cumprissem necessidades permanentes nas suas instituições. Foi ainda possível desenvolver e implementar um Programa sectorial de Estímulo ao Emprego Científico, que reconhecendo os investigadores doutorados como trabalhadores científicos, possibilitaria que a contratação maioritariamente por bolsas realizada à época neste sector, fosse substituída por uma contratação ao abrigo de contratos de trabalho, com todos os direitos e deveres associados. Se estes dois programas surgem na mesma época, a história da sua implementação neste sector foi bastante diversa. O primeiro programa, teve ampla aplicação em todos os sectores profissionais, excetuando o sector do ensino superior e da ciência. Apesar do apoio de sindicatos e associações representativas de trabalhadores académicos, a oposição inicial do Ministro que tutelava esta área, e a oposição frontal das instituições que acolhiam estes investigadores, resultou numa aplicação residual deste programa no caso de docentes e investigadores⁸. De acordo com o Observatório do Emprego Científico e

⁷ Lei n.º 112/2017.

⁸ No sector do ensino superior e da ciência, apenas os trabalhadores que desempenhavam funções técnicas, de gestão de ciência e atividades próximas foram considerados necessidades permanentes num número significativo de situações, tendo sido, subsequentemente, integrados permanentemente.

Docente, contam-se 318 contratos permanentes assinados por docentes e investigadores ao abrigo do PREVPAP⁹. Pelo contrário, o Programa de Estímulo ao Emprego Científico (Decreto-Lei n.º 57/2016 e Lei n.º 57/2017), apesar da oposição inicial de algumas das mais conceituadas Universidades em Portugal, teve o apoio claro do Ministro da tutela, de sindicatos e associações representativas dos trabalhadores deste sector, acabando por ser amplamente aplicado. Este processo, possibilitando a contratualização de milhares de investigadores ao abrigo de um contrato de trabalho e melhorando significativamente as suas condições laborais, não ultrapassou a precarização do trabalho científico¹⁰. No cômputo geral, cerca de 90% dos vínculos estabelecidos para atividades de investigação são contratos a prazo. A estes somar-se-ão as bolsas de investigação pós-doutorais. É, pois, lícito afirmar que a precarização do trabalho científico não foi ultrapassada.

Esta situação é particularmente gravosa já que tem sido demonstrado em diversos contextos geográficos que a precarização do trabalho académico tem múltiplas consequências (Ferreira, 2023; Gill, 2010; Ivancheva *et al.*, 2019; Vatansever, 2020). Em primeiro lugar, terá impactos no trabalho que é desenvolvido, incentivando-se direta e indiretamente atividades que respondam a demandas sociais e das agências de financiamento e que possam rapidamente resultar em artigos indexados nas bases mais valorizadas pela comunidade académica, a saber, a *Web of science* e a *Scopus*. Desta demanda emerge, por um lado, uma desvalorização de práticas científicas com tempos mais longos de desenvolvimento e menos rapidamente traduzíveis em produtos ou serviços com valor nos mercados e, por outro, num favorecimento de práticas de inflacionamento da produção científica, e de que é exemplo a divisão de um único trabalho em muitos pequenos artigos, com menores contributos para a comunidade científica, mas contabilizáveis nas avaliações constantes a que os investigadores estão sujeitos (Felt, 2017; Ferreira, 2022 e 2023; Spognardi & Matos, 2021). Estas práticas, garantido uma maximização dos indicadores de cada um e

⁹ Dados consultados no Observatório de Emprego Científico e Docente, a 25 de outubro de 2024, em <https://empregocientificoedocente.dgeec.mec.pt/>

¹⁰ De acordo com o Observatório de Emprego Científico e Docente, após o início de 2017, foram estabelecidos 7689 contratos para funções de investigação entre os quais 6314 ao abrigo dos diferentes instrumentos do Programa de Estímulo ao Emprego Científico. Dados consultados a 25 de outubro de 2024, em <https://empregocientificoedocente.dgeec.mec.pt/>

podendo ir possibilitando a manutenção dos investigadores precarizados na academia, apresentam consequências na qualidade da ciência que é produzida e, conseqüentemente, no sistema científico como um todo. Permanece por analisar se estas tendências globais, impulsionadas pela precarização do trabalho científico, apresentarão características similares nas diferentes áreas científicas, ou se as áreas das ciências sociais ou das humanidades, onde se inclui a Sociologia, tradicionalmente associadas a um conjunto mais diverso de produtos científicos, revelarão alguma resistência à chamada “metrificação do conhecimento”.

Em segundo lugar, os trabalhadores precarizados muitas vezes estão excluídos do direito a eleger e a ser eleitos para os mais importantes órgãos das suas instituições, dependendo essa participação da forma como os regulamentos institucionais discriminam vínculos de trabalho e contabilizam o tempo de vínculo laboral. Temos assim a precariedade associada a uma menor participação e representação, e, conseqüentemente, a uma menor democracia (Ferreira, 2022 e 2023; Mineiro, 2024).

Finalmente, a precarização do trabalho académico tem consequências nas vidas dos académicos precarizados. Muito em particular, a falta de acesso a alguns dos direitos elementares de qualquer trabalhador e entre os quais se encontra a falta de acesso ao subsídio de desemprego para os que apresentam um vínculo de bolsa ou pontual, colocam os trabalhadores precarizados em risco efetivo de períodos de ausência de rendimentos, afastando da academia, sucessivamente, os que não têm redes sociais de apoio e impedindo o comprometimento com planos a longo prazo, como os planos de parentalidade. Por outro lado, a pressão associada a candidaturas constantes a concursos com taxas de sucesso muito baixas (em Portugal, muitas vezes a rondar os 10%), impulsiona um prolongamento dos horários e dos espaços laborais, restando menos tempo para projetos pessoais e podendo conduzir a impactos mais e menos gravosos na saúde física e mental, como o desenvolvimento de situações de *burnout* profissional¹¹ (Araújo, 2009; Ferreira, 2022; Ferreira, 2023).

¹¹ O *burnout* profissional é uma síndrome de origem ocupacional muitas vezes presente em contextos laborais com horários de trabalho longos e intensos, inseguros e sem perspectivas de carreira (World Health Organization, 2019).

Por analisar permanece de que forma é que este quadro global se revela nas diferentes áreas científicas e, se no caso particular da Sociologia, se se verificam algumas singularidades que tenham por base as características distintivas desta área e a história recente da sua profissionalização em Portugal.

Este trabalho colmatará estas lacunas através de uma caracterização sociobiográfica dos sociólogos que trabalham precariamente na academia; das suas trajetórias laborais; das suas atividades e das suas formas de atribuição de sentido ao trabalho que desenvolvem e às suas vivências da precariedade. O caso abordado é entendido enquanto exemplificativo da precarização nas ciências sociais e possibilitará uma reflexão empiricamente sustentada sobre a construção da profissionalização da Sociologia no quadro do Portugal democrático.

3. Metodologia

Os resultados apresentados e discutidos neste texto consideram uma subamostra resultante de um trabalho mais amplo de análise sociológica cujos resultados globais foram publicados em 2023 no livro «*Nós somos os rankings!*» *Precariedade, reflexividade e ação social na academia neoliberalizada*. Esse trabalho recorreu à aplicação *online* de um inquérito por questionário a trabalhadores com vínculos laborais precários do sector do ensino superior e da ciência. A conceptualização de trabalhador com vínculo laboral precário abarca todos os respondentes que à data das suas respostas detinham contratos de trabalho a prazo, contratos de bolsa, vínculos pontuais, como recibos verdes ou atos únicos e ainda os trabalhadores que continuavam a laborar no sector apesar de no momento de inquirição não auferirem de quaisquer rendimentos do trabalho académico que desenvolviam. O inquérito incluiu profissionais precarizados, doutorados e não doutorados, que desenvolviam atividades de investigação, docência, gestão de ciência e atividades próximas. A aplicação deste instrumento decorreu entre o início de dezembro de 2019 e o final de fevereiro de 2020, tendo a sua aplicação sido terminada imediatamente antes do período de confinamento resultante da pandemia de Covid-19 e tendo-se recolhido um total de 4362 respostas. Entre estas, excluíram-se 1415 respostas

correspondentes a questionários não concluídos; 175 respostas de profissionais com contratos permanentes; 24 respostas de trabalhadores com contratos fora de Portugal; 13 respostas sem indicação da tipologia contratual; 9 respostas inconsistentes e 2 respostas realizadas por trabalhadores aposentados. Entre as 2716 respostas validadas¹² consideraram-se, para o presente texto, o conjunto de 120 respostas de investigadores ou docentes que desenvolviam atividades na área científica da Sociologia. Entre estes, 39% apresentava contratos de trabalho a prazo; 43% contrato de bolsa; 8% vínculo pontual e 11% continuava a desenvolver atividades académicas numa unidade de investigação apesar de no momento de aplicação do inquérito não auferir de quaisquer rendimentos do trabalho que desenvolviam.

Combinando uma análise quantitativa, sempre que possível, com uma análise qualitativa, o presente trabalho caracteriza os inquiridos quanto ao seu enquadramento laboral; características sociobiográficas; trajetórias laborais; práticas académicas; vivências subjetivas da precariedade; *burnout* profissional¹³; vivências subjetivas do trabalho e da situação perante o trabalho e aspirações laborais. A caracterização de cada uma destas dimensões baseou-se na análise das variáveis elencadas na *Tabela 1*, recorrendo, para tal, ao programa *IBM SPSS statistics*, versão 26¹⁴.

¹² Entre os 2716 inquiridos, 1354 detinha um contrato de trabalho a prazo; 1099 um contrato de bolsa; 102 um vínculo pontual e 171 não auferiam qualquer rendimento do trabalho académico realizado. Relativamente às áreas científicas, 29% desenvolvia atividades em ciências naturais; 19% em ciências sociais; 16% em engenharia e tecnologia; 15% em humanidades e artes; 14% em ciências médicas e da saúde; 5% em ciências agrícolas e veterinárias e 1% em outras áreas científicas.

¹³ O *burnout* profissional é avaliado recorrendo à aplicação de um instrumento psicométrico que caracteriza três dimensões: realização profissional, mais concretamente a satisfação dos inquiridos com conquistas/concretizações laborais; ceticismo, a saber, a presença de sentimentos de indiferença e uma atitude de distância em relação ao trabalho e exaustão emocional, isto é, a frequência de sentimentos de esgotamento emocional (Maslach & Leiter, 1997).

¹⁴ No presente trabalho, recorreu-se maioritariamente a estatísticas descritivas, excetuando para a análise e discussão da prevalência de *burnout* profissional. Neste caso, foram colocadas 16 questões, tendo-se procedido a uma análise fatorial de componentes principais para confirmar a presença das dimensões indicadas na *Tabela 1* (Maslach & Leiter, 1997).

Tabela 1.
Dimensões, variáveis e categorias de análise

Dimensões	Variáveis	Categorias
Enquadramento laboral	Vínculo contratual	Contrato de trabalho a prazo Contrato de bolsa Vínculo pontual Sem vínculo contratual
Sociobiográfica	Sexo	Homem Mulher Outro
	Idade	Anos
	Filhos	Nenhum 1 2 ou mais
Trajetórias laborais	Anos com bolsas	Nenhum
	Anos com contratos investigação	Até 5 anos
	Anos com contratos de docência	Mais de 5 e até 10 anos Mais de 10 anos
Práticas académicas	Jornadas semanais de trabalho	Até 20 horas Mais de 20 e até 30 horas Mais de 30 e até 40 horas Mais de 40 e até 50 horas Mais de 50 horas
	Artigos <i>Web of Science</i> ou <i>Scopus</i>	Nenhum
	Outras artigos indexados	1 a 4
	Livros publicados	5 a 9
	Capítulos de livros	10 ou mais
Vivências subjetivas da precariedade	Procura constante de trabalho	Sim
	Limitação do tempo para desenvolver atividades académicas	Não
	Desmotivação	
	Aumento das horas de trabalho	
	Autonomia	
	Impossibilidade de eleger e de ser eleito	
	Pressão de superiores hierárquicos	
	Incerteza no futuro	
	Adiar de projetos pessoais	
	Intenção de emigrar	
<i>Burnout</i> profissional: Realização profissional)	1. Sinto-me entusiasmado/a quando concretizo algo no meu trabalho 2. Tenho concretizado muitas coisas com valor no meu trabalho 3. Posso efetivamente solucionar problemas que surgem no meu trabalho 4. Sinto que dou um contributo efetivo para a minha organização 5. Na minha opinião, sou bom/boa no que faço 6. No meu trabalho, sinto-me confiante de que sou eficiente e capaz de fazer com que as coisas aconteçam	Nunca Quase nunca Algumas vezes Regularmente Bastantes vezes Quase sempre Sempre
<i>Burnout</i> profissional: Ceticismo	1. Sou menos interessado/a no meu trabalho desde que assumi a minha atual função 2. Sou menos entusiasmado/a com o meu trabalho desde que assumi a minha atual função 3. Sou mais descrente da contribuição do meu trabalho para	Nunca Quase nunca Algumas vezes Regularmente Bastantes vezes Quase sempre Sempre

FERREIRA, Ana (2024),

“Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:

“... pão, ...”

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 75 - 104

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a3>

“____, pão, _____, _____, _____”

	algo desde que assumi a minha atual função 4. Duvido da importância do meu trabalho	
<i>Burnout</i> profissional: Exaustão emocional)	1. Sinto-me emocionalmente esgotado/a com o meu trabalho 2. Sinto-me exausto/a no final de um dia de trabalho 3. Sinto-me fatigado/a quando me levanto e penso no dia de trabalho que tenho pela frente 4. Trabalhar o dia todo é realmente motivo de tensão 5. Sinto-me acabado/a por causa do meu trabalho 6. Só desejo fazer o meu trabalho e não ser incomodado/a	Nunca Quase nunca Algumas vezes Regularmente Bastantes vezes Quase sempre Sempre
Aspirações laborais	Procura de emprego	Sim Não
	Atividades que gostaria de desenvolver	Investigação na academia Docência Investigação ou docência na academia Investigação fora da academia Outras Não está decidido
Vivências subjetivas do trabalho e da vida	Grau de satisfação com o trabalho	1 (extremamente insatisfeito) a 11 (extremamente satisfeito)
	Grau de satisfação com o vínculo laboral	
	Grau de satisfação com a categoria profissional	
	Grau de satisfação com o número de horas de trabalho	
	Grau de satisfação com o horário	
	Grau de satisfação com o salário	
	Grau de satisfação com os benefícios sociais	
	Grau de satisfação com a segurança no emprego	
	Grau de satisfação com a localização do emprego	
	Grau de satisfação com as condições de trabalho	
	Grau de satisfação com as oportunidades de progressão	
	Grau de satisfação com o desafio intelectual	
	Grau de satisfação com o nível de responsabilidade	
	Grau de satisfação com o grau de autonomia	
	Grau de satisfação com o contributo para a sociedade	
Grau de satisfação com o estatuto social		

O instrumento de inquirição incluía ainda uma pergunta aberta de resposta facultativa que permitia que os respondentes se exprimissem livremente. Os 55 discursos recolhidos nessa questão possibilitaram a realização de uma análise qualitativa das

dimensões acima referidas, tendo sido eliminadas referências institucionais ou sociobiográficas que pudessem conduzir à identificação dos respondentes.

4. Resultados

4.1. Quem são os sociólogos precarizados

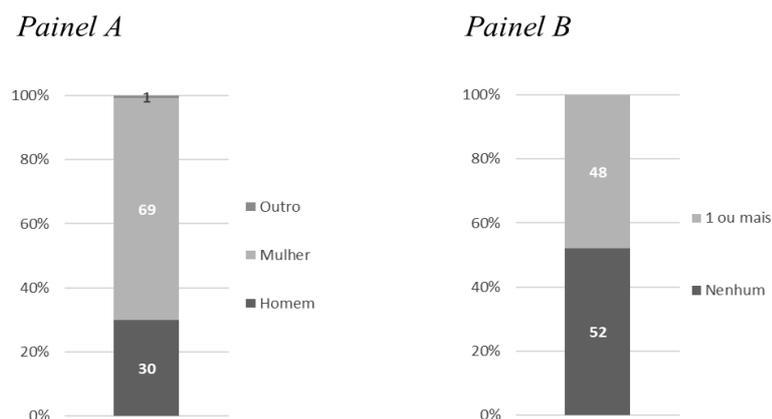
A análise descritiva das dimensões sociobiográfica e de enquadramento laboral permite verificar que a situação de precariedade laboral não é confinada a um período específico das trajetórias de trabalho dos sociólogos precarizados, mas que atravessa todo o período laboral. Este resultado decorre, de forma mais direta, da análise das idades dos respondentes que tem por limites mínimo e máximo 21 e 63 anos, respetivamente, apresentando uma idade média de 39 anos¹⁵. Trata-se de um padrão muito similar ao encontrado para a totalidade da população académica precarizada que respondeu a este questionário e que apresenta uma idade média de 38 anos e respondentes entre os 21 e os 68 anos de idade.

A um segundo nível, verifica-se que entre estes profissionais predominam as mulheres (69%, *Figura 1, Painel A*), mas que estas se encontram sobre-representadas entre os inquiridos que apresentam bolsas de pós-doutoramento e os que são investigadores juniores, as categorias iniciais destas trajetórias. A situação oposta, isto é, uma sobre-representação masculina, encontra-se para as categorias mais elevadas das trajetórias de investigação aqui analisadas (investigador auxiliar e principal)¹⁶. Estes resultados, muito similares ao padrão encontrado quando analisando a totalidade das áreas científicas, revelam uma feminização da sociologia académica, mas uma retenção das mulheres nas categorias iniciais dessas trajetórias.

¹⁵ Esta conclusão também decorre dos períodos que os respondentes indicam ter apresentado vínculos de bolsas. A este respeito ver *Figura 2. Painel A*.

¹⁶ Não é possível extrair quaisquer conclusões relativa à representação de mulheres na categoria de investigador coordenador uma vez que não temos qualquer resposta de sociólogos ou sociólogas nesta categoria.

Figura 1.
Caracterização sociobiográfica dos inquiridos.



Legenda: Painel A. Sexo. Painel B. Número de filhos.

Finalmente, verifica-se que entre os sociólogos precarizados, 48% tem filhos (*Figura 1. Painel B*) e apresenta um índice sintético de fecundidade baixo (0,74), cerca de metade do valor da população portuguesa para o mesmo ano (1,42), mas em sintonia com outros grupos profissionais com elevadas qualificações. Estes resultados apontam para os impactos da falta de estabilidade laboral na concretização de planos de parentalidade (Valente Rosa & Oliveira, 2019). Isso mesmo será confirmado pelos discursos dos inquiridos que se encontram transcritos na *Secção 4.4. As múltiplas dimensões dos impactos da precariedade* do presente artigo.

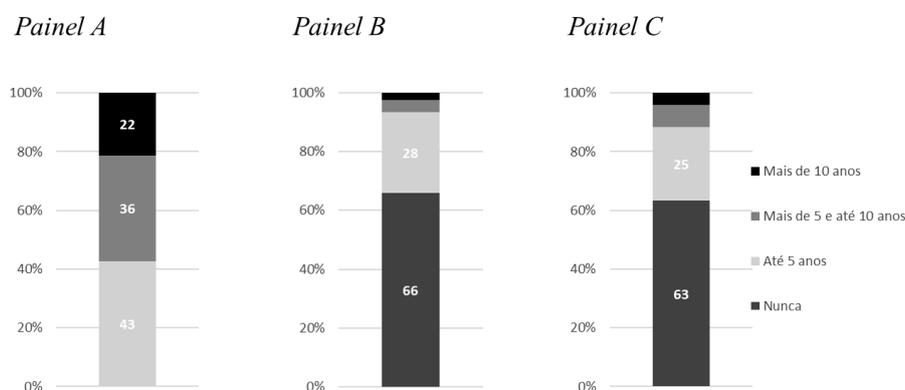
4.2. Trajetórias de precariedade

No que diz respeito às trajetórias profissionais dos inquiridos, verifica-se a presença de longos períodos com bolsas de investigação, particularmente grandes para 22% da população inquirida, que deteve vínculos de bolsa durante mais de 10 anos (*Figura 2, Painel A*).

A situação inversa verifica-se no que diz respeito tanto a contratos a prazo para funções de investigação, como para funções de docência. Mais especificamente, 66% e 63% da população inquirida nunca deteve qualquer contrato de trabalho e cerca de um quarto apresentou contratos de trabalho por períodos inferiores a 5 anos (*Figura 2, Painel B e Painel C*). No conjunto, estes resultados revelam longos períodos de

uma precarização com tipologias de vínculos laborais muito frágeis, que para além de apresentarem valores relativamente baixos, têm associados limitados direitos laborais, incluindo a inexistência de um subsídio de desemprego.

Figura 2.
Trajetórias de precariedade na academia.



Legenda: Painel A. Número de anos com bolsas. Painel B. Número de anos com contratos de investigação. Painel C. Número de anos com contratos de docência.

Estas longas trajetórias de precariedade e subsequentes fragilidades tem implicações numa grande dependência de redes familiares e outras, tal como retratado nas narrativas que se transcrevem de seguida:

“A finalização do meu doutoramento não seria possível sem o apoio do meu marido. Não me agrada ter essa dependência financeira, mas...” (Investigadora com vínculo pontual; 47 anos)

“Impossibilidade de conseguir independência financeira e sair da casa dos pais enquanto jovem cientista” (Investigadora com bolsa, 26 anos)

Estes discursos retratam de forma particularmente clara que a manutenção na academia de forma precária é maioritariamente acessível àqueles que têm redes sociais de apoio. Esta característica revela a academia enquanto meio de reprodução de desigualdades socioeconómicas.

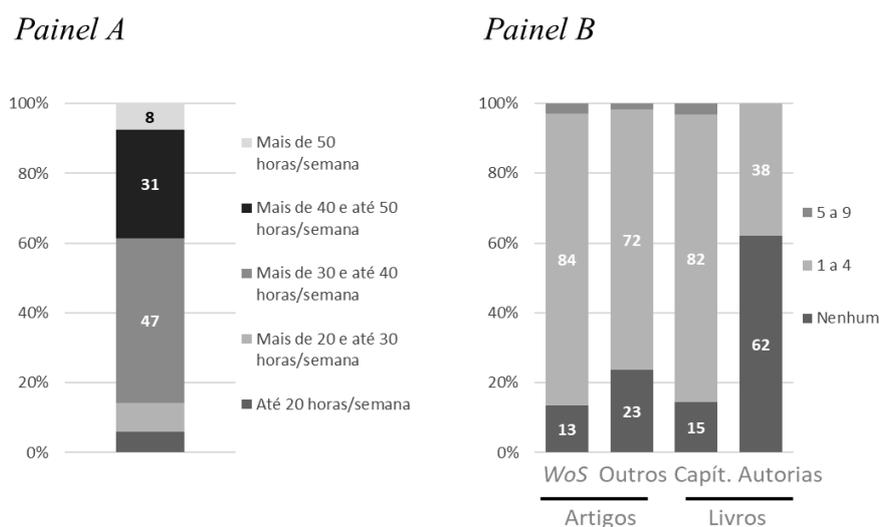
4.3. O trabalho dos sociólogos precarizados no ensino superior e na ciência

As longas trajetórias de precariedade e a enorme competitividade que caracteriza este sector terá implicações nas jornadas de trabalho desta população. Se se verifica que quase metade da população tem uma jornada de trabalho regular (entre as 30 e as 40 horas semanais de trabalho), 31% da população inquirida indica trabalhar entre 40 e 50 horas, e 8% mais de 50 horas (*Figura 3, Painel A*). Face à competitividade extrema do sector, 39% trabalha mais horas para tentar manter-se na academia.

Todas estas horas de trabalho traduzem-se numa produção muito assinalável de artigos indexados na *Web of Science* ou na *Scopus* (com 87% dos respondentes a ser autor de pelo menos 1 artigo em 2019) ou de outros artigos científicos (77% é autor de pelo menos 1 artigo indexado noutras bases de indexação). Adicionalmente, 85% é autor de pelo menos 1 capítulo de livro em 2019 e 38% é autor de pelo menos 1 livro nesse ano (*Figura 3. Painel B*). Se a produção assinalável é consistente com a restante população de académicos precarizados, a diversidade de produtos é característica deste segmento populacional (Ferreira, 2023).

Figura 3.

O trabalho dos sociólogos precarizados.

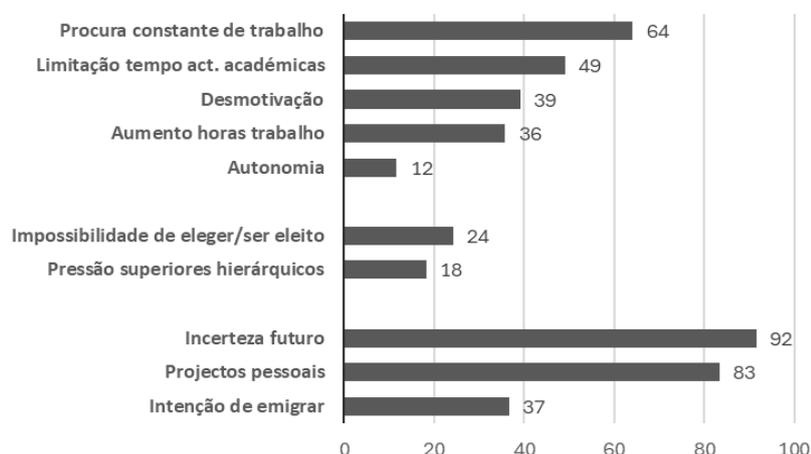


Legenda: Painel A. Jornadas semanais de trabalho. Painel B. Produtos de trabalho. WoS: Indexado na Web of Science ou na Scopus; Capít.: Capítulos de livros.

4.4. As múltiplas dimensões dos impactos da precariedade

Tal como noutras populações académicas, a precarização de longa duração tem impactos multidimensionais que se estendem do trabalho realizado, onde se destaca uma procura constante de um novo trabalho e uma limitação do tempo dedicado a atividades académicas para as quais foram contratados, à dificuldade de participação institucional, com cerca de um quarto da população a indicar a impossibilidade de eleger ou de ser eleito nas suas instituições, ou ainda impactos na vida para além do trabalho, onde a incerteza no futuro (92%) e o adiar de projetos pessoais são particularmente notórios (83%) (Figura 4).

Figura 4.
Impactos da precariedade.



Estas mesmas dimensões também estão presentes nos discursos dos inquiridos. Discursos que nos permitem completar a informação quantitativa expressa na *Figura 4*. No que diz respeito aos impactos da precarização no trabalho realizado, os sociólogos precarizados referem, por exemplo, a dificuldade de manter uma continuidade no trabalho que desenvolvem, já que a necessidade de um rendimento os obriga a saltar de projeto em projeto, por vezes sem que seja possível manter coerência na linha de trabalho que desenvolvem:

“Devido à ausência de financiamento tive de deixar a minha área de trabalho e seguir com uma bolsa noutra área. Sendo que sei que cada ano que me candidato aos

concursos FCT investigador serei penalizada por não ter coerência na linha. Mas como ter?” (Investigadora com bolsa, 41 anos)

Estes discursos também nos falam das pressões a que estão sujeitos:

“Maior sujeição às agendas externas de superiores hierárquicos” (Investigadora com bolsa, 34 anos)

Ou dos problemas associados a uma extensão dos tempos de trabalho, que resultam numa:

“Dificuldade em conciliar esfera profissional e familiar” (Investigadora com vínculo pontual, 37 anos)

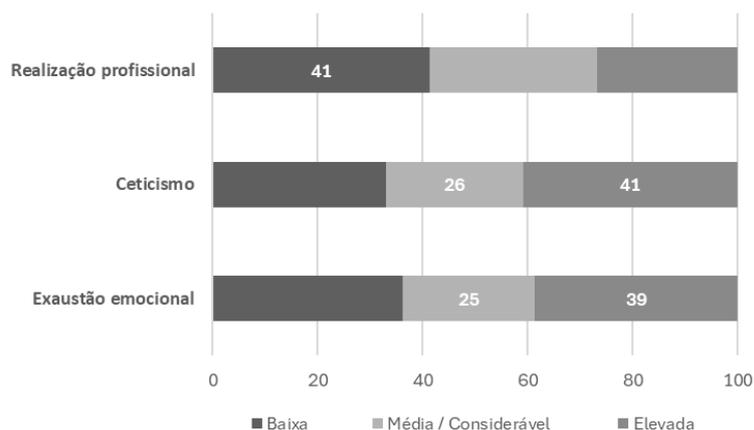
No seu conjunto, estes discursos apontam para a multidimensionalidade dos impactos da precarização do trabalho académico.

4.5. Precariedade e *burnout* profissional

Uma das consequências particularmente preocupantes da precariedade encontra-se ao nível da saúde física e mental dos trabalhadores. Neste âmbito, o presente trabalho procedeu à aplicação de um instrumento psicométrico que permite avaliar três dimensões de *burnout* profissional, a saber, realização profissional, ceticismo e exaustão emocional.

Em primeira instância verifica-se que 41% dos inquiridos apresenta níveis baixos de realização profissional, 41% níveis elevados de ceticismo em relação ao trabalho que desenvolvem diariamente e 39% níveis elevados de exaustão emocional (*Figura 5*).

Figura 5.
Prevalência de *burnout* profissional.



Adicionalmente, procedeu-se a uma caracterização da relação que se estabelece entre perceções relativas à saúde física e mental e a situação de precariedade dos inquiridos, através da análise qualitativa dos seus discursos. A este respeito, importa sublinhar que sendo a análise quantitativa anteriormente apresentada reveladora de um cenário preocupante, a sua integração mais ampla com as falas dos respondentes adensa esse cenário, apontando precisamente para os impactos diretos da precarização na saúde física e mental deste segmento populacional:

“Problemas de saúde associados à incerteza no futuro profissional” (Investigadora com bolsa, 58 anos)

“Sentimento de ver roubada a minha força de trabalho. Estou esgotada da precariedade laboral numa universidade, sobretudo no setor público que devia ter maior responsabilidade social!” (Investigadora com contrato, 29 anos)

“O percurso que se segue é inexorável. Desemprego => €0.00 => fome => morte. Desespero; pensamentos suicidas. Não chegarei ao fim deste ano.” (Investigador sem rendimentos, 46 anos)

Estes trechos são reveladores do cansaço e do desespero em que se encontram alguns dos sociólogos em situação laboral de precariedade. Estamos perante falas

muito fortes que relatam impactos muito severos da precarização de longa duração e sobre os quais urge intervir¹⁷.

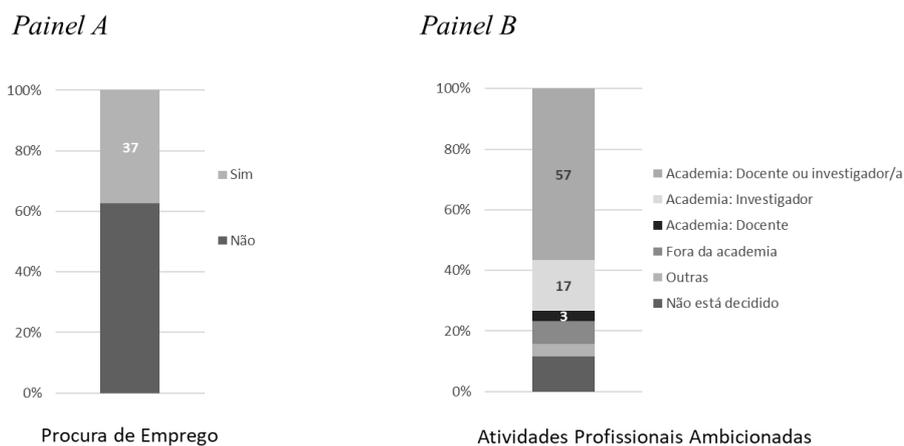
4.6. Procura de emprego e aspirações laborais

Perante o cenário traçado: sucessivos vínculos institucionais de curta duração e muitas vezes com acesso a reduzidos mecanismos de proteção social; extensão da precarização a todo o período laboral; impactos que se fazem sentir tanto no trabalho realizado e na participação institucional, como nas vidas proteladas dos inquiridos e na sua saúde física e mental, equacionou-se se estes profissionais estariam à procura de emprego e onde gostariam de trabalhar (*Figura 6*).

A análise dos resultados revela que apenas 37% dos inquiridos se encontra ativamente à procura de um emprego (*Figura 6. Painel A*) e que 77%, a grande maioria, quer continuar na academia (*Figura 6. Painel B*). Não deixando de ser algo surpreendente encontrar apenas pouco mais de um terço da população à procura de emprego e mais de três quartos a pretender continuar na academia, estamos perante frequências muito próximas das encontradas para a generalidade da população académica precarizada (42% e 78%, respetivamente). A reflexão sobre potenciais motivos na base destes comportamentos e aspirações é mais adequadamente realizada no quadro de uma análise das vivências subjetivas do trabalho e da situação perante o trabalho que se realiza de seguida.

¹⁷ Em Portugal, muitas instituições de ensino superior e de ciência têm gabinetes de apoio psicológico que analisam e acompanham situações de natureza psicossocial de alunos e de trabalhadores e que, sempre que necessário, procedem ao reencaminhamento adequado dos casos. Os contactos destes gabinetes encontram-se disponíveis *online*. Adicionalmente, aconselha-se a página do SNS24, disponível em <https://www.sns24.gov.pt/guia/acoes/acoes-24/> ou a página da ordem dos psicólogos, disponível em <https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/noticia/2997>.

Figura 6.
 Aspirações laborais.



Legenda: Painel A. Procura de emprego. Painel B. Atividades profissionais ambicionadas

4.7. Ambivalências da cultura académica

Esta última subsecção de resultados apresenta e discute os sentidos que os inquiridos atribuem ao seu trabalho e à sua situação perante o trabalho (Figura 7). A análise dos resultados revela uma clara ambivalência entre uma grande satisfação com o trabalho e dimensões deste decorrentes, como o desafio intelectual ou os contributos do trabalho para a sociedade, e uma enorme insatisfação com o tipo de vínculo que os inquiridos detêm e as suas implicações numa falta de segurança e numa impossibilidade de progressão profissional.

Figura 7.
 Vivências subjetivas do trabalho e da situação perante o trabalho.



Legenda: 1: Extremamente insatisfeito; 11: Extremamente satisfeito

Isto mesmo também é relatado na transcrição que se apresenta de seguida:

“Permitam-me dizer-vos que ser professor universitário na função pública com vínculo laboral precário, É UMA MERDA, por muito que goste e apenas me conheça neste trabalho” (Docente e investigadora com contrato, 29 anos)

Esta ambivalência, igualmente presente nos outros segmentos da população académica precarizada (Ferreira, 2023), conjugada com as implicações da precarização anteriormente relatadas (Figura 3) e com a vontade expressa destes profissionais se manterem na academia (Figura 6) permite sugerir que muitos dos sociólogos precarizados revelam um “otimismo cruel” (Berlant, 2011), sujeitando-se a todas as implicações da sua atual situação de precarização, na esperança de que num momento futuro poderão desenvolver o trabalho que ambicionaram de forma permanente e ter a vida com que sonharam. No entanto, mantêm-se fiéis a esse objetivo, acreditando que tal irá acontecer, minorizando os impactos que sentem nos seus trabalhos, nas suas vidas e saúde, e desconsiderando que a maioria dos que se encontra na sua situação não consegue concretizar essa ambição.

5. Resultados

Os 50 anos de democracia em Portugal caracterizam-se por melhorias extraordinárias a todos os níveis que permitiram o desenvolvimento e a consolidação do exercício da profissão sociológica, tanto no sector de ensino superior e de ciência, como fora deste. Centrando esta reflexão no sector académico, verifica-se um notável crescimento, diversificação e internacionalização, tendo o ensino e a investigação na área científica da Sociologia acompanhado estas transformações.

Assinala-se que se ao longo de todo o período democrático, o trabalho de investigação a tempo inteiro, entre o qual se inclui o trabalho desenvolvido no âmbito da investigação sociológica, foi maioritariamente realizado ao abrigo de vínculos laborais precários, esta tendência adensou-se com processo neoliberalizador,

extravasando, atualmente, as atividades de investigação e apresentando uma forte presença também entre as atividades docentes. A confluência destes processos resulta numa enorme prevalência de vínculos laborais precários e em impactos nos mais diversos níveis. Primeiramente, as vidas dos trabalhadores precarizados são em larguíssima medida pautadas pela incerteza de um futuro com contornos indefiníveis e por um sucessivo adiar de planos pessoais. A um segundo nível, a saúde física e mental dos académicos precarizados revela-se, muitas vezes, fragilizada, tal como indica a elevada prevalência de *burnout* profissional. Finalmente, os impactos da precarização fazem sentir-se no trabalho que estes profissionais desenvolvem. A este nível, constata-se que apesar dos sociólogos precarizados concretizarem uma maior variedade de produtos académicos do que a generalidade dos investigadores de outras áreas científicas, tal como os seus colegas de outras áreas eles também reproduzem as práticas características da universidade performativa, reveladas na produção assinalável de artigos indexados nas bases de dados mais valorizadas pelas comunidades de pares. Daqui resulta, e em sintonia com a generalidade da população académica precarizada, o adiar de projetos de maior dimensão e duração e potencialmente com maior impacto no sistema científico e na sociedade, para quem, em última instância, a produção de conhecimento científico reverterá. As consequências científicas e sociais do afastamento deste tipo de projetos permanecem por analisar.

Mesmo reconhecendo as repercussões individuais, laborais e sistémicas da precarização, não deixa de ser absolutamente surpreendente que num segmento populacional com os mais elevados níveis de qualificações académicas se encontre um dos inquirido a recorrer a um dos lemas do período democrático em Portugal “A paz, o pão, a habitação, a saúde e a educação”, de autoria de Sérgio Godinho e transversalmente reproduzido, para assinalar as suas dificuldades de acesso ao “___, pão, _____, _____, _____”. Nestas condições, a integração em carreiras académicas de ensino e de ciência, e as posições de topo serão, como os resultados apresentados e discutidos ao longo deste texto revelam, um mecanismo de exclusão social. Exclusão, por um lado, dos que não detêm recursos socioeconómicos que lhes permitam sobreviver à incerteza constante e a períodos de

maior ou menor duração de ausência de rendimentos, e por outro, de mulheres, presentes em maioria no sector, mas arredadas das posições mais elevadas das trajetórias académicas. Se o ensino, e o ensino superior, pretendiam e pretendem ser um mecanismo de esbatimento de desigualdades sociais, este trabalho revela que a construção do sector de ensino superior e de ciência é, na prática, reprodutora de privilégios, progressivamente excluindo a maioria dos que não apresenta à partida uma combinação adequada de capitais.

A um outro nível, este trabalho revela ainda que a formação doutoral parece exceder a capacidade de absorção do mercado de trabalho académico, sendo necessário explorar outras opções profissionais, seja na administração pública, no sector não governamental ou no sector privado, onde profissionais altamente qualificados terão certamente contributos importantes para o desenvolvimento desses sectores. A este nível, a vasta experiência dos sociólogos a trabalhar fora da academia, atingindo cerca de 62% da totalidade dos sociólogos inquiridos num trabalho recente (Ramos et al., 2021), poderá ser instigadora de boas práticas. Dito isto, é importante sublinhar que o problema da precarização laboral na academia não se relaciona apenas com um desequilíbrio entre uma oferta (supostamente excessiva) e uma procura (supostamente deficitária). Este ponto decorre da observação de que milhares de investigadores se mantêm, ano após ano, ao longo de toda a sua vida laboral, entre o final da sua formação académica e a sua reforma, com vínculos precários no sector do ensino superior e da ciência. Esta observação permite concluir que nesses milhares de casos não estamos perante um desequilíbrio entre oferta e procura, mas sim perante uma desadequação dos mecanismos de contratação.

Se os instrumentos legislativos e programas das últimas décadas conduziram a melhorias extraordinárias das condições laborais dos académicos, estes instrumentos ainda não permitiram ultrapassar os problemas da precariedade, excluindo segmentos alargados da população e dificultando ou impedindo uma prática de investigação sociológica pautada pela liberdade académica. Este trabalho revela que nos 50 anos do 25 de Abril, “A paz, o pão, a habitação, a saúde e a educação” ainda permanecem por cumprir em toda a sua extensão.

Agradecimentos

Este trabalho teve o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. ao abrigo do DL57/2016/CP1453/CT0077 e do CEECIND/01053/2017.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Alberto, MAGALHÃES, António, & SANTIAGO, Rui (2003), “The rise of academic managerialism in Portugal”, in Alberto Amaral, Lynn V. Meek & Ingvild M. Larsen (Eds.), *The higher education managerial revolution?*, Vol. 3. Dordrecht, Boston and London: Kluwer Academic Publisher, pp. 101–123.
- ARAÚJO, Emília R. (2009), “«With a rope around their neck»: grant researchers living in a suspended time”, *New Technology, Work and Employment*, 3(11), pp. 230–242.
- BALL, Stephan J. (2003), “The teachers soul and the terrors of performativity”, *Journal of Education Policy*, 18(2), pp. 215–228.
- BALL, Stephan J. (2015), “Living the neo-liberal university”, *European Journal of Education*, 50(3), pp. 258–261.
- BARBOSA, Cláudia *et al.* (2023), “The Profession of Research Management and Administration in Portugal”, in Simon Kerridge, Susi Poli and Mariko Yang-Yoshihara (Eds.), *The Emerald Handbook of Research Management and Administration Around the World*. Leeds: Emerald Publishing Limited, pp. 735-744.
- BERLANT, Lauren (2011), *Cruel optimism*, Durham and London: Duke University Press.
- CARMO, Renato M., & MATIAS, Ana R. (2019), *Retratos da precariedade: Quotidianos e aspirações dos trabalhadores jovens*. Lisboa: Tinta da China.
- CARVALHO, Teresa, DIOGO, Sara, & VILHENA, Bruno (2022), “Invisible researchers in the knowledge society – the Uberisation of scientific work in Portugal”, *European Journal of Higher Education*, 12 (4), pp. 393-414.
- CASTRO, Helena, & BRANDÃO, Tiago (2022), “A carreira de investigador em perspetiva histórica - O caso português”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 127, pp. 69–92.
- CURRIE, Jan K., & NEWSON, Janice (1998), *Universities and globalization: Critical perspectives*. Thousand Oaks. London and New Delhi: SAGE Publications.
- DGEEC (2022), Produção Científica Portuguesa, 1990–2020: Séries Estatísticas, [Consultado a 30.10.2024], Disponível em: <https://www.dgeec.medu.pt/p/ciencia-e-tecnologia/estatisticas/producao-cientifica>
- DGEEC (2024), Observatório do emprego científico e docente, [Consultado a 15.09.2024], Disponível em: <https://empregocientificodocente.dgeec.mec.pt/>
- DGEEC & DSEE. (2013), Perfil do Docente 2011/2012, [Consultado a 30.10.2024], Disponível em: <https://www.dgeec.medu.pt/p/educacao-pre-escolar-basico-e-secundario/estatisticas/docentes>
- DGEEC & DSEE. (2022). Perfil do Docente 2020/2021, [Consultado a 30.10.2024], Disponível em: <https://www.dgeec.medu.pt/p/educacao-pre-escolar-basico-e-secundario/estatisticas/docentes>
- DGEEC *et al.* (2024), Diplomados [1996/1997 a 2022/2023], [Consultado a 30.10.2024], Disponível em: <https://www.dgeec.medu.pt/p/ensino-superior/estatisticas/diplomados>
- FELT, Ulrike (2017), “Under the shadow of time: Where indicators and academic values meet”, *Engaging Science, Technology, and Society*, 3, pp. 53–63.
- FERNANDES, Lino (2015), “Políticas de dinamização de I&D empresarial”, in Maria de Lurdes Rodrigues & Manuel Heitor (Eds.), *40 anos de políticas de ciências e de ensino superior*. Coimbra: Almedina, pp. 235–263.
- FERREIRA, Ana, & TEIXEIRA, Ana L. (2019), “Profiles of malaria research in Portugal: Organizing, doing and thinking in science under capitalism”, *Science & Technology Studies*, 32(3), pp. 62–87.
- FERREIRA, Ana (2022), “Living on the edge: Continuous precarity undermines academic freedom but not academic identity in the neoliberal academia”, in Asli Vatansver & Yasuda Kölemen (Eds.), *Free as a Bird: Academic Precariat and the State of Academic Freedom in the Global North*. Oxon and New York: Routledge, pp. 79–100.
- FERREIRA, Ana (2023), «Nós somos os rankings!» *Precariedade, reflexividade e ação social na academia neoliberalizada*. Coimbra: Almedina.
- GILL, Rosalind (2010), “Breaking the silence: The hidden injuries of neo-liberal academia”, in Róisín Ryan-Flood & Rosalind Gill (Eds.), *Secrecy and silence in the research process: Feminist reflections*. Oxon and New York: Routledge, pp. 228–244.
- HEITOR, Manuel (2015), “Ciência e conhecimento na modernização de Portugal”, in Maria de Lurdes Rodrigues & Manuel Heitor (Eds.), *40 Anos de Políticas de Ciências e de Ensino Superior*. Coimbra: Almedina, pp. 81-146.
- HOOD, Christopher (1991). “A public management for all seasons?”, *Public Administration*, 69(1), pp. 3–19.
- IVANCHEVA, Mariya, LYNCH, Kathleen, & KEATING, Kathryn (2019), “Precarity, gender and care in the neoliberal academy”, *Gender, Work & Organization*, 26(4), pp. 448–462.
- MACHADO, Fernando Luís (2020), *Sociologia em Portugal. Da Pré-história à Institucionalização Avançada*. Porto: Edições Afrontamento.

FERREIRA, Ana (2024),

“Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:

“____, pão, _____, _____, _____”

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 75 - 104

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a3>

- MACHADO, Fernando Luís (2022), *Investigação Sociológica em Portugal. Um guia histórico e analítico*. Porto: Edições Afrontamento.
- MASLACH, Christina, & LEITER, Michael P. (1997), *The truth about burnout: How organizations cause personal stress and what to do about it*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- MINEIRO, João (2024), “Managerialism and Democratic Governance in Portuguese Higher Education: Assessing the Impact of the Legal Framework”, *Higher Education Policy*, 2024, pp. 1-21.
- MINTZBERG, Henry (1995), *Estrutura e dinâmica das organizações*. Lisboa: Dom Quixote.
- RAMOS, Madalena (2018), “As práticas profissionais dos diplomados em sociologia”, in Madalena Ramos, Luís Capucha & Inês Tavares (Eds.), *Quem são e o que fazem os sociólogos em Portugal?*. Lisboa: Mundos Sociais, pp. 7-26.
- RAMOS, Madalena *et al.* (2021), “Competências e Práticas Profissionais dos Diplomados em Sociologia”, [Consultado a 15.09.2024], Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ryqAxao1U7eCo9x4uXps7HB-z36u8pIG/view>
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (2015), “Análise cronológica das políticas públicas: ruturas e continuidades”, in Maria de Lurdes Rodrigues & Manuel Heitor (Eds.), *40 anos de políticas de ciência e de ensino superior*. Coimbra: Almedina, pp. 25–50.
- SPOGNARDI, Andrés, & MATOS, Ana R. (2021), “Oferta e procura de investigadores doutorados: Distorções no sistema científico e tecnológico português.”, in Paula Sequeiros, Maria José Carvalho & Graça Capinha (Eds.), *A investigação e a escrita. Publicar sem perecer*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 213-245.
- TEIXEIRA LOPES, João M. *et al.* (2020), “Sociology in Portugal: Local, national, and international dialogues”, in Sari Hanafi & Chin-Chun Yi (Ed.), *Sociologies in dialogue*. London: Sage, pp. 305-322.
- VATANSEVER, Asli (2020), *At the margins of academia: Exile, precariousness, and subjectivity*. Leiden and Boston: Brill.
- WEBER, Max (1978), *Economy and society: An outline of interpretive sociology*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (2019), *International classification of diseases 11th revision. The global standard for diagnostic health information*, World Health Organization (Ed.), [Consultado a 10.10.2024], Disponível em: <https://icd.who.int/en>

Legislação

- Decreto-Lei n.º 448/1979, de 13 de novembro, Estatuto da Carreira Docente Universitária.
- Decreto-Lei n.º 415/1980, de 27 de setembro, Estatuto da Carreira de Investigação Científica.
- Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico
- Decreto-Lei n.º 68/1988, de 3 de março, Estatuto da Carreira de Investigação Científica.
- Lei n.º 108/1988, de 24 de setembro, Lei da Autonomia das Universidades.
- Decreto Lei n.º 437/1989, de 19 de dezembro, Estatuto do Bolseiro de Investigação.
- Lei n.º 54/1990, de 5 de setembro, Lei da Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico.
- Decreto-Lei n.º 125/1999, de 20 de abril, estabelece o quadro normativo aplicável às instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento tecnológico.
- Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.
- Decreto Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, Regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento.
- Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, alteração ao Decreto-Lei n.º 57/2016.
- Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários.

Ana Ferreira.

Investigadora Auxiliar do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH). Endereço de correspondência: Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa, Portugal.
E-mail: aferreira@fcs.unl.pt

Artigo recebido a 08/11/2024 e aceite para publicação a 27/11/2024.

FERREIRA, Ana (2024),

“Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:

“____, pão, _____, _____, _____”

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 75 - 104

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a3>

Português

Exortação à guerra (pela sociologia portuguesa)

Augusto Santos Silva

Faculdade de Economia da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP)

Resumo

A institucionalização da sociologia em Portugal fez-se já no quadro da democracia. Isso ajuda a compreender os traços que marcam e singularizam a sociologia portuguesa, como o pluralismo, a diversidade, o multilinguismo ou a interdisciplinaridade. Todos permitiram que a disciplina se desenvolvesse de forma muito rápida, intensa e inclusiva. Mas, hoje, enfrentamos uma ameaça: a subordinação à lógica puramente quantitativa e burocrática das regras de recrutamento e promoção de docentes e investigadores, de financiamento de projetos e de publicação de textos científicos. Essa lógica pode destruir a liberdade e a diversidade tão características da sociologia portuguesa. É, portanto, indispensável combatê-la.

Palavras-chave: Sociologia Portuguesa; Democracia; Ameaça.

English

Exhortation to war (for Portuguese sociology)

Abstract

The institutionalisation of sociology in Portugal took place within the framework of democracy. This helps to understand the traits that mark and singularise Portuguese sociology, such as pluralism, diversity, multilingualism and interdisciplinarity. All of these have allowed the discipline to develop very quickly, intensively and inclusively. But today we face a threat: the subordination to the purely quantitative and bureaucratic logic of the rules for recruiting and promoting teachers and researchers, funding projects and publishing scientific texts. This logic can destroy the freedom and diversity that are so characteristic of Portuguese sociology. It is therefore essential to combat it.

Keywords: Portuguese Sociology; Democracy; Threat.

Français

Exhortation à la guerre (pour la sociologie portugaise)

Résumé

L'institutionnalisation de la sociologie au Portugal s'est faite dans le cadre de la démocratie. Cela permet de comprendre les traits qui marquent et singularisent la sociologie portugaise, tels que le pluralisme, la diversité, le multilinguisme et l'interdisciplinarité. Tous ces éléments ont permis à la discipline de se développer très rapidement, de manière intensive et inclusive. Mais aujourd'hui, nous sommes confrontés à une menace : la subordination à la logique purement quantitative et

bureaucratique des règles de recrutement et de promotion des enseignants et des chercheurs, de financement des projets et de publication des textes scientifiques. Cette logique peut détruire la liberté et la diversité qui caractérisent la sociologie portugaise. Il est donc essentiel de la combattre.

Mots-clés: Sociologie portugaise; Démocratie; Menace.

Español

Exhortación a la guerra (para la sociología portuguesa)

Resumen

La institucionalización de la sociología en Portugal tuvo lugar en el marco de la democracia. Esto ayuda a comprender los rasgos que marcan y singularizan la sociología portuguesa, como el pluralismo, la diversidad, el multilingüismo y la interdisciplinariedad. Todo ello ha permitido que la disciplina se desarrolle de forma muy rápida, intensa e inclusiva. Pero hoy nos enfrentamos a una amenaza: la subordinación a la lógica puramente cuantitativa y burocrática de las normas de contratación y promoción de profesores e investigadores, de financiación de proyectos y de publicación de textos científicos. Esta lógica puede destruir la libertad y la diversidad tan características de la sociología portuguesa. Por lo tanto, es esencial combatirla.

Palabras clave: Sociología portuguesa; Democracia; Amenaza.

1.

O desenvolvimento da sociologia em Portugal está diretamente associado à transição para a democracia¹. Antes do 25 de Abril, havia certamente alguma tradição de pensamento social, designadamente de matriz conservadora, e havia, sobretudo, boa produção sociológica no então Gabinete de Investigações Sociais, sob a direção pioneira e informada de Adérito Sedas Nunes. Aí germinou o que se poderia designar como a primeira escola sociológica portuguesa. Mas o contexto político e académico era em tudo o mais radicalmente desfavorável, senão mesmo fanaticamente hostil à investigação científica, independente e crítica, sobre a sociedade.

Foi ao longo da segunda metade dos anos de 1970 e na década seguinte que se institucionalizou o campo disciplinar da sociologia: a pesquisa, o ensino, a fileira

¹ O texto constitui o desenvolvimento da intervenção no colóquio “O 25 de Abril e a institucionalização da sociologia em Portugal”, organizado, em 27 de setembro de 2024, pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

académica, a emergência de um perfil e carreira profissional, o associativismo, a entrada na administração pública, no terceiro setor e nas empresas, a influência no espaço público, a resposta à procura social de conhecimento. Muitas características centrais do campo têm justamente a ver com esta imbricação entre a consolidação do regime democrático e a afirmação e reconhecimento da sociologia portuguesa. Sem a preocupação de ser exaustivo, lembro a diversidade, o multilinguismo, o pluralismo, o ecletismo, a interdisciplinaridade, a autonomia.

A primeira vaga do processo de institucionalização foi protagonizada por sociólogos e sociólogos formados no estrangeiro (muitas vezes, na condição de exilados), e por investigadores trabalhando em Portugal cujas formações iniciais eram o direito, a economia, a história ou as então chamadas filologias. Mesmo na segunda vaga – a que pertence –, ou seja, entre aqueles cuja formação se fez já sob a direção desses primeiros protagonistas, continuava a encontrar-se licenciados em direito, humanidades, outras ciências sociais ou, até, engenharia; o que se compreende, porque é sempre demorado o percurso de implementação de ensino graduado e pós-graduado numa área em que quase nada havia a relevar antes de 1974. A diversidade era, pois, a marca das formações intelectuais, fosse em razão desta variedade de bases científicas, fosse em virtude da diferenciação dos países e sistemas universitários que haviam acolhido os homens e as mulheres com qualificação no exterior, ou de onde provinham os professores estrangeiros que se radicaram entre nós depois de 1974: França, Itália, Suíça, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos, Chile...

O multilinguismo era outra marca de água. Qualquer dos protagonistas da constituição do campo sociológico português dominava o francês, o inglês e o espanhol, e a essa base comum alguns acrescentavam o italiano, o alemão ou o neerlandês. Ponto muito importante, não por qualquer pretensiosismo aristocrático, mas outrossim porque, numa época e numa disciplina sem massa crítica para a edição sistemática de traduções, dominar, pelo menos como leitor, várias línguas significava aceder e frequentar múltiplas tradições e perspectivas teóricas.

Isso, em conjunto com a característica democrática do processo de institucionalização do campo académico e científico (sem hierarquias excessivas e poderes ilimitados), deu azo ao pluralismo que tão tipicamente pontuou a nossa sociologia. Marxistas e weberianos, racionalistas e pós-modernos, dogmáticos e heterodoxos, paladinos do pensamento crítico e eruditos convencionais, discípulos de Althusser, Touraine, Habermas, Giddens, Bourdieu, Luhmann, Hobsbawm ou Poulantzas (só para citar alguns), todos couberam (e cabem) nas escolas e centros de investigação. Uma sociologia de pendor sobretudo analítico e outra sustentando a inevitabilidade da combinação entre conhecimento e ideologia, uma sociologia mais distanciada e outra mais engajada, puderam prosseguir um debate que, por vezes, atingiu grande intensidade, mas que nunca se negou nem resolveu por via do ostracismo ou da exclusão.

Mais: esta possibilidade material de contacto com diversas teorias e metodologias sociológicas foi um dos fatores que conduziram a um certo ecletismo, visível em várias escolas e obras. Uso, evidentemente, a palavra sem nenhuma conotação negativa, referindo-me à capacidade de comparar, contrastar e testar diversas abordagens, com suficiente abertura para poder tirar partido de interinfluências e compensações recíprocas. (Já tentei crismar este caminho como “análise pluriperspectivada”, mas o termo não pegou...).

A interdisciplinaridade é outro traço fundamental da sociologia portuguesa, o que naturalmente se deve à já referida diversidade de habilitações iniciais, na geração fundadora, mas também decorre de uma atitude deliberada: a opção pelo entendimento abrangente do campo das ciências sociais e pela prática regular de uma relação de proximidade e mútua fecundação entre elas. Estudantes e investigadores foram incentivados a ler livros e artigos de outras disciplinas e, nos congressos, eram regularmente convidados e escutados os especialistas delas oriundos. A interrelação da sociologia, da história, da geografia humana, da antropologia, das múltiplas correntes económicas atentas aos contextos socioinstitucionais, da psicologia social, da ciência política, foi vincadamente defendida e praticada.

Ao mesmo tempo, o processo de institucionalização da sociologia em Portugal, seja na vertente académica, seja na, digamos, profissional, foi comandado por uma lógica de afirmação da autonomia da linguagem e da cultura científica, face ao discurso ideológico e face às intervenções pragmáticas. O que não significava negação dos laços (estreitos e complexos) que ligam a dimensão analítica, a dimensão normativa e a dimensão prática do conhecimento e da ação social; queria, isso sim, dizer que a sociologia, como ciência social que era, não era “função” de qualquer outra ordem, a que tivesse de subordinar-se, e definia, ela própria, as condições de criação, escrutínio, codificação, acumulação, divulgação, aprendizagem e aplicação do seu saber.

2.

Julgo não estar a idealizar essa fase pioneira, como todas certamente luminosa e entusiasmante. Pertencendo à segunda geração, que chegou um pouco mais tarde, fui não só testemunha como beneficiário direto de todas as marcas que atrás repertoriei. Claro que tive o privilégio de trabalhar, como colega júnior na Faculdade de Economia da Universidade do Porto e subsequentemente como seu orientando de doutoramento, com um dos mais consistentes, disponíveis e coerentes membros do grupo fundador: José Madureira Pinto. Mas a verdade é que ele próprio provinha da escola do Gabinete de Investigações Sociais e, por seu intermédio, pude interagir e aprender com outros igualmente sólidos e igualmente abertos à diversidade e ao pluralismo científico, como (só para citar dois que me foram e são especialmente próximos) João Ferreira de Almeida e Maria de Lourdes Lima dos Santos; assim como tirei partido da obra e do exemplo de vários colegas cuja formação sociológica se tinha feito no estrangeiro (como António Barreto, Ana Benavente, Hermínio Martins, Manuel Villaverde Cabral ou Boaventura de Sousa Santos) e de estrangeiros que então aportavam à academia portuguesa (especialmente Raúl Iturra e Robert Rowland). Encontrei ainda vários companheiros no percurso que conduzia de outras disciplinas para a sociologia, tais como José Manuel Sobral, José Machado Pais ou João Arriscado Nunes, ou já dela vinham, como Carlos Fortuna, com eles e muitos

outros formando uma espécie de ponte entre a geração pioneira e aquela que viria a afirmar-se como, se a expressão me é permitida, plenamente sociológica (a de António Firmino da Costa, Ana Nunes de Almeida, Rui Pena Pires, Fernando Luís Machado, Maria de Lurdes Rodrigues, Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres, Luís Baptista, João Teixeira Lopes, Elísio Estanque e tantos mais). Neste percurso, a caminhada fazia-se ombro a ombro com investigadores da realidade portuguesa cuja diferentes filiações disciplinares eram vistas e rentabilizadas como enriquecimento necessário e pertinente: os economistas José Reis e António Manuel Figueiredo, os antropólogos João Pina-Cabral, Joaquim Pais de Brito, Brian O'Neill e (já citado) José Manuel Sobral, os geógrafos João Ferrão e Jorge Gaspar, os historiadores Jaime Reis, Romero de Magalhães, David Justino, os demógrafos Joaquim Manuel Nazareth e Maria João Valente Rosa, os especialistas em média Manuel Pinto e Gustavo Cardoso, etc., etc. etc. (não inventario, apenas dou exemplos).

Por causa do contexto institucional, pós-25 de Abril, das ciências sociais e, em particular, da sociologia, todos conhecíamos múltiplas tradições nacionais, escolas teóricas e expressões linguísticas; e nenhum teve de esperar pela primeira tradução para inglês de Pierre Bourdieu ou Philippe Ariès para compreender a importância do respetivo contributo, ou a chegada dos seus ecos à América para reparar na obra de Jürgen Habermas. Dito pela positiva: a sociologia portuguesa nasceu paredes meias com a história, a economia, a antropologia, a ciência política e outras áreas que tratou como vizinhas próximas e às quais franqueou o seu território; soube conjugar a sociologia anglo-saxónica com a francesa e a alemã, os contemporâneos com os clássicos, Weber com Durkheim, Marx com Gramsci, Simmel com Adorno, Bourdieu com Giddens e Boudon, Foucault com Goffman; e percebeu a importância de pessoas escrevendo em português (como Florestan Fernandes ou Fernando Henrique Cardoso), ou escrevendo ou traduzidas em italiano ou espanhol.

E mais: em virtude da natureza profundamente democrática, aberta e plural da constituição do campo, as instituições de produção e ensino sociológico têm sobremaneira valorizado o encontro e o confronto de distintas abordagens e interpretações da realidade social, as quais têm autores de carne e osso, irredutíveis

ao último apelido, que escrevem para se dirigirem uns aos outros, propondo, discutindo, testando e melhorando, mais do que para acumular referências e citações, procurando construir (não tenhamos medo das palavras) obras próprias e significativas, e não apenas currículos. Para isso fundaram revistas, publicaram livros, ensinaram gerações de alunos, geriram departamentos e escolas, orientaram colegas, dirigiram associações, isto é, fizeram mais – e melhor, com mais valor acrescentando e maior utilidade pública – do que colecionar projetos e produtos da mesma fôrma, para subir em *rankings* o mais rapidamente e individualmente possível.

3.

Foi tudo um mar de rosas? Claro que não! Também houve tribalismo – e alguma tribo sociológica descambou mesmo em seita quase-religiosa, adorando o mestre como deus na terra e sacrificando-o, agora, com o mesmo excesso com que antes o adorara. Também houve várias tentativas de fechar o campo, de monopolizar encomendas, de cortejar as modas político-ideológicas, de impor unilateralmente critérios e métricas. Também houve e há percursos preguiçosos, que disfarçam com frases feitas, extraídas da última retórica popularucha, a falta de cuidado ou empenho em lidar com a complexidade e a dureza dos factos e dos dados. Como seria de esperar, na enésima demonstração de que não há processo de institucionalização em que não se perca, no instituído, alguma da frescura do instituinte, a consolidação e o desenvolvimento do campo sociológico português trouxeram elementos claros de alguma ordem hierárquica, de fechamento e competição entre escolas, disciplinas e laboratórios, de ajustamento pragmático às circunstâncias académicas. Mas, a meu ver, sem obliterar aquele conjunto de características que fizeram e fazem a força da sociologia portuguesa: o cosmopolitismo, a pluralidade, o cruzamento de disciplinas e de teorias, a autonomia, na palavra popperiana, a abertura.

Ora, estou como Sophia: se vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar. Não podemos ignorar o enorme risco que hoje corremos de enfraquecer ou até liquidar esta riqueza, por causa do império de uma sinistra indústria académica e editorial de formatação e uniformização do conhecimento de raiz (ou etiqueta) universitária. Uma ameaça que impende sobre a nova geração de sociólogos (e, em geral, de cientistas

sociais) e que, a concretizar-se, provocará uma perda irreparável no singular património da nossa disciplina.

De que falo? Pois falo de uma tendência que começa a invadir o campo e se vê crescer e, em muitos aspetos, dominar o modo como se organiza as carreiras, como se decide os financiamentos, como se hierarquiza as culturas e linguagens, como se normaliza as publicações, como se fecha os mercados – e, assim, como se doma (sim, presente do indicativo do verbo domar) o pensamento.

Nas carreiras do ensino superior e de investigação científica, uma absurda convergência entre a obsessão do garantismo contra qualquer tipo da impropriamente chamada subjetividade e a vontade de poder exercida, como é costume, pela ostracização de qualquer sombra de alteridade, vem propiciando a imposição de uma lógica absolutamente quantofrénica: renúncia a qualquer esforço – e risco – de avaliação da qualidade dos conteúdos, por via da simples contabilização do número de publicações ou outros itens de seriação. Não interessando o modo do desempenho – seja na elaboração de um argumento, seja na condução de um departamento, seja na direção ou orientação de um projeto –, mas sim o número, abstrato e vazio na sua frieza, dos desempenhos. Com, evidentemente, a inevitável tendência para afastar da série todos os desempenhos que não caibam imediata e folgadoamente, como as malas de cabina nas caixas de controlo das companhias de aviação, na fôrma-tipo. Ao mesmo tempo, esta fôrma vai-se estreitando: num número crescente de listagens, já não figuram as atividades de gestão, já não interessam as tarefas de extensão, já é quase irrelevante o ensino, e, pasme-se, já nem sequer cabem os livros!

A consequência não poderá deixar de ser a uniformização: muito orwellianamente, a equalização dos académicos, vinculados a um só molde-padrão que menoriza e afasta qualquer um ou qualquer uma que não se ajeite, que não caiba, que não cumpra, que divirja – que se singularize.

Dois instrumentos comandam esta pulsão à ordem do Mesmo: a hierarquização estatutária, definida por provas, concursos e outros meios de recrutamento e

promoção em universidades, politécnicos, centros e laboratórios; e o financiamento, nacional e europeu, dos projetos e unidades de investigação. Na primeira, impera a ostensiva desvalorização quer do pensamento reflexivo, que exige tempo de maturação, quer da entrega pessoal, profissional e cívica às tarefas coletivas (o ensino, a gestão, o interface com a economia e a sociedade), em favor de uma acumulação desenfreada de artigos – como se a produção torrencial não fosse, desde logo, indício de qualidade débil e de fraco empenho intelectual (pois que apresentar alguém dezenas de publicações num só ano é sintoma seguro de que qualquer coisa de errado se estará passando). Nos financiamentos, além da mesma pulsão do “publicar ou perecer”, a satisfação acéfala dos requisitos estandardizados, o alinhamento com as modas em curso, a escolha interesseira dos temas circunstancialmente em alta, a sobreposição da forma ao conteúdo e o envernizamento com truques de comunicação e marketing – e, do lado do sistema de avaliação, a presunção parola de que o especialista estrangeiro é sempre melhor, mesmo quando não sabe de língua, cultura, sociedade ou história portuguesa e estão em causa pesquisas sobre língua, cultura, sociedade ou história portuguesa, assim como a facilidade com que se deixa aos júris imporem as suas próprias agendas – estão contribuindo para a uniformização dos projetos, para a circularidade dos resultados e para a rotinização do pensamento científico.

Submetemo-nos, depois, ao inacreditável paroquialismo da rendição a uma só língua franca e a um só paradigma institucional e editorial. É o inglês, mas podia ser outra qualquer. Não é ser o inglês que irrita – corrija-se: não é bem o inglês, a bela língua inglesa, é um sucedâneo macarrónico dela – mas sim o facto de ser só uma, com o conseqüente fechamento da capacidade expressiva, da sensibilidade à diversidade empírica e da familiarização com distintas perspetivas teóricas e culturais. Facto que causa ainda mais indignação quando ocorre nas ciências sociais: como é que historiadores, geógrafos, economistas, antropólogos, sociólogos e politólogos, que desvendam como ninguém a natureza e os efeitos do imperialismo, da hegemonia, do monopólio, aceitam este imperialismo, esta hegemonia e este monopólio do instrumento essencial do pensar e do comunicar que é a língua? Porque fazem orelhas moucas a tudo o que a psicologia e a psicolinguística ensinam, e o Conselho

da Europa há tanto tempo incorporou: que o plurilinguismo é fator de desenvolvimento intelectual e de melhor compreensão dos outros e do mundo em redor de nós?

Não se trata de um processo “natural”, do triunfo de uma linguagem e um paradigma que tivessem adquirido supremacia somente por mérito próprio. Nada disso: ele é induzido e amplificado por decisões arbitrárias, baseadas em relações de força. São estruturas de poder que impõem o inglês, e fazem-no como um ato de dominação. Mesmo quando revelam, em si mesmas, uma profunda ignorância técnica – por exemplo forçando a comunicação em inglês de publicações sobre línguas e literaturas não anglófonas...

Durante muito tempo, é pura verdade, vivemos reféns de um fechamento intelectual motivado ou favorecido pelo uso exclusivo da língua nacional. Isso era e é um obstáculo à abertura e à internacionalização; teve e tem de ser combatido. Mas multiplicando as línguas usadas, diversificando os meios de comunicação internacional, pluralizando os públicos e as culturas a que nos dirigimos. E também fazendo valer internacionalmente o nosso próprio idioma como língua de cultura e ciência. Designadamente quando se trata de línguas tão robustas em cultura, como o francês, o alemão, o italiano, e línguas tão disseminadas e vivas como o espanhol, o mandarim, o árabe ou o português. E tirando partido das traduções, que são outras tantas pontes entre povos e culturas.

O nosso caso é particularmente gritante, porque deveria ser (e, em certos aspetos, formalmente é) uma prioridade assumida das autoridades nacionais acarinharem a afirmação do português como língua internacional de ciência e cultura e valorizar o desenvolvimento da comunidade pluricontinental que se vai construindo em torno dele.

Mas, insisto, não me move nenhuma espécie de nacionalismo, o meu combate é mesmo contra o paroquialismo: o paroquialismo de impor uma só língua (se se pode chamar língua ao inglês técnico das burocracias), empobrecendo radicalmente o cérebro daqueles que vão abandonando todas as demais, que deixam de ser capazes

de entender textos em francês, ou alemão, ou italiano, ou noutra qualquer idioma cientificamente relevante, e assim ficam mais pobres, mais isolados e, portanto, por mais tristemente irónico que isto seja, menos internacionalizados.

O meu rosário de queixas não acaba aqui. Só agora chego ao que mais me inquieta, que é a normalização das publicações. Já me referi ao enorme facilitismo (sim, facilitismo!) que é pôr de fora tudo o que não caiba no molde estreito do artigo editado em revista indexada numas poucas bases internacionais: isto é, não cuidar de saber de teses, atas de seminários e congressos, versões provisórias de trabalhos em curso e, como já vem sendo o caso em concursos de recrutamento para escolas de economia, até de livros; e, quanto aos artigos, para efeitos de seriação competitiva, limitar-se a contá-los, como se o respetivo conteúdo fosse, para tal propósito, impertinente. Mas é preciso denunciar mais perversões, como a tendencial (e, em certas disciplinas, até formalmente assumida) normalização da estrutura dos artigos aceites (como se fora do cânone metodológico, do tipo: introdução, revisão da literatura, apresentação das técnicas e dos dados, discussão dos resultados, conclusão, não houvesse mais nenhum caminho de descoberta e comunicação); a hiperconcentração nos autores mais recentes, como se, em ciências como a sociologia ou a economia, o que disseram clássicos escrevendo há 50, 100 ou mais anos, não fosse tantas vezes de uma enorme atualidade; ou o descarnamento dos investigadores, reduzidos a apelido e data, como se vivessem num magma de outro modo indiscernível. Ponto, confesso, que me causa particular irritação quando a revista em que pretendo publicar me impõe, porque devo o muito que devo não a um qualquer V. Godinho ou a um qualquer J. Pinto, iguais a tantos outros, mas àquelas concretas pessoas chamadas Vitorino Magalhães Godinho e José Madureira Pinto, senhores de obras que valem pelo seu conjunto e admiráveis exemplos de sabedoria e labor. E, sim, preciso mesmo de separar sem qualquer equívoco o Max Weber que com tanto deleite leio e releio de outro M. Weber que hoje comanda certa bancada do Parlamento Europeu...

A fraude existe, como antes já existia. Mas talvez haja agora mais incentivos à fraude e menos defesas contra ela. Porque a entrega da determinação do mérito ao

funcionário que conta o número de artigos publicados em revistas indexadas no melhor quartil das bases mais prestigiadas, e ao programa que sonda de eventuais plágios, com renúncia quase completa à leitura e à avaliação qualitativa, conduz inevitavelmente a práticas, pelo menos deontologicamente incorretas, como as que multiplicam artificialmente as autorias e coautorias, reduzem os artigos a variações uns dos outros, ou combinam citações cruzadas.

Insisto: não se trata apenas de efeitos perniciosos no modo de comunicação, porque, pelo menos em ciências sociais, o pensamento é indissociável da linguagem; e quem aceita que lhe formatem e castrem a linguagem aceita que lhe funcionalizem o pensamento. Paralelamente, o poder de que hoje estão revestidos os avaliadores anónimos facilmente descambará em abuso, por exemplo, quando estes obrigam os avaliados a multiplicar as referências a autores que qualquer pessoa com dois dedos de testa conclui serem eles próprios...

Finalmente, se há área em que todas estas distorções me causam ainda mais urticária é a da ciência económica. Pois não é bom de ver que elas levam ao fechamento do mercado em que circulam e ganham valor os trabalhos científicos? Não são tão óbvios os monopólios que se formaram e abusam todos os dias da sua posição dominante? Não é evidente que o afunilamento das bases e dos quartis significativos para o reconhecimento das publicações beneficia as revistas e editoras (e instituições académicas, e centros de investigação, e sistemas nacionais...) já instaladas e prejudica, senão impede, o acesso dos novos entrantes – contrariando, portanto, a consolidação de uma estrutura mais democrática e, essa sim, verdadeira internacional, verdadeiramente universalizante, do campo académico mundial?

4.

Talvez me acusem de ressentimento, pessoal ou geracional; e, de facto, tenho pensado nessa hipótese com ganas autopsicanalíticas. Será esta indignação a enésima manifestação da resistência de mais uma velha guarda à inevitável passagem do tempo e aos inerentes ventos de mudança? Não sentiremos, eu e outros que raciocinam e se exprimem similarmente, o embaraço de quem, pelos

atuais critérios, já não teria tido a carreira que teve, reprovando vergonhosamente na maioria dos concursos hoje abertos? Não estaremos afinal a revelar o sempiterno desejo de conservar o poder a todo o custo?

Não sei: só posso oferecer algum trabalho adicional de clarificação. Não está em causa voltar ao passado dos doutoramentos que demoravam décadas, das provas e concursos com resultados predeterminados, dos artigos enfadonhos com mais notas do que texto, das separatas apenas transitadas entre confrades, dos volumes de homenagens ritualmente recíprocas, de academias circunscritas aos estreitos limites de uma vetusta universidade ou um pequeno país. O ponto não é recusar a avaliação entre pares, sem peias estatutárias nem subserviências receosas dos mais novos face aos mais velhos; não é temer a internacionalização, que evidencia a exiguidade da aldeia em que somos reis; não é subordinar a exigência ao formalismo e travar autoritariamente a competição meritocrática.

Não quero falar de ciências que não domino, mas pela sociologia, e pela sociologia portuguesa, posso falar: nunca foi assim. Como ficou lembrado na primeira secção deste manifesto, a institucionalização fez-se em ambientes e com procedimentos que estimulavam a abertura, o cosmopolitismo, a diversidade, o debate, a crítica, a argumentação pública, entre pares, decidida pelo valor dos argumentos, não pelo estatuto dos argumentadores. O multilinguismo é a sua marca genética, como são o pluralismo teórico e a prática interdisciplinar. E é tudo isso que a deriva contabilístico-burocrática e o fechamento dos mercados de financiamento, publicação e recrutamento põem em perigo.

Não se propõe o fim da avaliação de textos, como condição prévia e necessária da sua publicação, nem a saudável convivência entre especialistas internos e externos a cada campo a escrutinar, nem a circulação internacional de pessoas e obras, nem a comunicação em línguas de referência, nem uma elevada exigência nos processos de reconhecimento de escolas, centros, revistas e editoras. Pelo contrário: o que veementemente se contesta é a conversão de tudo isso em práticas ritualistas, descarnadas e devedoras mais da moda do que da substância. Práticas que

desprezam a avaliação da qualidade, como discussão franca e igualitária de natureza científica e com argumentos plurais; que rejeitam um entendimento suficientemente flexível do que é a hierarquia em ciência e do que são as condições institucionais necessárias para dar o tempo e o espaço indispensáveis para que os campos académicos nacionais ainda em desenvolvimento se possam desenvolver, para que as revistas ainda longe da liga principal possam crescer e aproximar-se dela, para que sejam múltiplas as formas de escrita científica, de publicação, de investigação, de comunicação, de intervenção.

E, por isso, é preciso dar combate, não só à loucura que se vai instalando no sistema científico como, sobretudo, à chã e interesseira ofensiva que se esconde por trás dela e visa impor o monismo disciplinar, o conformismo teórico, a rotina institucional, a hegemonia de um só paradigma e o domínio de bem lucrativos mercados por um reduzidíssimo número de agentes.

Sufocando a liberdade, a liberdade sem a qual não há verdadeiramente ciência.

E, se isto é condenável em qualquer área do saber, ainda mais o é nas ciências sociais – e é-o, em particular, numa ciência que emergiu e se afirmou tão livremente como foi e é a sociologia portuguesa.

Daí que, inquieto, eu não queira usar palavras brandas. E peça de empréstimo a mestre Gil Vicente, cuja linguagem tantas vezes me ocorre quando penso neste assunto, o título de uma peça sua: exortação à guerra. À guerra contra essa nova burocracia académica global que almeja invadir também o nosso território e que, se vier a ocupá-lo, há de implacavelmente destruir-lhe as melhores sementeiras.

Felizmente, na sociologia portuguesa as defesas estão sólidas, o que devemos à forma como ela se institucionalizou, de braço dado com a institucionalização da democracia. Por isso mesmo, convém não as desguarnecer, e usá-las firmemente contra os atacantes.

Na fase de resistência já me encontro. Sinto como dever irrenunciável um certo número de recusas: a não publicar em revistas ainda não indexadas, a seguir caninamente as normas de citação e referência que me pareçam absurdas, a deixar de publicar livros, a marginalizar todas as tarefas de gestão, pedagogia, extensão, interface, a fingir que não noto as banalidades que despejam, nas reuniões de avaliação, tantos avaliadores encartados, mas ignorantes das realidades sobre que trabalhamos; ou, como membro de júris, aceitar que apenas se conte o número de publicações, orientações ou cargos sem produzir nenhum juízo de valor sobre a respetiva qualidade.

Não basta, porém, resistir. Para ganhar uma guerra, é preciso mobilizar os interessados e a mais geral opinião, tarefa política e diplomática incontornável; conceber e executar um plano de operações adequado e eficaz. Tudo para forçar o adversário à única solução duradoura, que não é o esmagamento militar de uma das partes, mas um compromisso sustentável, que salvguarde os interesses legítimos de ambas.

Deixo o nível operacional para os oficiais mais novos, já bem ambientados às nomenclaturas e taxonomias que importa desconstruir; e ocupo os momentos de insónia a imaginar algumas bandeiras de mobilização. Com “nãos” solenes, enérgicos, inegociáveis: não à desumanização dos autores (reduzidos a inicial do nome próprio e último apelido), não à fôrma única, não ao império da enumeração, não às habilidades rasteiras para engordar publicações e currículos, não aos monopólios internacionais das publicações, não ao abuso de poder dos júris e avaliadores anónimos, não à tolerância face à fraude, não à castração da criatividade e à perseguição da singularidade e da dissidência. E não menos indispensáveis “sims”, sobre que se possa construir um sistema igualmente operativo, mas mais lógico e inclusivo: sim ao primado da qualidade sobre a quantidade, sim aos juízos de qualidade que não temem sê-lo, sim à internacionalização multipolar, multilinguística e pluriparadigmática, sim à reflexividade pessoal e institucional, sim à abertura a múltiplos conteúdos e expressões, sim à tentativa e erro e nova tentativa; sim, em suma, a uma racionalidade crítica de si mesma, a que se vai construindo através de

práticas rigorosas, avaliadas, persistentes, de conhecimento e por via da dialética produtiva entre a revisão constante e a acumulação progressiva desse mesmo conhecimento. Com o escrutínio, os exames, as provas, os júris, os concursos, as emulações, as classificações e, até, as hierarquizações que disto decorram, quer dizer, que decorram da lógica da cultura científica e salvaguardem a sua afinidade tão estrutural com a organização institucional de referência democrática – e não se ergam precisamente sobre o seu contrário, como acontece com a burocracia formalista que nos está cercando.

Às armas, pois! E, a quem disser que este não é um artigo científico porque não tem notas, nem referências, nem dados e é panfletário de cabo a raso, pois tenho a objetar que poucas vezes escrevi sobre coisa mais científica – porque a ciência digna desse nome reflete constantemente sobre as suas condições institucionais; e, às vezes, precisa mesmo de panfletos. De panfletos, manifestos, desabafos que rezinguem, que rosnem, que uivem aos mandarins e mandarinos que ela própria vai gerando.

Augusto Santos Silva

Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço de correspondência: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Rua Dr. Roberto Frias, 4200-464 - Porto, Portugal.

E-mail: asilva@fep.up.pt

Artigo recebido a 20/12/2024 e aceite para publicação a 30/12/2024.

Recensão

Recensão FREIRE, João (org.), DE FREITAS, Eduardo, CORREIA JESUÍNO, Jorge, & MATIAS FERREIRA, Vítor (2021), *Contributo sobre os Antecedentes da Sociologia em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

João Teixeira Lopes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (ISUP)

Quatro amigos, provenientes da sociologia académica e, entretanto, aposentados, partilham entre si um projeto de investigação. Através de uma roda de debates (e tertúlias?), indagam sobre as origens e os contornos dos antecedentes da Sociologia em Portugal. São eles João Freire (que organiza a obra e lhe escreve a introdução), professor emérito do ISCTE e reconhecido autor da sociologia do trabalho, das organizações e das profissões; Eduardo de Freitas, com quem tive o gosto e o proveito de privar no Observatório das Atividades Culturais (1996-98), também antigo professor do ISCTE e estudioso da ruralidade portuguesa, no início do seu percurso e, mais tarde, importante investigador no domínio da sociologia do livro e da leitura; Jorge Correia Jesuino, igualmente aposentado do ISCTE e seu Professor Emérito, com uma obra que cruza vários saberes (psicologia social, epistemologia, sociologia das organizações) e, ainda, Vítor Matias Ferreira, tal como os restantes antigo docente e investigador do ISCTE e destacado sociólogo urbano.

É certo que o livro teria ganhado muito se dialogasse mais com as duas obras publicadas por Fernando Luís Machado, que os autores não chegaram a ler pois, quando foram dadas à estampa, já o texto deste livro se encontrava estabilizado.

Contudo, João Freire não deixa de “conversar” com a periodização proposta por Fernando Luís Machado (Machado, 2020 e 2022) e que aqui relembramos: i) um momento “pré-histórico”, até 1962 (a investigação social antes da investigação sociológica); ii) um conjunto de “primeiros passos”, onde se incluem a licenciatura em Sociologia no Instituto Superior Económico e Social de Évora em 1964 (estabelecimento privado com fortes ligações aos jesuítas e à Fundação Eugénio de

Almeida) e a criação, por Sedas Nunes, do Gabinete de Investigações Sociais; iii) a institucionalização inicial, que vai de 1974 (licenciatura em Sociologia no ISCTE) a 1985 (ano em que se cria o curso de Sociologia na Universidade do Porto; iv) a consolidação institucional (1986-1999), altura em que medram as pós-graduações e em que se consolida uma rede de unidades de investigação; v), finalmente, desde 2000 até aos nossos dias, a institucionalização avançada, marcada por “um campo completo, estável e internacionalizado” (Machado, 2020: 97).

Ora, João Freire prefere chamar ao período que a obra coletiva aborda de “pré-sociologia” ou “proto-sociologia”, uma vez que, segundo ele, a sociologia “institucional” a reduziria ao reconhecimento legal no ensino, enquanto o epíteto de académica esqueceria as cadeiras de sociologia que, de forma avulsa, foram surgindo em algumas escolas superiores (e não em Universidades). Mas é notório que a designação do período pré-científico não lhe agrada inteiramente, quer por ser devedor de uma conceção cientista que parece rejeitar, quer por considerar que o conhecimento sociológico atual não é menos isento que o de antanho de contaminações e disputas ideológico-políticas.

Perpassa, todavia, um pessimismo, que se pode permitir à perspetiva singular do autor, mas que não pode ser ancorado num facto que surge como objetivo: a suposta perda de atração dos cursos de sociologia. Na verdade, os dados do recrutamento do ensino superior provam o contrário: nunca se formaram tantos sociólogos em Portugal, como de resto estudos recentes atestam (Ramos, Capucha & Tavares, 2018).

A obra é densa e rica; acrescenta ao conhecimento sobre a Sociologia em Portugal. São vários e valiosos os contributos para a elucidação (e periodização) interna deste momento pré-sociológico, complexo, contraditório, cheio de influências e camadas, em muito devedor dos condicionalismos políticos e institucionais (poucas traduções dos autores essenciais – Weber e Lévi-Strauss, por exemplo, apenas ficam disponíveis em língua portuguesa no ano anterior à revolução; falta de ancoragem institucional; cruzamentos com outras disciplinas – Filosofia, História, Geografia,

Política – que não permitem a autonomização de um corpus conceptual e metodológico autónomo; veia especulativa de cariz filosófico e ensaístico; etc.).

Jorge Correia Jesuino centra-se no pensamento de António Sérgio e na análise crítica que o grande pensador elabora, sob uma perspetiva cooperativista, ao corporativismo nacional, não sem antes nos propor uma outra periodização da sociologia em Portugal: i) momento positivista (de 1860 à implantação da República); ii) sociologia experimental, sob a influência de Le Play (início do século XX até finais da II Guerra Mundial); iii) sociologia colonial (da II guerra Mundial aos anos sessenta); iv) sociologia do desenvolvimento, a partir da década de 60 até aos nossos dias. Parece-me, contudo, altamente problemática esta proposta, nomeadamente por não identificar roturas políticas e institucionais decisivas no ensino, na investigação, na diversificação paradigmática e na internacionalização da sociologia portuguesa (desde logo a Revolução). De António Sérgio retém-se a sua persistência em unir geografia, história e sociologia (publica, aliás, uma Antologia Sociológica de 10 cadernos entre 1956 e 1957), fazendo uma espécie de sociologia do passado e de história do presente.

Vítor Matias Ferreira, por seu lado, percorre as origens e os itinerários do serviço social em Portugal, no caminho que vai da assistência social ao corpus já sistemático do saber-fazer, simultaneamente teórico e prático, do serviço social e da sua penetração nos serviços públicos do Estado Novo. A questão social urbana e a prática dos “inquéritos sociais” marcam a transição do paradigma médico para as preocupações sociológicas, ainda que permaneçam tendências empiristas e especulativas. Interessantíssima uma história que o autor nos deixa. Em 1953 realizam-se, no seio do Instituto de Serviço Social de Lisboa, e sob fortes críticas de Marcelo Caetano, os “Dias da Sociologia”, espécie de jornada científica sobre os problemas sociais do país. Um ano mais tarde, cria-se na mesma instituição um “centro de sociologia” presidido por... Marcelo Caetano! O leitor conseguirá imaginar da profundidade e clareza sociológicas de tais práticas de pesquisa...

O contributo de Eduardo de Freitas centra-se na análise da presença das ciências sociais e da sociologia no ensino superior militar, num longo período que vai de 1837 a 1974. Após a I República as formações de Estado Maior passam a contar com uma cadeira de *Noções de Sociologia*. Com o golpe de 1926 são suprimidas as referências à Sociologia. Contudo, durante a transformação da escola em Academia Militar, a partir de 1959, juntam-se as disciplinas de Introdução às Ciências Sociais e de Sociologia Geral, tidas como relevantes para a primeira “Geração Nato” e lecionadas, na década de 60, por Adérito Sedas Nunes. Correntes positivistas não deixam, aliás, de tentar inscrever os estudos militares no domínio das ciências sociais.

Deixamos para o fim o texto mais programático da obra (juntamente com a Introdução) da autoria de João Freire. O investigador analisa um vastíssimo corpus bibliográfico (disponível no acervo informatizado da Biblioteca Nacional) sobre os antecedentes da sociologia em Portugal, o que lhe permite detetar várias “veias” que fluem nesse período, por vezes em simultâneo. Entre outras: o positivismo; a influência de Proudhon, do anarquismo e do socialismo utópico; a marca de Marx; um certo “sociologismo trabalhista e emancipador”; a preocupação de certas correntes do Direito com as questões sociais; o catolicismo de matriz social; as reflexões médicas que cruzam com a abordagem de problemas sociais e demográficos; a etnografia ligada à colonização; os estudos agro-rurais; o Serviço Social e, finalmente, alguns tratados de sociologia globalizante (muitas vezes escritos por académicos exteriores à sociologia). Da mesma forma, e embora nunca recorra à terminologia bourdiana, João Freire dá-nos a conhecer um esboço do campo científico e intelectual dessa proto-sociologia: autores, editoras, coleções e bibliotecas, instituições de ensino. Fica em falta, contudo, o sistema de relações, de interesses e de disputas que entre eles se iam tecendo. Ainda assim, parece-me um riquíssimo complemento à pesquisa bibliográfica que Fernando Luís Machado tem vindo a organizar desde 1958 até aos nossos dias (Machado, 2024).

Em suma, estamos na presença de uma obra que nos ensina a ter em conta a complexidade da formação da sociologia em Portugal; as diferentes tendências, correntes e quadros institucionais que a moldaram nessa pré-história, a exposição,

heteróclita, às modas e aos grandes nomes que se iam consagrando; os diálogos (e impasses) com outras ciências (sociais e não só); o impacto (e a retroação) dos grandes eventos históricos (Liberalismo, República, estado Novo, Revolução de Abril). Contributo essencial para nos objetivarmos como sociólogos e sociólogas, feitos dessa acumulação tensa, cruzada, por vezes precária e até rejeitada. Para que saibamos que o tempo conta e que a sociologia se vai fazendo em contextos e escalas multidimensionais.

Comungo com os autores a preocupação com a dispersão teórica, metodológica e paradigmática da sociologia atual. Aliás, creio que a grande questão é saber como é possível preservar e enriquecer a nossa tradição pluriparadigmática sem abdicar dos paradigmas, isto é, de grandes teorias, de pretensão universal (embora com a preocupação da variação e da adaptação aos contextos e mesmo aos terrenos empíricos) que parecem algo arredadas do que hoje se vai fazendo, de feição demasiado dispersa e pouco propensa à acumulação e ao ciclo refutação-consolidação do conhecimento sociológico.

Referências bibliográficas

- MACHADO, Fernando Luís (2024), Bibliografia sobre a Sociologia em Portugal (1958-2024), *Documento de apoio à unidade curricular "Investigação sociológica em Portugal"*, Lisboa: ISCTE.
- MACHADO, Fernando Luís (2022), *Investigação Sociológica em Portugal. Um guia histórico e analítico*, Porto: Afrontamento.
- MACHADO, Fernando Luís (2020), *Sociologia em Portugal. Da Pré-história à Institucionalização Avançada*, Porto: Afrontamento.
- RAMOS, Madalena, CAPUCHA, Luís, TAVARES, Inês (orgs.) (2018), *Quem São e o que Fazem os Sociólogos em Portugal?*, Lisboa: Mundos Sociais.

João Teixeira Lopes

Professor Catedrático do Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564, Porto, Portugal.
E-mail: jlopes@letras.up.pt

Artigo recebido a 25/11/2024 e aceite para publicação a 30/12/2024.

Estatuto Editorial

Estatuto editorial

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;
- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;
- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;
- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de

- uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
 - deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
 - todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
 - no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para

deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

Normas para apresentação e publicação

Normas para apresentação e publicação

Instruções para os autores

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.
7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. *A Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima et al. (2004).
9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.
12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:
 - a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.
 - b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
 - c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira et al. (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
 - d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 99-107.
 - e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.
 - f) Artigo em publicação periódica online: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>
 - g) Publicações online: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf
 - h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.

i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*.

13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para: revistasociologia@letras.up.pt

